

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política



Dissertação

O povo em Maquiavel como guardião da liberdade

Karen Elena Costa Dal Castel

Pelotas, 2013

KAREN ELENA COSTA DAL CASTEL

O POVO EM MAQUIAVEL COMO GUARDIÃO DA LIBERDADE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Leivas

Pelotas, 2013

Banca Examinadora

Prof. Dr. Alvaro Augusto de Borba Barreto (Orientador: Prof. Dr. Cláudio Roberto Cogo Leivas) UFPel

Prof. Dr. Aristeu Lopes – UFPel

Prof. Dr. Daniel de Mendonça – UFPel

Prof^a. Dr^a. Rosângela Schulz - UFPel

À minha avó Elisia Schmidt Costa

(in memoriam)

Agradecimentos

Sou grata primeiramente à Deus, ou à uma força maior, à uma energia que me guiou até aqui. À minha avó Elisia, mesmo não estando mais presente, sei que me ilumina de onde estiver. Certamente me deu muitas forças para a concretização de mais um trabalho. Sei que estás vendo tudo por outra dimensão orgulhosamente. Avó querida de onde estiveres, obrigada pela educação que me deste e pelos conselhos, se cheguei até aqui muito devo a ti.

À minha mãe Luiza, devo a ela todo meu suporte, toda a atenção para a realização deste trabalho, ao apoio incansável, as dicas, ao esforço por buscar compreender o assunto, as palavras de conforto, o meu infinito obrigado, pelas leituras, pelos conselhos e pelos cuidados. Minha força maior, meu rochedo onde me refugio, obrigada mãe pela força. Sem você não seria possível.

Aos meus queridos irmãos, Maicon, Bruna, Giordana e Pedro pelas brincadeiras, nos momentos de descontração, pelos questionamentos e pelo singelo interesse que, sem dúvida muito me alegraram e me ajudaram a explicar, de modo mais simples minha pesquisa. Sem a compreensão de vocês também não seria possível.

Ao meu pai Juvenal e à Sirlei, o meu muito obrigado pelas conversas filosóficas e produtivas, pela atenção de sempre, pelo carinho, pelas risadas, por todos os conselhos e ensinamentos. O apoio incondicional e o grande suporte que vocês me proporcionam, tem sido fundamental em todos os aspectos da minha vida.

À minha grande amiga Juliana que tem sido mais que compreensiva, me motivando e sempre acreditando no meu potencial. Amiga “mana” obrigada pelos longos papos quase que diários, pelos conselhos, por simplesmente dizer: vai dar tudo certo! Tua amizade tem sido um presente na minha vida.

À Prefeitura Municipal de São Leopoldo e à Semmam, por me liberar em todos os eventos que precisei ir pelo mestrado. Obrigada pela compreensão e flexibilidade. Agradeço também à minha colega de trabalho e agora grande amiga e parceira Camila. Obrigada pelos conselhos, pelas risadas, pelas trocas de experiências, enfim pela confiança e amizade!

Aos colegas do mestrado, agradeço pela troca de ideias, pelas risadas e pelo companheirismo. Em especial à minha amiga Jennifer. Agradeço por essa amizade desde o início do mestrado juntas, enfrentando os obstáculos, compartilhando as alegrias e também os momentos de tensão. Obrigada pelas dicas, pelas palavras, pela paciência, pelos conselhos que trocamos e a promessa de ir até o final juntas.

Ao professor Cláudio, pela orientação, à professora Rosângela e ao professor Aristeu pelas dicas na banca de qualificação que muito contribuiu para melhorar meu trabalho. Um agradecimento especial ao professor Daniel pelo início de co-orientação, por ter me ajudado na elaboração do projeto e dado um rumo a minha pesquisa. Certamente fez a diferença no final. Sou grata também a bolsa de mestrado que me foi concedida pela CAPES, onde grande parte de minha pesquisa foi por ela financiada. Por fim, agradeço à Universidade Federal de Pelotas, bem como ao esforço de todos os professores que se comprometeram em viabilizar esse projeto do mestrado em Ciência Política, tornando-o hoje uma realidade. À essa universidade e a esse quadro de professores sou grata pela oportunidade de realizar esse trabalho. A todos que, de uma forma ou de outra, acreditaram em meu potencial, agradeço pela força que me impulsionou a seguir em frente e a chegar até aqui.

“O Povo deseja não ser comandado nem oprimido pelos Grandes, enquanto os Grandes desejam comandar e oprimir o Povo” (Nicolau Maquiavel – O Príncipe, IX).

“Em toda república há dois humores diferentes, o do Povo, e o dos Grandes, e que todas as leis que se fazem em favor da liberdade nascem da desunião deles” (Nicolau Maquiavel – Discursos, I, 4).

RESUMO

Esta dissertação trata de analisar as funções do povo em Maquiavel através dos clássicos *O Príncipe* e *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Para isso, buscou-se conceituar povo na teoria maquiaveliana, tendo por alicerce alguns teóricos como McCormick, Larivaille, Bignotto, dentre outros. Também procurou-se aproximar a concepção de liberdade maquiaveliana em liberdade como não-dominação - conceito recuperado por Philip Pettit. O objetivo é focar o papel do povo na vida política, tendo por hipótese principal o mesmo como agente ativo na *pólis* e guardião da liberdade. Assim, diverge-se de correntes interpretativas que remontam a Strauss, Mansfield, Sasso, Chabod, Sfez e Skinner, as quais atribuem ao povo um papel passivo na política, servindo de instrumento ao príncipe e desejando apenas não ser oprimido. Este trabalho defende o papel do povo como elemento fundamental para manter a liberdade. Maquiavel delega essa função nos *Discursos*, justificando que o mesmo não deseja se apoderar dela. O povo preserva a liberdade visto que não quer ser dominado e, ao mesmo tempo, não possui o desejo dos Grandes de comandar.

Palavras-Chave: Povo. Maquiavel. Liberdade. Grandes.

ABSTRACT

This dissertation is to analyze the roles of the people in Machiavelli through the classic *The Prince* and *Discourses* on the first decade of Livy. For this, we sought to conceptualize people in the Machiavellian theory, by having some theoretical foundation as McCormick, Larivaille, Bignotto, among others. We have also tried to approach the concept of freedom in Machiavellian freedom as non-domination concept - recovered by Philip Pettit. The goal is to focus on the role of the people in political life, with the main hypothesis the same as an active agent in the polis and guardian of liberty. So diverges is interpretive trends dating back to Strauss, Mansfield, Sasso, Chabod, Sfez and Skinner, which people attach to a passive role in politics, serving as a tool to Prince and wishing not only be overwhelmed. This paper advocates the role of the people as key to maintaining freedom. Machiavelli delegates this function Talks, explaining that he did not want to seize it. The people preserving the freedom since they do not want to be overcome and, at the same time, does not have the desire of the Great command.

Key-Words: People. Machiavelli. Freedom. Great.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
-----------------	----

CAPÍTULO 1 – LEITURA E ANÁLISE DOS CLÁSSICOS: O PRÍNCIPE E DISCURSOS SOBRE A PRIMEIRA DÉCADA DE TITO LÍVIO..... 24

1.1 Introdução.....	24
1.2 A cronologia das obras.....	25
1.3 <i>O Príncipe</i>	29
1.4 <i>Discursos Sobre a Primeira Década de Tito Lívio</i>	39
1.4.1 Livro Primeiro: “O Tratado Republicano”.....	40
1.4.2 Livro Segundo: “O Tratado dos Exércitos”.....	47
1.4.3 Livro Terceiro.....	52
1.5 Considerações.....	57

CAPÍTULO 2 – COMPARAÇÕES DO CONCEITO POVO E OUTRAS SEMELHANÇAS NAS DUAS OBRAS O PRÍNCIPE E DISCURSOS..... 60

2.1 Introdução.....	60
2.2 Livro Primeiro dos <i>Discursos</i> e <i>O Príncipe</i>	61
2.3 Livro Segundo dos <i>Discursos</i>	66
2.4 Livro Terceiro dos <i>Discursos</i>	69
2.5 Considerações.....	73

CAPÍTULO 3 – A LIBERDADE REPUBLICANA EM MAQUIAVEL..... 76

3.1 Introdução.....	76
3.2 Liberdade Positiva e Liberdade Negativa.....	78

3.3 Liberdade como Não-Dominação.....	81
3.4 Liberdade em Maquiavel.....	84
3.5 Considerações.....	89
CAPÍTULO 4 – O POVO EM MAQUIAVEL COMO DETENTOR DA GUARDA DA LIBERDADE.....	91
4.1 Introdução.....	91
4.2 Conceituação de Povo em Maquiavel.....	92
4.2.1 Contextualização de Povo em Maquiavel.....	94
4.2.2 Contabilização de Povo nas duas obras.....	100
4.3 Povo passivo ou guardião da liberdade?.....	102
4.4 Considerações.....	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
REFERÊNCIAS.....	118

INTRODUÇÃO

O tema dessa dissertação é estudar o pensamento político de Nicolau Maquiavel (1469-1527) através de suas duas maiores contribuições para a Ciência Política: as obras *O Príncipe* e *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*¹. Tendo em vista os inúmeros aspectos que podem ser analisados partindo de suas obras, o tema central escolhido para trabalhar nessa dissertação tem por preocupação pesquisar as categorias povo e liberdade nas duas obras de Maquiavel, uma vez que os dois conceitos estão interligados.

Assim, têm-se que o principado e a república são as duas formas de governo analisadas pelo pensador respectivamente na obra *O Príncipe* e nos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. N' *O Príncipe*, Maquiavel dá ênfase aos principados, priorizando a função de um governante forte e que proteja sua pátria. Nos *Discursos* a preocupação de Maquiavel está voltada para analisar a república romana, onde ela seria um exemplo de estado forte, livre e igualitário, entrando principalmente nessa obra a figura essencial do povo, bem como suas funções para constituição de um principado e de uma república, que será a parte principal do estudo proposto.

O principado, exposto n' *O Príncipe*, seria a forma de governo não necessariamente parecida com uma tirania ou ditadura, embora afirme Maquiavel que “o principado facilmente se torna tirânico” (*Discursos*, I, p.14) estaria mais associada a uma monarquia, onde existe um rei ou um príncipe que é responsável pelas coisas públicas de sua pátria e pelo bem estar de seus súditos. Já a república exposta nos *Discursos*, seria uma forma de governo onde não há apenas um líder político, mas alguns líderes, representantes que dividiriam suas funções políticas para administrar sua

¹ A obra será citada apenas como *Discursos*. Nas referências serão citados o primeiro número em romano que remete ao livro I, II e III; o segundo número em arábico que se refere ao capítulo e o terceiro vem a ser a página. Exemplo: (*Discursos*, livro: I, capítulo: 4, página: 21).

nação. No caso da república há uma maior liberdade e igualdade entre as massas.

Tendo em vista que o foco dessa dissertação é analisar o povo juntamente com a liberdade nas obras de Maquiavel, tem-se então como problema principal da pesquisa o seguinte conjunto de questões, sendo que a principal delas seria: quem teria a guarda da liberdade, o povo que não quer ser comandado nem oprimido, ou os grandes que querem comandar e oprimir? E as questões secundárias: o povo seria passivo por apenas desejar ser poupado da opressão? Quais são os papéis exercidos pelo povo, na concepção política de Maquiavel, num principado e numa república? Teria o povo um lugar importante na conquista e na manutenção de sua pátria? Teria essa categoria 'povo' a opção de participar na política, como o foi na república romana? Seria a parte central da construção política ou apenas útil ao príncipe?

Esse trabalho diverge de correntes interpretativas que remontam a Strauss², Mansfield³, Sasso⁴, Chabod⁵, Sfez⁶ e Skinner⁷ as quais atribuem ao povo um papel passivo na política, servindo de mero instrumento ao príncipe e desejando apenas não ser oprimido. Dessa forma, nessa dissertação a proposta é defender o papel do povo como elemento fundamental para manter

² STRAUSS, Leo. *Thoughts on Machiavelli*. Chicago e London, The University of Chicago Press, 1978.

³ MANSFIELD, Harvey C. *Maquiavelo y los principios de la política moderna: un estudio de los Discursos sobre Tito Livio*. México, Fondo de Cultura Económica; 1983.

⁴ Apud ADVERSE, Helton. *Maquiavel, a república e o desejo de liberdade*. Trans/Form/Ação, São Paulo, 30(2): 33-52, 2007.

⁵ CHABOD, Federico. *Escritos sobre Maquiavelo*. México, Fondo de Cultura Económica, 1984.

⁶ Apud ADVERSE, Helton. *Maquiavel, a república e o desejo de liberdade*. Trans/Form/Ação, São Paulo, 30(2): 33-52, 2007.

⁷ SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo, Companhia das Letras; 2009.

_____. *Maquiavel*. Porto Alegre, L&PM; 2010.

a liberdade. Maquiavel delega essa função n' *O Príncipe*⁸ e nos *Discursos*⁹, justificando que o mesmo não deseja se apoderar dela. O povo preserva a liberdade visto que não quer ser dominado e, ao mesmo tempo, não possui o desejo dos grandes de comandar.

Embora Maquiavel acabe por confirmar no capítulo cinco dos *Discursos* que o povo é quem possui as características para tal guarda da liberdade, existem autores que discordam que essa função seja do povo, afirmando ser o papel dele apenas passivo na pólis, pois que ele pede apenas para não ser oprimido. Essa dúvida colocada por alguns autores é o que motivará essa pesquisa.

Como hipótese principal do trabalho, entende-se que quem detém a guarda da liberdade é o povo e não os grandes, pois essa guarda deve ser de responsabilidade de quem não possui o desejo de dominar, neste caso, o povo. Dando continuidade a hipótese da dissertação, defende-se que essa liberdade de Maquiavel é republicana, no sentido dado por Philip Pettit¹⁰. A outra hipótese ligada a principal é de que o povo não é passivo, pois ele tem as características necessárias para ser o guardião da liberdade¹¹. Segue ainda que não há maior relevância dos povos do príncipe e da república, apenas diferentes funções e isso não significa que o papel do povo tenha maior ou menor importância na manutenção de uma forma de governo. A função do povo em um principado seria mais restrita no que concerne ao agir politicamente; porém, um príncipe, para conquistar e manter sua pátria necessita do apoio do mesmo. Logo, uma de suas funções seria a de ajudar esse governante, pedindo-lhe proteção, dando em troca a fidelidade e a luta em favor de sua pátria nos tempos de guerra. Já na república, o povo pode ter

8 “O Povo deseja não ser comandado nem oprimido pelos Grandes, enquanto os Grandes desejam comandar e oprimir o Povo” (Nicolau Maquiavel – *O Príncipe*, IX).

9 “[...] sendo os populares encarregados da guarda de uma liberdade, é razoável que tenham mais zelo e que, não podendo eles mesmos apoderar-se dela, não permitirão que outros se apoderem” (*Discursos*, I, 5, p. 24).

¹⁰ O sentido de liberdade em Maquiavel é abordado no terceiro capítulo da dissertação.

¹¹ Discussão do povo passivo é tratada no quarto capítulo.

mais liberdade e igualdade, pois, conforme Maquiavel, “onde existe igualdade, não se pode criar um principado; e onde ela não existe, não se pode criar uma república” (*Discursos*, I, 55,p. 158).

Deste modo, para esta república ser livre é necessário que o povo esteja bem, visto que “todos os cidadãos que vivem ambiciosamente numa república buscam, em primeiro lugar, não ser ofendidos” (*Discursos*, I, 46, p.137). Desejo este semelhante no principado onde “o povo deseja não ser comandado nem oprimido pelos grandes, enquanto os grandes desejam comandar e oprimir o povo” (*O Príncipe*, IX, p. 45).

É necessário apontar aqui uma justificativa para a realização dessa dissertação. Nesse sentido, uma delas é que a escolha em trabalhar com clássicos é fundamental para repensá-los e buscar talvez respostas as inquietações contemporâneas. Os clássicos são a grande contribuição de pensadores que fizeram história, filosofia, política, física enfim a ciência. Através do estudo dos clássicos, tem-se um leque de pensamentos sobre variados assuntos, que contribuem também para pensar a sociedade hoje. Muitos séculos se passaram e este tipo de estudo continua a ser importante para se analisar outras abordagens das teorias concluídas há tantos anos. Deste modo, acredita-se ser possível uma importante contribuição desta pesquisa no sentido de trazer senão novas, ao menos repensar os clássicos como uma forma também de compreender os problemas da política atual. A escolha em trabalhar com as categorias povo e liberdade se deu pela sua importância dentro da interpretação do Maquiavel Republicano¹² identificada principalmente pela sua obra *Discursos*.

Portanto, a escolha se deu pelo interesse de trabalhar com um pensador que revolucionou¹³ a teoria política, ensinando a muitos líderes como governar

¹² Interpretação aprofundada aqui no Brasil por Newton Bignotto em sua obra *Maquiavel Republicano* (1991).

¹³ Maquiavel é considerado revolucionário por alguns pesquisadores como Atilio Boron (2000, p.168).

um país; rompendo com dogmas tidos como inquestionáveis na época. Nicolau Maquiavel, considerado por estes e outros argumentos, o pai da ciência política moderna, será então o pensador proposto a estudar, investigar, analisar e aprofundar, através de suas duas grandes obras¹⁴, primeiro *O Príncipe*, um ‘opúsculo’ como chamou o pensador. Uma obra pequena, mas que causou muitas interpretações controversas na época, nas palavras de Raymond Aron, continuando ainda hoje seu “poder de fascínio” (ARON, In *O Príncipe*, 2010).

A outra obra que se propõe analisar será *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, onde se terá por foco estudar o povo em uma república. Segundo Bignotto,

Ao longo dos *Discorsi* Maquiavel multiplica as referências ao povo e manifesta com clareza a confiança de que é nessa parte do corpo social que encontramos a origem da grandeza das repúblicas e sua fonte de renovação (BIGNOTTO, 2006, p.188).

Logo, pode-se observar a importância dada ao povo por Maquiavel em especial nos *Discursos*. Dessa forma, se terá por foco principal o entendimento da concepção de povo em Maquiavel, desvendando a importância deste como ator político em um principado, sendo crucial para o príncipe que queira conquistar e manter sua pátria, o apoio do mesmo. Na república o povo continua sendo importante ator para manter a liberdade de sua nação. A liberdade, que em Maquiavel significa a não-dominação, também será importante conceito que se propõe a estudar para se compreender o povo na república. As categorias povo e liberdade foram escolhidas, dada a relevância que possuem principalmente nos *Discursos*, visto que é notório o crescimento da discussão em torno de um Maquiavel mais republicano, estando povo e liberdade intrinsecamente ligados à essa linha de pensamento.

Estudar Maquiavel foi uma escolha que surgiu primeiramente da curiosidade de saber por qual motivo ele foi o causador de tantas interpretações equívocas, e a justificativa foi buscar outras interpretações que

¹⁴ No Capítulo 1, as duas obras *O Príncipe* e *Discursos* serão abordadas de maneira detalhada.

se faziam necessárias naquele momento¹⁵. Em seguida, procurou-se dar outras ênfases ao seu pensamento político, no sentido de retomar seus legados que são bastante atuais na política. Por isso, a ideia de analisar o conceito de povo e de liberdade na obra maquiaveliana, torna-se parte fundamental para entender seu pensamento político. Analisar Maquiavel implica naturalmente desbravar caminhos diferentes, tamanha suas possibilidades de interpretações.

Muitas são as perguntas que surgiram ao elaborar este trabalho. A quem ele destinou a obra *O Príncipe e os Discursos*? Seria ao povo como defende Antônio Gramsci¹⁶? Seria ao príncipe? Ou até mesmo não teria a intenção de destiná-la a ninguém especificamente, mas sim de relatar a quem quisesse saber, a realidade de uma política assim como das relações entre os homens, neste caso os homens do poder. Nesse momento introdutório da dissertação se torna importante especificar o lugar de Maquiavel, o seu momento histórico, ou seja, como suas obras marcam um momento da reflexão política vivenciada por ele. O entendimento do contexto é necessário para entender os motivos que o levaram a escrever suas obras.

Assim sendo, sobre o período em que cresceu o filósofo podemos observar na coletânea “Maquiavel um seminário na Universidade de Brasília”, as palavras de Jules Michelet acerca do Renascimento¹⁷:

¹⁵ O momento referido é com relação ao Trabalho de Conclusão de Curso: CASTEL, Karen. *Seria Nicolau Maquiavel, maquiavélico? Pensamento político na obra O Príncipe*. FURG, 2010.

¹⁶ Segundo Gramsci, Maquiavel escreveu o príncipe para o povo: “Em todo o livro, Maquiavel mostra como deve ser o Príncipe para levar um povo à fundação do novo Estado, e o desenvolvimento é conduzido com rigor lógico, com relevo científico; na conclusão, o próprio Maquiavel faz-se povo, confunde-se com o povo, mas não com um povo “genericamente” entendido, mas com o povo que Maquiavel convenceu com o seu desenvolvimento anterior, do qual ele se torna e se sente consciência e expressão, com o qual ele sente-se identificado: parece que todo o trabalho “lógico” não passa de uma reflexão do povo, um raciocínio interior que se manifesta na consciência popular e acaba num grito apaixonado, imediato” (GRAMSCI, 1989, p. 4).

¹⁷ Movimento múltiplo que influenciou várias áreas como a política, a filosofia, as artes, a literatura e a música.

o amável nome de Renascença não evoca aos amantes do belo senão o advento de uma arte nova e o livre desabrochar da fantasia. Para o erudito é a renovação dos estudos sobre a antiguidade; para os juristas, o dia que começou a luzir sobre o caos discordante de nossos velhos costumes. É só isto? (MICHELET apud MOREIRA, 1981, p. 29)

Michelet coloca que o renascimento foi mais do que um simples despertar de novas ideias e teorias, foi “a descoberta do mundo e a descoberta do homem” afirmando que “O século XVI, na sua grande e legítima extensão vai de Colombo a Copérnico, de Copérnico a Galileu, da descoberta da terra àquela do Céu. O homem aí se reencontrou a si mesmo” (*Idem*).

Também por meio das palavras de François Châtelet, pode-se ter uma definição desse período de grandes transformações na Europa.

As realidades históricas e econômicas (extensão e aplicação – prática das descobertas feitas durante a Idade Média; desenvolvimento da civilização urbana, comercial e manufatureira); b. a imagem do mundo (descoberta do Novo Mundo; revoluções astronômicas de Copérnico e Kepler e física de Galileu); c. a representação da natureza (o universal medieval dos signos é substituído por uma realidade espacial a conquistar e explorar); d. cultura (a redescoberta da Antiguidade greco-romana pelos humanistas suscita um maior interesse pelo homem enquanto dado natural e pelas especulações ético-políticas); e. o pensamento religioso (...). (CHÂTELET, 1985, p.37)

Essas foram algumas das mudanças e conflitos citados por Châtelet que marcaram o período do Renascimento e foram responsáveis pela transformação de pensamentos surgidos na época. Pensamentos estes que contribuíram não só para reflexões como para a prática dessas ideias inovadoras e invenções que estão originando a modernidade. Uma delas é “a do Estado como soberania” (*idem*).

O Renascimento foi o período em que surgiam aos poucos ideias inovadoras da cultura européia, onde filósofos e historiadores tais como Shakespeare, Leonardo da Vinci, Erasmo de Rotterdam, Thomas Morus e o próprio Maquiavel, questionavam a ordem vigente – a Igreja Católica. Esta era

a que comandava a época, as leis e principalmente a mente das pessoas. Logo, todo filósofo que se atrevia a confrontar com os pensamentos cristãos estava arriscando sua própria pele. Muitos foram condenados à fogueira e suas obras postas no Index dos livros proibidos.

Neste período cresceu Maquiavel, um momento de grandes transformações, principalmente de cunho político, social e filosófico. Graças a esses renomados nomes, houveram grandes contribuições nas várias áreas do conhecimento. Suas teorias acerca do humanismo, onde o homem era considerado o centro do universo, o rompimento com os dogmas da Igreja, bem como as inovadoras obras de arte que aproximavam o homem fazendo-o mais próximo de Deus, diferente do período medieval onde os anjos eram pintados superiores aos humanos, inferiorizando-os. Todos estes pensamentos foram cruciais para um rompimento e uma reformulação das ideias da Igreja, abrindo os horizontes do conhecimento como forma de libertação.

Filósofo renascentista, Niccoló di Bernardo Machiavelli nasceu na cidade de Florença – Itália, em 3 de maio de 1469. Sua família era modesta. Seu pai, Bernardo, era advogado, um intelectual que influenciava o filho. O menino lia os clássicos ainda criança e aos doze anos já compreendia o latim.

Segundo Sérgio Bath (1981), Nicolau foi historiador, escritor de teatro, poeta, diplomata, burocrata e pensador político. Sebastian De Grazia refere-se a Maquiavel no seu livro como “autor, secretário florentino, cidadão, enviado, poeta, dramaturgo, teórico militar, profeta, moralista, pregador, jurista, conselheiro, historiador, filósofo moral e político [...]” (DE GRAZIA, 1993, p.380).

Em 1498 Maquiavel exerce seu primeiro cargo na vida pública, ocupando a segunda chancelaria. Em 1512 com a queda de Soderini, a dinastia Médici volta ao poder desesperando Maquiavel, que perde seus cargos e é exilado. Ele se muda para São Cassiano onde escreve sobre a Primeira década de Tito Lívio, mas interrompe este trabalho para escrever sua obra prima: *O Príncipe*.

Num dia de dezembro de 1513, um homem escreve a um amigo. Está no campo, banido. Foi preso e torturado. Mas não se queixa. Conta que passa o dia com os camponeses, gritando, jogando. À noite, porém, troca de roupa. Veste os melhores trajes. Lê os autores antigos e, espanto!, dialoga com eles. Ouve suas opiniões, suas idéias. [Essa passagem é sempre citada, quando se quer explicar a Renascença]. Quase no final, informa que gastou algumas semanas escrevendo um livrinho, *De principatibus* [Dos principados], "onde me aprofundo tanto quanto posso nas cogitações desse tema..." (RIBEIRO, 2004, s/n).

Renato Janine Ribeiro relata o momento em que Maquiavel escreve a obra *O Príncipe*. Depois disso, em 1527, com a queda dos Médicis e a restauração da república Maquiavel que achava estarem findos os seus problemas, viu-se identificado por jovens republicanos como alguém que tinha ligações com os tiranos depostos, sendo considerado inimigo da república. Maquiavel faleceu no dia 21 de junho de 1527, sem ter visto os ideais pelos quais lutou durante toda sua vida, assim como muitos outros pintores, escritores, inventores que tiveram seus trabalhos reconhecidos postumamente.

Considerado o fundador da Ciência Política Moderna, Maquiavel foi autor além de *O Príncipe*, *a Mandrágora*, *a Arte da Guerra* e *Discursos Sobre a Primeira Década de Tito Lívio*. Essas foram as mais famosas obras. Maquiavel também escreveu obras pequenas não tão conhecidas, dentre elas algumas poesias *A Primeira decenal*, feita entre 1504-1506; a *Segunda decenal*, em 1509; *Pequenos Capítoli*, restando quatro: "Da ocasião", "Da fortuna", "Da ingratidão" e "Da ambição"; *O Asno de ouro*, importante poema em oito cantos, também inacabado em 1517; e poesias menores, diversas: seis *Cantos de carnaval*; sonetos; estrofes e epigramas (dentre eles o célebre epigrama a Piero Soderini). Das peças de teatro fez uma tradução de Terencio: *L'Andrienne*; e *Clizia*, além da mais famosa comédia original *A Mandrágora*, já citada. Escreveu também prosas diversas como o discurso moral exortando à penitência; uma novela divertida do Arquidiabo Belfagor; um diálogo onde ele examinou se a língua na qual escreveram Dante, Bocaccio e Petrarca era italiana, toscana ou florentina, escrito em 1514; escreveu também acerca da

reforma do Estado em Florença, a pedido de Leão X; e sobre a vida de Castruccio Castracani de Luca, em 1520.

Maquiavel, guiado pelo movimento renascentista, pregava que o Estado deveria estar separado dos interesses e dogmas da Igreja. A partir daí seus ideais passaram a ser vistos de outro ângulo. Os clérigos temiam que sua perspicácia e inteligência desvendassem o sistema clerical e conseqüentemente o povo deixaria de ser tão cego e laico. Com isso, suas ideias foram condenadas pela Igreja, o poder vigente de então. Foi este um dos, senão o principal motivo que deu o início de um grande mito que é mais forte que o próprio Maquiavel, levando a fama de “maquiavélico”, por autores que interpretaram erroneamente suas obras.

Instigante discussão e tamanhas críticas incitam não somente uma releitura, mas também reflexões acerca de suas ideias e ambições. Maquiavel, alvo de fortes opiniões, revolucionou a teoria política bem como a história das ideias. Suas contribuições são ricas e utilizadas até hoje tanto na academia quanto por políticos como o ex-presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso.

Assim, a pretensão deste trabalho é analisar as obras desse pensador que refutou tamanhas críticas, positivas e negativas, revelando os interesses que existem por trás da política. Sua obra *O Príncipe*, bem como a de tantos outros grandes pensadores, foi posta no Index dos livros proibidos pela Igreja Católica, hábito comum na época realizado a todo aquele que ousava duvidar das crenças religiosas e tentava desmentir ao povo ideias tidas como absolutas. Roberto Ridolfi, dono de uma forma singular ao descrever e defender Maquiavel de toda injúria, considera-o profeta desarmado:

É bom recordar a pressagiada angústia de Maquiavel ao tomar a via “não ainda por ninguém trilhada”, e aquelas palavras do bom Filippo da Casavecchia, escritas meio em burla meio a sério, quando descobria no Secretário “o maior profeta que jamais tiveram os hebreus ou outros povos”. Profeta, mas ele também um profeta desarmado, ele também teve de se submeter à sorte que danou seus pares, ainda que à fogueira tenham ido só sua efígie e seus livros. Da fogueira era fatal que ressurgisse *post data* e tivesse sua desforra

com as armas que costumam usar os profetas desarmados e os tornam invencíveis (RIDOLFI, 2003, p. 288).

Maquiavel do bem abriu os olhos de quem não podia ver; Maquiavel do mal, imoral, infringiu as regras. Maquiavel comparado ao demônio pela Igreja, mas para a ciência política, grande pensador que muito contribuiu para um melhor entendimento de como governar uma Nação. Difícil é agradar a todos. Mas talvez nem tenha sido a pretensão dele. Maquiavel friamente e corajosamente realista?! Pode ser.

Maquiavel, um filósofo italiano da Renascença. Mal sabia ele que suas teorias provocariam tantas contradições. Polêmico, irreverente, perspicaz, extremamente audacioso, corajoso, inteligente, instigante, um misterioso florentino que buscou através de sua escrita expressar seus ensinamentos e até suas angústias primeiramente para Florença na Itália e, sem querer, atingiu o mundo desde o mais ingênuo das criaturas ao mais famoso dos políticos. Para Sérgio Bath, “foi a desgraça que lhe deu a grandeza” (1980, pg. 14). Bath afirma ter um grande respeito e muita admiração por Maquiavel e um sentimento de tristeza, “um certo *disagio* por essa pessoa que não podemos conhecer bem, que nos escapa” (*idem*). “O mundo. Eis alguém que ama verdadeiramente o mundo”, Hannah Arendt – sobre Maquiavel ¹⁸.

Esse Maquiavel “maquiavélico” que não pode deixar de ser considerado no mundo político, foi totalmente superado pelos grandes e renomados autores. No caso do Brasil, essa superação se deu com a obra de Newton Bignotto “Maquiavel Republicano” em 1991. E é essa a abordagem que se pretende defender nessa dissertação. Um Maquiavel que discute e defende o lugar do povo na política, de um povo que fiscaliza e luta pela manutenção da liberdade.

Tal é o objetivo da dissertação buscar entender a categoria povo nas duas obras maquiavelianas *O Príncipe* e *Discursos*. Não é o foco procurar uma

¹⁸ (apud ABREU, 2008).

conceituação fechada de povo como, por exemplo, referindo-se aos habitantes de uma região, pois “não há no pensamento de Maquiavel, no entanto, nenhuma idealização do povo” (BIGNOTTO, 1991, p. 109), mas sim procurar o lugar desse povo enquanto unidade.

Assim sendo, a dissertação se dividirá em quatro capítulos. Iniciando-se o primeiro capítulo pela leitura e entendimento dos clássicos. No segundo capítulo se fará uma análise comparativa das duas obras, suas semelhanças e diferenças focando na categoria povo. Alguns capítulos serão comparados tais como o capítulo IX da obra *O Príncipe* “Do Principado Civil” (onde Maquiavel aborda os dois humores: o do povo que não deseja ser comandado nem oprimido e o dos grandes que desejam comandar e oprimir), com os capítulos quatro dos *Discursos*, “A desunião entre plebe e senado tornou livre e poderosa a república romana” sobre a tese do conflito como causa da liberdade e o capítulo cinco “Onde se deposita com mais segurança a guarda da liberdade: no povo ou nos Grandes; e quem tem maior razão para criar tumultos: quem deseja conquistar ou quem quer manter?” Esse capítulo dos *Discursos* é sobre a tese do povo como guardião da liberdade. No terceiro capítulo pretende-se analisar o conceito de liberdade no pensamento maquiaveliano.

No quarto e último capítulo far-se-á uma reflexão no sentido de compreender quem teria a missão de guardar a liberdade, se o povo ou os Grandes. Para isso, serão utilizadas as interpretações dos autores estudiosos de Maquiavel, tentando responder às questões que movem este trabalho. Será feita uma discussão sobre o significado de povo como agente passivo e sem utilidade, concepção dada por autores como Leo Strauss, Michel Foucault, Guicciardini dentre outros. Após analisadas as argumentações desses e outros autores, se fará um esforço na tentativa de buscar contrapor essa ideia de povo inerte colocada por eles, comprovando que o papel do povo na teoria maquiaveliana é de suma importância para a manutenção da liberdade e que ele não é agente passivo.

CAPÍTULO 1

Leitura e análise dos clássicos: *O Príncipe* e *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* de Maquiavel

1.1 Introdução

Este capítulo abordará as duas principais obras do pensador político Nicolau Maquiavel. Para compreender os dois clássicos, se fez um breve contexto histórico do autor bem como do momento em que suas obras foram escritas. Algumas das questões que movem este primeiro capítulo como “Quais as pretensões de Maquiavel ao escrever *O Príncipe*?”, “Qual o objetivo dele com os *Discursos*?”, “A quem ele quis dar lições?”, visam compreender qual o possível objetivo de Maquiavel quando escreveu essas duas obras que apesar de uma ser extensa e a outra um opúsculo, ambas são bastante intensas em seus significados.

Assim, têm-se que o principado e a república são as duas formas de governo analisadas pelo pensador respectivamente na obra *O Príncipe* e nos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. N’*O Príncipe*, Maquiavel dá ênfase aos principados, priorizando a função de um governante forte e que proteja sua pátria ¹⁹. Nos *Discursos* a preocupação de Maquiavel está voltada para analisar a república romana, onde ela seria um exemplo de estado forte, livre e igualitário, entrando principalmente nessa obra a figura essencial do

¹⁹ Para uma explicação da concepção de **pátria** em Maquiavel Helton Adverse cita Maurizio Viroli que afirma o seguinte: “A pátria é a cidade a que se pertence e, nesse sentido, o termo é politicamente neutro, isto é, vale para a república ou para o principado. Mas a pátria envolve também “um modo de vida e uma cultura”, e, no caso de uma república, “é um *particular* modo de vida e uma cultura que se fundam sobre os valores da liberdade e da igualdade civil” (VIROLI apud ADVERSE, 2007, p.38).

povo, bem como suas funções para constituição de um principado e de uma república, que será a parte principal do estudo proposto.

O principado, exposto n' *O Príncipe*, seria a forma de governo não necessariamente parecida com uma tirania ou ditadura, embora afirme Maquiavel que “o principado facilmente se torna tirânico” (*Discursos*, I, 2, p.14). Estaria mais associado a uma monarquia, onde existe um rei ou um príncipe que é responsável pelas coisas públicas de sua pátria e pelo bem estar de seus súditos. Já a república exposta nos *Discursos*, seria uma forma de governo onde não há apenas um líder político, mas alguns líderes, representantes que dividiriam suas funções políticas para administrar sua nação. No caso da república há uma maior liberdade e igualdade entre as massas.

A seguir uma breve exposição do que tem sido discutido acerca da cronologia das obras, ou seja, qual delas foi escrita primeiro: *O Príncipe* ou os *Discursos*? E em que isso influenciou no andamento das mesmas? Essa parte vem a complementar o trabalho, portanto não terá caráter de aprofundamento, visto que é vasta a discussão sobre isso. Todavia, certamente contribui para ajudar o leitor, bem como o pesquisador a uma melhor leitura das obras maquiavelianas.

1.2A cronologia das obras

Maquiavel iniciou com os *Discursos*, obra que tratava da república, porém observando que o momento não era propício para abordar tal tema, pois o governo italiano não vivia um período republicano, logo se prontificou a falar dos principados, interrompendo a outra obra. Existe então uma discussão acerca das datações dessas obras, devido ao fato de ele ter parado de escrever uma para iniciar a outra. Dessa forma, as questões pertinentes seriam: em que momento Maquiavel interrompeu a escrita dos *Discursos* para

fazer *O Príncipe*? Teria ele iniciado o livro primeiro e parado aí ou ele o concluiu e depois partiu para o opúsculo? Pode ser. E “ficaria a dúvida que *Discorsi* tivesse sido começado antes de 1513 [...]” (RIDOLFI, 2003, p. 386).

Alguns autores, como Chabod, acreditam que parte dos *Discursos* já havia sido escrita antes d'*O Príncipe*, “à época em que Maquiavel começou a trabalhar em *O Príncipe*, o primeiro livro dos *Discorsi* já estava, em grande medida, finalizado” (CHABOD apud SILVA, 2010, p. 39). Conforme referência que Maquiavel faz no capítulo II “não tratarei aqui das repúblicas porque *em outro momento, discorri longamente sobre o assunto*” (*O Príncipe*, II, p.7), apesar da clareza, alguns autores têm dúvidas se ele se referia aos *Discursos*. Um dos autores que rebate a tese de Chabod é Hans Baron. Ricardo Silva, que analisa essas interpretações, afirmou o seguinte:

Não há dúvida, segundo Baron, sobre o fato de *O Príncipe* ter sido escrito no ano de 1513. Mas não passaria de uma suposição equivocada, ainda que engenhosa, a sugestão de Chabod de que parte dos *Discorsi* fora escrita antes disso. O fato de Maquiavel fazer referência a uma obra sobre repúblicas no segundo capítulo da edição de *O Príncipe* não significa necessariamente que os *Discorsi* – ou parte deles – estivessem prontos em 1513 (SILVA, 2010, p.39).

Para Silva e Baron, Chabod poderia estar equivocado em afirmar que o livro primeiro dos *Discursos* estaria finalizado quando Maquiavel escreveu *O Príncipe*. Então fica a pergunta: a qual outro livro Maquiavel se referira no capítulo dois d'*O Príncipe* se não aos *Discursos*, o qual ele discorreu longamente sobre as repúblicas? É certo que *O Príncipe* foi escrito em 1513, e nisso os autores concordam, inclusive Chabod: “El príncipe, escrito entre julio y diciembre de 1513, no tuvo después ninguna revisión total ni parcial” (CHABOD, 1984, p. 197). Segundo a minuciosa pesquisa feita por Roberto Ridolfi, que é considerada uma das melhores biografias de Maquiavel, a obra foi escrita no já citado ano:

Maquiavel escreveu *O Príncipe* no outono de 1513 como nos faz saber na célebre carta de 10 de dezembro, daquele ano, a Francisco Vettori, e não mais meteu as mãos nesse texto senão para mudar sua

dedicatória ou apenas o nome do dedicatário [...] (RIDOLFI, 2003, p. 468).

A discussão segue e se contrapõe à opinião de Silva, onde Ridolfi afirma que os *Discursos* iniciaram antes d'*O Príncipe* como é notório no capítulo dois do mesmo [o que para Silva não convence], e ainda mais uma evidência: Maquiavel só começa a citar passagens d'*O Príncipe* “depois do início do segundo livro” (RIDOLFI, 2003, p.386), ou seja, significa que quando ele escreveu o segundo e o terceiro livro, *O Príncipe* já estava finalizado, pois ele citou-o várias vezes. Já no primeiro livro não há citações d'*O Príncipe*, deduzindo então que essa parte do livro foi escrita primeiro que o opúsculo. Ridolfi explica que existem vários indícios de que parte dos *Discursos* tivesse sido iniciado antes d'*O Príncipe*, pois existem muitas citações d'*O Príncipe* contidas nos *Discursos* e vice-versa. Apesar dessas possíveis evidências, “ficaria a dúvida que *Discorsi* [...] tivesse sido começado antes de 1513, mas isto parece ter sido, por muitas razões, improvável” (*idem*).

Apesar de inúmeras discussões e interpretações diversas, pode-se chegar a algumas considerações acerca da datação das obras. José Antônio Martins, em sua tese sobre a corrupção em Maquiavel abordou mais detalhadamente o tema da cronologia e concluiu dentre o que alguns autores afirmaram sobre a composição dos *Discursos*, que pode-se concordar com as hipóteses apresentadas no trabalho de Felix Gilbert, em 1953, seriam elas:

- a) Que os *Discursos* têm em sua estrutura um grupo de dezoito capítulos que tratam da exposição dos fundamentos das repúblicas, aquilo que Larivaille chamará de o “Pequeno tratado sobre as repúblicas”;
- b) Que esses capítulos formam um núcleo conceitualmente coeso;
- c) Que foram escritos antes da composição do restante da obra, comprovando o fato de que os *Discursos* tiveram dois momentos de elaboração, embora não se saiba ao certo se exatamente em 1513 para o primeiro momento (certamente anterior à composição do *Príncipe*). O restante da obra foi provavelmente escrito entre 1515 e 1517;
- d) E, enfim, que a despeito desses dois momentos de redação, os *Discursos* não perdem sua unidade (MARTINS, 2007, p. 29)

Dúvidas à parte, o que se percebe é que existe uma sincronia nas duas obras e que em algum momento quando ele escreveu uma, parte da outra já estava escrita. Isso é notável nas leituras de ambas, pois elas se assemelham em muitas passagens, inclusive Maquiavel repete “lições” d’*O Príncipe* nos *Discursos* e vice-versa. Ele se refere em vários momentos à obra *O Príncipe* nos *Discursos*, porém não se sabe por que ele tem o cuidado de não revelar o nome da obra. Um exemplo de um capítulo bem conhecido d’*O Príncipe* sobre as milícias auxiliares e mercenárias [XII e XIII] é repetido nos *Discursos* e assim Maquiavel se refere:

Se eu não tivesse tratado longamente, em outra obra, da inutilidade da milícia mercenária e auxiliar e da grande utilidade da milícia própria, estender-me-ia neste discurso bem mais do que o farei; mas, como já falei muito sobre o assunto em outro lugar, aqui serei breve (*Discursos*, II, 20, p. 255).

Assim, nota-se que Maquiavel já havia escrito *O Príncipe* quando redigia o livro segundo dos *Discursos*, pois ele faz essa alusão em outros momentos afirmando que já abordou o assunto longamente ‘em outro lugar’, ‘em outra obra’ provavelmente referindo-se a *O Príncipe*. Nesse caso não há como negar ou duvidar que os livros segundo e terceiro sofreram fortes influências d’*O Príncipe*, pois torna-se óbvio nas citações que Maquiavel teria feito os dois próximos livros após o término daquela obra. Conforme afirma Ridolfi, tem “quem vai atrás de qualquer palavrinha, qualquer data interna, para recolocar tudo em discussão, até o que é evidente, até uma precisa informação do próprio autor [...]” (RIDOLFI, 2003, p.388). Por fim, após análise das discussões acerca da cronologia das duas obras, se partirá para o entendimento dos três livros, dando destaque a alguns capítulos relevantes para o tema.

1.3O Príncipe

A obra *O Príncipe*²⁰, qualificada por Maquiavel de *opúsculo*²¹ tem por título original *De Principatibus*, foi concluída em 1513, tendo sua primeira edição em 1532, possui 26 curtos e objetivos capítulos. Pode-se afirmar sucintamente que a obra contém ensinamentos políticos de como um príncipe deve governar e quais as estratégias que deve usar para manter o seu Estado. Trata-se de um manual para governantes. Porém, o foco desta dissertação é buscar o povo deste principado, tendo por objetivo deste capítulo entender a concepção desse tipo de governo.

A pequena obra então é dedicada a Lourenço de Médici, o Magnífico. Ao que parece Lourenço não se interessou tanto pela obra de Maquiavel, como escreveu Chevalier:

Lourenço de Médicis, Duque de Urbino, recebeu *O Príncipe* em manuscrito; não lhe dispensou atenção alguma (tê-lo-ia sequer?) e, naturalmente, não cuidou de recompensar o autor [...]. Aliás, deve-se dizer que, entre os numerosos contemporâneos, em cujas mãos circulou a obra manuscrita, foi medíocre o interesse: sumário de máximas banais; quem estivesse algo familiarizado com o espetáculo da política cotidiana nada de novo teria a aprender nesse opúsculo (CHEVALLIER, 1990, p.44).

Paul Larivaille também ilustra essa passagem afirmando que primeiro Maquiavel tinha escrito cartas ao cardeal Juliano de Médici, e que após sua morte, em 1516, que dedicou sua obra *O Príncipe* ao sobrinho do mesmo, Lourenço de Médici. Larivaille conta que segundo uma anedota verossímil, “o jovem a quem foi feita a dedicatória, vendo que lhe eram oferecidos, ao mesmo tempo, o tratado e um casal de cães de caça, recebeu com mais alegria os animais do que a obra de Maquiavel” (LARIVAILLE, 1979, p. 155). Para Skinner, Maquiavel não foi muito feliz com a intenção de conseguir seu cargo

²⁰ Edição pesquisada para realizar este trabalho é da editora Martins Fontes, ano 2010.

²¹ Pequeno manual de instruções; livreto. Maquiavel se refere a *O Príncipe* na saudação que faz à Lorenzo de Medici, como “pequeno volume” (*Príncipe*, p. 3).

de volta, mas “enquanto contribuição ao gênero literário dos livros de conselhos para príncipes teve um sucesso tão grande que revolucionou o próprio gênero” (SKINNER, 2003, p.139).

O *Príncipe* pode ser dividido em três partes: a primeira é a discussão sobre os principados; depois o autor entra em uma parte intermediária da obra, onde discorre sobre as milícias e exércitos. Por fim, aborda as características dos príncipes, das qualidades que devem ter ou aparentar tê-las para se manter no poder. Conforme exposto, Maquiavel propõe de início examinar os principados, afirmando que “todos os estados, todos os domínios que tiveram e têm império sobre os homens foram e são ou repúblicas, ou principados” (*O Príncipe*, I, p.5). Nesse momento da obra, são abordadas as características dos principados hereditários e dos mistos [capítulos II e III], onde o hereditário é aquele em que o príncipe vem de uma linhagem tradicional, possuindo maior capacidade de conservar o poder e sendo menos propícios a dominação. Já os mistos, são uma continuação de um Estado que já existe. Quanto a maneira de controlar, esta pode ser fácil ou problemática. Maquiavel salienta ainda sobre a dificuldade que existe de dominar um Estado que possui suas próprias leis.

Sobre qual tipo de principado Maquiavel diz ser de menos dificuldades para mantê-los,

Nos estados hereditários e acostumados à linhagem de seus príncipes, há bem menos dificuldades para mantê-los do que nos novos, pois basta não preterir as ordenações de seus antepassados e, depois, saber contemporizar segundo os acontecimentos; de modo que, se um príncipe é de capacidade ordinária ele sempre se manterá em seu estado, desde que dele não seja privado por uma força excessiva e extraordinária. E, se o for, ele o reconquistará a qualquer revés do ocupante (*O Príncipe*, II, p.7).

As dificuldades aparecem no principado novo, pois que

se não é completamente novo, mas é anexado como membro, suas variações nascem principalmente de uma dificuldade natural que existe em todos os principados novos: o fato de os homens mudarem de bom grado de senhor, acreditando, com isso, que irão melhorar (*O Príncipe*, III, p.9).

No capítulo VI, Maquiavel diz sobre os principados novos, “onde há um novo príncipe existe maior ou menos dificuldade para mantê-lo conforme seja maior ou menor a *virtù* de quem o conquistou” (*O Príncipe*, VI, p. 25).

Sobre os principados civil e eclesiástico, o primeiro é onde o cidadão torna-se príncipe da sua pátria pelo favor dos concidadãos e para consegui-lo “não é necessário ter propriamente *virtù* nem propriamente fortuna, mas, antes, uma astúcia afortunada – digo que se ascende a esse principado pelo favor do povo ou pelo favor dos grandes” (*O Príncipe*, IX, p.45). O eclesiástico é mantido pela tradição da religião, onde o próprio príncipe é mantido no governo. Ainda ele ressalta a possibilidade de um príncipe não necessitar mais da ajuda dos outros para se defender, tamanha sua força.

No segundo momento da obra, a partir do capítulo XII indo até o XIV, são analisados os tipos de milícias e exércitos, onde são estes as bases principais de sustentação de poder, juntamente com as boas leis. As milícias podem ser próprias, mercenárias, auxiliares ou mistas²². Maquiavel começa com as armas mercenárias, afirmando que aquele que se apóia nessas, não estará seguro, pois que “elas são desunidas, ambiciosas, indisciplinadas, infiéis, valentes entre amigos e covardes entre inimigos” (*O Príncipe*, XII, p. 59); e assim o são porque não tem motivo que as mantenham em campo a não ser um pequeno soldo “que todavia não é suficiente para fazê-las morrer por ti” (*idem*, p. 60). Continua suas justificativas sobre não se utilizar das armas mercenárias ressaltando que “dessas armas nascem somente conquistas lentas, tardias e débeis, bem como perdas súbitas e miraculosas” (*ibidem*, p. 63). Segue citando exemplos de governantes que se utilizaram das armas

²² Maquiavel não dá uma explicação precisa do que sejam as milícias **mercenárias**, porém são assemelhadas às **auxiliares** e dessas há uma definição encontrada não no *Príncipe*, mas nos *Discursos*: “São auxiliares os soldados que um príncipe ou uma república te envia, para ajudar-te, capitaneados e pagos por eles” (*Discursos*, II, 20, p.256). As **próprias** “são as compostas ou de súditos, ou de cidadãos, ou de teus criados. Todas as outras ou são mercenárias, ou auxiliares” (*Príncipe*, XIII, p. 69). E, por fim, as milícias chamadas **mistas** que são compostas pelas mercenárias e pelas próprias (ver cap. XIII).

mercenárias, incluindo o de sua pátria, a Itália, para com isso conhecer as origens, os progressos e assim corrigi-las.

Sendo assim, as armas mercenárias, bem como as auxiliares não têm utilidade e transmitem perigo, pois a verdadeira vitória só se saboreia com as próprias armas. Em suas palavras: “as armas dos outros ou te caem pelas costas, ou te pesam, ou te apertam” (*O Príncipe*, XIII, p. 67). Encerra esse capítulo de forma simples e objetiva como de costume: “sem ter armas próprias, nenhum principado estará seguro; aliás, estará inteiramente obrigado à fortuna” (*idem*, p. 68), ou seja, deve um príncipe se preocupar e preparar o seu próprio exército, que como já dito, é formado pelos seus súditos, cidadãos e/ou criados, caso contrário estará fadado ao acaso, à sorte. Dependerá de milícias dos outros; que jamais terão os desejos de defender a pátria igual aos dos soldados próprios que dela vêm. Para Maquiavel, a arte da guerra deve ser sempre exercitada, a fim de prevenir o Estado, pois um príncipe sábio “deve observar esse modos e jamais permanecer ocioso nos tempos de paz” (*O Príncipe*, XIV, p. 74).

Maquiavel deixa as características do príncipe para o final do livro, que vem a ser então a terceira e última parte do mesmo. Este vem a ser o elemento mais importante e também o mais polêmico, onde ele “revela” do que os homens são capazes de fazer, o que eles devem fazer e os erros que não devem cometer para permanecer no poder. Descreve, a partir do capítulo XV ‘*Das coisas pelas quais os homens e sobretudo os príncipes são louvados ou injuriados*’, as qualidades que um príncipe deve ter; ao citá-las comenta que o bom seria que tivesse todas, mas isso é praticamente impossível. Dentre as qualidades boas e más citadas estão: pródigo, rapinante; cruel, piedoso; fedífrago (desleal), fiel; bravo, afável; íntegro, astuto. Logo complementa:

Sei que vão dizer que seria muito louvável que um príncipe, dentre todas as qualidades acima, possuísse as consideradas boas. Mas como não se pode tê-las nem observá-las inteiramente, devido às próprias condições humanas que não o consentem, ele necessita ser suficientemente prudente para escapar à infâmia daqueles vícios que lhe tirariam o estado e evitar, na medida do possível, aqueles que não

o fariam perdê-lo; se não o conseguir, entretanto, poderá, com menor escrúpulo, deixar estar (*O Príncipe*, XV, p.76).

Sobre como deve se portar um príncipe, no capítulo XVII, Maquiavel aconselha que: “o príncipe deve crer e agir com gravidade, não ter medo de si mesmo e, temperando prudência e humanidade, proceder de modo que a excessiva confiança não o torne incauto, nem a exagerada desconfiança o torne intolerável” (*O Príncipe*, XVII, p.82). Dando continuidade, a próxima discussão muito conhecida é se:

É melhor ser amado que temido ou o inverso? A resposta é que seria de desejar ser ambas as coisas, mas, como é difícil combiná-las, é muito mais seguro ser temido que amado, quando se tem de desistir de uma das duas (*O Príncipe*, XVII, p.82).

Neste caso, ele concluiu que, como não se pode viver em ambas as condições então é melhor ser o segundo, uma vez que se você for amado não terá tanto respeito pelo povo do que se for temido, e ainda é mais fácil trair a quem amamos do que alguém que tememos. Outra observação é a de que ser temido não significa ser odiado. E é bem verdade que se o indivíduo for bom, sempre bom, se desvirtuará no meio daqueles que não são tão bons assim, ou seja, se for muito bom a chance de lhe trapacearem será maior uma vez que o “bonzinho” não fará nada de mal ao próximo. Em suas palavras:

[...] pois um homem que queira fazer em todas as partes profissão de bondade deve arruinar-se entre tantos que não são bons. Eis por que é necessário a um príncipe, se quiser manter-se, aprender a poder não ser bom e a valer-se ou não disso segundo a necessidade (*O Príncipe*, XV, p.75).

Com relação ao povo de um principado, apesar de ser este o tema dos próximos capítulos, vale ressaltar uma parte indispensável de ser colocada nesse momento sobre o povo. Para isso, Skinner afirma que Maquiavel apresenta a *virtù* do governante como uma força espantosamente criativa, a

chave para que ele ‘mantenha seu estado’ e se capacite a esmagar seus inimigos. Também afirma que:

O principal mérito do povo passa a residir em sua característica tendência a uma benigna passividade. Em toda essa obra, Maquiavel assume que ‘o povo pede apenas para não ser oprimido’, e por isso mal se dá ao trabalho de lhe atribuir um papel minimamente relevante no drama da vida política. Insiste em que, enquanto o governante ‘ não roubar a grande maioria a propriedade ou a honra’, ela se ‘conservara satisfeita’ e bastante maleável as suas vontades. E aconselha o ‘príncipe sábio’ a reforçar esses hábitos de lealdade concebendo ‘maneiras pelas quais seus cidadãos sempre e em todas as circunstâncias dele dependam’, a fim de garantir que ‘eles sempre lhe sejam fiéis’ nos tempos de necessidade. O príncipe invariavelmente é retratado por Maquiavel como uma figura em movimento, enquanto a atividade do povo é confinada por ele ‘ao caráter irrequieto de uns poucos’, ‘com os quais se pode tratar facilmente e por uma série de meios’ (SKINNER, 2009, p. 146).

Nesta citação, Skinner explica como deve um príncipe agir diante do povo e como este deve ser tratado. A interpretação de Skinner vista pela obra é de que o povo seria maleável aos interesses do príncipe desde que este soubesse lidar com os mesmos. Conforme afirma Maquiavel, no capítulo IX ‘*Do principado civil*’ “o pior que um príncipe pode esperar de um povo inimigo é ser abandonado por ele” (*O Príncipe*, IX, p.46). Afirma que o príncipe deve temer os grandes, pois são mais astuciosos e podem afrontá-lo. Com isso, “procuram aproximar-se daquele que esperam que vença” (*idem*). Afirma também que “quem se tornar príncipe pelo favor do povo deverá manter sua amizade, o que será fácil, pois tudo o que este lhe pede é não ser oprimido” (*idem*, p.47).

Para um melhor entendimento do que vem a ser um principado civil, utilizaremos Bignotto que em sua explicação afirma o seguinte:

O que Maquiavel chama de principado civil diferencia-se dos outros pelo fato de que aí o príncipe age com a consciência da existência na ‘polis’ de desejos inconciliáveis. Ele se torna príncipe porque encarna, num momento determinado, o desejo de uma das classes. Desde o início, uma parte da população o apóia, mas o faz na esperança de que ele a proteja contra os ataques da outra parte. O príncipe não é nesse caso o mediador, mas o representante de um dos lados em

luta e que busca a vitória a qualquer preço. Desse conflito podem surgir duas soluções: ou uma aristocracia ou um regime popular. Maquiavel não hesita em declarar sua preferência pelo segundo regime: 'Concluo somente que ao príncipe é necessário ser amigo do povo; de outra forma não terá remédio na adversidade' (BIGNOTTO, 1991, p.116).

Voltando sobre como os principados são governados, Maquiavel afirma no capítulo IV, serem dirigidos de duas formas:

Ou por um príncipe de quem são servos todos os outros, que na qualidade de ministros por sua graça ou concessão, o ajudam a governar aquele reino, ou por um príncipe e barões que detêm sua posição não pela graça do senhor, mas pela antiguidade da linhagem (*O Príncipe*, IV, p 19).

No capítulo V '*De que modo se devem governar as cidades ou os principados que, antes de serem ocupados, viviam sob suas próprias leis*', Maquiavel afirma

Querendo manter aqueles estados, conquistados da maneira já descrita e habituados a viver com suas próprias leis e em liberdade, existem três modos: o primeiro é destruí-los, o outro é ir pessoalmente residir neles, e o terceiro é deixá-los viver com suas próprias leis, impondo-lhes um tributo e criando dentro deles um estado de poucos, que o conservem teu amigo [...]. Mais facilmente se mantém uma cidade habituada a viver livre por meio de seus próprios cidadãos do que por qualquer outro modo, se quiser preservá-la (*O Príncipe*, V, p. 23).

Dessa forma, Maquiavel diz que se mantém uma cidade livre pelos seus cidadãos, ou seja, deve um principado ter como objetivo preservar seu povo. Para isso, ele cita o exemplo dos espartanos e dos romanos. Se tornar senhor de uma cidade habituada a viver livre e não a destruir pode esperar ser destruído por ela, pois ela sempre terá por refúgio a rebelião, o nome da liberdade que não fará os habitantes esquecerem. "Se os habitantes não se desunirem nem se dispersarem, não esquecerão aquele nome nem aquelas ordenações; o que quer que aconteça, recorrerão a eles [...]" (*idem*).

Já com relação às repúblicas “há mais vida, mais ódio, mais desejo de vingança. Nelas, a memória da antiga liberdade não as deixa nem as pode deixar repousar e, por isso, o meio mais seguro é aniquilá-las ou habitá-las” (*ibidem*).

Bignotto, ao analisar a liberdade n’*O Príncipe*, ressalta que Maquiavel explica a “questão dos principados que são conquistados pela habilidade política, mostrando com isso que todo estudo da conquista baseado unicamente na análise da força está condenado ao fracasso” (BIGNOTTO, 1991, p.115).

Esse pensamento pode ser confirmado no capítulo IX, onde Maquiavel afirma que: “o povo deseja não ser comandado nem oprimido pelos grandes, enquanto os grandes desejam comandar e oprimir o povo; desses dois apetites opostos, nasce nas cidades um destes três efeitos: principado, liberdade ou licença” (*O Príncipe*, IX, p. 45).

Na obra toda, esse trecho se destaca pela chamada Teoria dos Humores²³ em Maquiavel, onde existem de fato dois humores distintos. Humor, conforme o autor é entendido como desejo. Os dois humores são o desejo do povo [de não ser comandado nem oprimido] e o desejo dos grandes [comandar e oprimir]. Assim, desses conflitos podem surgir três formas de governo que são o principado, a liberdade e a licença²⁴. Claude Lefort acrescenta que:

²³ A **teoria dos humores**, que tem origem na medicina grega e romana, era bastante conhecida durante o Renascimento. Segundo ela, o corpo humano é composto de quatro humores identificados como bÍlis preta, bÍlis amarela, fleuma e sangue. A saúde do corpo humano depende do equilíbrio destes quatro humores. O seu desequilíbrio torna o homem doente e incapacitado. Esta teoria é transformada por Maquiavel. Não é mais considerada a partir de quatro humores, mas numa perspectiva binária: há o humor do povo e o dos *grandi*. Mas ele mantém desta teoria a idéia do equilíbrio que na política se traduz em um equilíbrio institucional entre os humores, de tal forma que nenhum chegue a dominar o outro (SANTOS, 2011, p. 26).

²⁴ Esta última encontra-se em algumas traduções por ‘anarquia’.

[...] Maquiavel abandona espetacularmente as classificações tradicionais [...]. Insinua que aos olhos do observador só conta a maneira pela qual se resolve a luta de classes: ou ela engendra um poder que se eleva acima da sociedade e a subordina inteiramente à sua autoridade – é o principado - ou se ajusta de tal maneira que ninguém fica sujeito a ninguém [pelo menos de direito] – é a liberdade -; ou é impotente para se assimilar numa ordem – é a licença. (LEFORT apud *O Príncipe* – notas do cap. IX, p.167).

Conforme afirmado por Lefort, pode-se compreender melhor o que vem a ser principado [um poder acima da sociedade] que pode ser uma monarquia, ou até tirania [não sendo o caso]; a liberdade [ninguém fica sujeito a ninguém] sendo essa a república e a licença [é impotente para uma ordem] que vem a ser a anarquia. Com relação à segurança de um principado, Maquiavel concluiu que “sem ter armas próprias, nenhum principado estará seguro; aliás, estará inteiramente obrigado à fortuna, não havendo *virtù* que confiavelmente o defenda nas adversidades” (*O Príncipe*, XIII, p. 68). Nota-se, portanto, que as armas próprias são o elemento fundamental para garantir a segurança da nação.

No último capítulo, Maquiavel revela sua grande paixão por sua Itália. Ele colocou todas as esperanças de uma salvação num príncipe novo. “permanece a Itália como que sem vida, à espera de quem sane suas feridas [...]” (*O Príncipe*, XXVI, p.128). Seguiu afirmando “vê-se que está inteiramente pronta e disposta a seguir uma bandeira, contanto que alguém a tome” (*idem*).

Maquiavel concluiu este capítulo afirmando que a Itália estava pronta para receber este novo príncipe que iria modificar e salvar o povo italiano oprimido e humilhado pelos estrangeiros. Apoio a ele não iria faltar, conforme salientou:

Não se deve, portanto, deixar essa ocasião para que a Itália, depois de tanto tempo, veja surgir seu redentor. Não posso exprimir com que amor ele seria recebido em todas as províncias que sofreram devido a esses aluviões externos, com que sede de vingança, com que obstinada fé, com que piedade, com que lágrimas! Que portas se lhe fechariam? Que povo lhe negaria obediência? Que inveja se lhe oporia? Que italiano se negaria a segui-lo? (*O Príncipe*, XXVI, p.131)

Percebe-se no final do livro a sua grande razão de viver, sua paixão desenfreada pela sua Itália. Maquiavel escreveu com o objetivo de chamar a atenção para uma nação que possuía alto potencial de desenvolvimento “com o ânimo e a esperança com que se assumem as empresas justas, para que, sob sua insígnia, seja esta pátria enobrecida” (*idem*). Encerrou sua obra com um dito de Petrarca, para se comprovar que sua nação tinha tamanho potencial: “*Virtù contro a furore, prenderà l’arme; e fia el combatter corto, che l’antico valore, nell’italici cor non è ancor morto (ibidem)*”²⁵.

A todo o momento, Skinner relaciona o pensamento de Maquiavel a uma síntese de que um príncipe deve ter e conservar a “honra, glória e fama”. Certamente na obra *O Príncipe*, Skinner afirma que Maquiavel insiste em que a conduta do príncipe deve ser tanto *onesta* quanto *utile*, e por isso mesmo pretende que todos os príncipes tomem como modelo alguma figura histórica que tenha sido gloriosa no passado. Cita como espelho de príncipe Fernando de Aragão e expressa desprezo por Agátocles da Sicília devido ao fato de ele ter sistematicamente aplicado métodos criminosos em seu governo, onde Maquiavel disse que estes artifícios podem proporcionar poder a um príncipe, mas não a glória. Conforme observa-se nas próprias palavras do pensador: “Não se pode propriamente chamar de *virtù* o fato de assassinar seus concidadãos, trair os amigos, não ter fé, piedade nem religião. Esses modos podem fazer adquirir império, mas não glória” (*O Príncipe*, VIII, 40).

Analisando bem esta citação, pode-se afirmar que se em algum momento Maquiavel afirmou que se for necessário matar ou roubar, ser mal e traiçoeiro para se alcançar algo, neste pensamento acima citado ele desmistifica qualquer ideia de que seu livro teria sido escrito para aplicar a imoralidade na política. A obra *O Príncipe* foi baseada na práxis política, ou seja, nas experiências e vivências de Maquiavel, nas suas observações quanto ser humano e quanto ser político que governa uma nação, ou seja, no empirismo. Buscou a ‘verdade efetiva das coisas’. Pensando hoje século XXI,

²⁵ “A virtude, contra o furor, tomará armas, e que seja breve o combate, pois o antigo valor/não está morto no coração dos italianos.”

nota-se que esta ideia é totalmente aceita e aplicável. Tanto no meio político quanto na vida privada, todos possuem o livre arbítrio, onde cada um pode escolher o caminho do poder ou da glória. Traduz-se aí - no livre arbítrio - o pensamento de Maquiavel.

Assim, escolher de meios imorais, falsos, maldosos, traiçoeiros, egoístas, podem sim levar um homem ao poder, podem sim levar-te ao teu maior objetivo, mas certamente não terá um príncipe a glória de seu povo, o orgulho, a admiração de ter conquistado algo por meios lícitos. Está definida então a preocupação de Maquiavel num principado: o esforço do príncipe em suas ações deve estar voltado para o bem comum e para obter a glória de seu povo.

1.4 Discursos Sobre a Primeira Década de Tito Lívio

Maquiavel conclui *O Príncipe* em 1513, onde apresentou o opúsculo a Lorenzo de Médici que, como se viu, o acolheu com frieza. Sem esperança de conseguir seu maior objetivo, ou seja, voltar à política com seu antigo cargo ou outro qualquer, Maquiavel se dedica as atividades literárias por volta de 1516 e passa a frequentar reuniões com escritores “um grupo de humanistas e letrados” (SKINNER, 2010, p.69) nos jardins do palácio Rucelai (Orti Oricellari) em Florença. As obras feitas por Maquiavel fruto desses encontros foram a comédia *A mandrágora* (1518) e *A arte da guerra* (1521). Porém, a obra de maior reconhecimento do que se possa caracterizar-se por sua melhor e mais grandiosa contribuição no que concerne ao seu pensamento político, a “sua contribuição mais extensa e, em alguns aspectos, mais original para a teoria do governo” (*idem*, p.70) vem a ser *Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio*, que se iniciou em 1513, sendo interrompida para escrever *O Príncipe* e concluída em 1517.

Seguindo a cronologia dos *Discursos*, Maquiavel dedica a obra a dois jovens companheiros que frequentavam os “orti oricellari” chamados Zanobi

Buondelmonti e Cosimo Rucellai, preferindo não dedicar mais a algum príncipe como os escritores da época [inclusive ele n' *O Príncipe* dedicando à Lorenzo de Médici] costumavam fazer. Para Bignotto, Maquiavel queria “mudar a imagem que a dedicatória d' *O Príncipe* podia ter criado” (1991, p.75), dedicando os *Discursos* aos amigos republicanos.

1.4.1 Livro Primeiro: “O Tratado Republicano”

A obra *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*²⁶ trata de um comentário sobre a *Ab urbe condita libri* [História de Roma]²⁷ escrita pelo historiador romano Tito Lívio²⁸, formada por 142 livros, onde restaram para nós 35 deles. Maquiavel expõe a ascensão da cidade, a derrota dos rivais e a instauração da liberdade. Assim, a obra é dividida em três livros: o *livro primeiro*, contendo sessenta capítulos que tratam da constituição de um estado

²⁶ Edição pesquisada: Martins Fontes, 2007.

²⁷ Narra os feitos romanos desde sua origem até o governo de Otávio Augusto (9 a.C). Os copistas fizeram uma divisão da obra em grupos de dez livros, bem como uma sinopse de cada um. Eles deram para essa reunião dos livros em conjunto de dez, o nome de décadas. Os dez primeiros livros – os poucos que se conservaram – narram os feitos desde as origens de Roma até o ano de 295 a.C, época que compreende o governo monárquico e republicano. Os *Discursos* de Maquiavel são elaborados sobre esses dez primeiros livros (MARTINS, 2007, p. 13).

²⁸ Tito Lívio viveu há mais de dois mil anos, e deixou poucas informações que revelem a sua pessoa, a sua vida (...); “O historiador sem história” e “a figura mais nebulosa entre os grandes clássicos” são alguns dos epítetos criados pelos comentaristas ao apresentarem Tito Lívio, um homem que deixou poucas informações sobre si próprio (...); a sua data de nascimento é situada entre os anos 58, 59 e 64 a.C., e o seu falecimento é datado em 12, 13, 17 ou 18 d.C. O que se sabe com certeza é que o grande historiador romano nasceu em Pádua – Patavium (MITRAUD, 2007, p. 31,32).

livre e do funcionamento interno das repúblicas; o *livro segundo*, com trinta e três capítulos que versam sobre como manter um poder militar efetivo e o *livro terceiro*, com quarenta e nove capítulos o qual abordam sobre a liderança e também da dinâmica dos Estados.

Nesse capítulo, a ideia base visa traçar alguns conceitos possíveis e aspectos relativos ao que uma república deve estar atrelada para caminhar em busca da liberdade. Procurar-se-á para tanto entender essa república nos *Discursos*, principalmente com foco no *livro primeiro*, considerado o tratado republicano, “a parte mais relevante da obra, já que nela o florentino alicerça as fundações de sua teoria da *res publica*” (KRITSCH, 2010, pp. 27-28). O foco será nessa parte, pois é o livro onde Maquiavel aprofunda as questões que se propõe pesquisar no respectivo trabalho: a república, o povo e a liberdade. Ainda vale destacar a informação de Bignotto sobre como Guicciardini lê Maquiavel: “é muito significativo que ele dedique especial atenção aos dezesseis primeiros capítulos dos *Discorsi*, que contêm o núcleo da teoria maquiaveliana sobre a liberdade” (BIGNOTTO, 2006, p. 165-166). Por isso também que o livro primeiro dos *Discursos* é chamado de o tratado republicano, pois os primeiros capítulos abordam a questão central da obra de Maquiavel: a liberdade.

Perceber-se-á nos *Discursos* que, na república, o povo pode ter mais liberdade e igualdade, pois, conforme Maquiavel, “onde existe igualdade, não se pode criar um principado; e onde ela não existe, não se pode criar uma república” (*Discursos*, I, 55, p. 158). Essa ideia de república como uma forma de governo que, comparada às outras formas, é onde se pode ter mais liberdade entre o povo e os grandes, vem a ser a conceituação base da teoria republicana de Maquiavel a qual este trabalho seguirá, pois “vale observar que a ‘liberdade’ à qual Maquiavel faz referência é o regime republicano.” (ADVERSE, 2007, p.36). Assim, república para Maquiavel é sinônimo de liberdade.

Em que pese, alguns autores afirmam que Maquiavel prefere à república ao principado, ainda que ele não tenha se manifestado explicitamente sobre sua preferência. Um exemplo é o artigo de André Singer, afirmando que “nos

Comentários, Maquiavel toma um partido claro a favor da forma republicana de governo, ou seja, contra a tirania” (SINGER, 2006, p.353). Outro autor que afirma isso é Skinner “Isso não leva Maquiavel a se desinteressar dos principados [...] mas certamente leva-o a manifestar uma clara preferência pelos regimes republicanos em relação aos principados” (SKINNER, 2010, p. 73). Já na concepção de Mansfield

Para Maquiavel, somente alguns homens são políticos, e eles governam em qualquer regime, não importa como seja chamado. O povo não deseja governar e quando parece governar, está sendo manipulado por seus líderes. Ele é matéria sem forma, corpo sem cabeça. Uma vez que não pode governar, o regime é sempre o governo de um príncipe ou de príncipes (MANSFIELD apud ADVERSE 1996, p.237).

Para Mansfield, contrariando os autores acima citados, o regime é sempre o principado. Mansfield pode ter razão se pensar que o desejo do povo não é comandar, logo não se terá uma república que é um governo popular, mas tão somente um governo de um príncipe ou de príncipes. Maquiavel não tem preferências: o que ele visa é a funcionalidade do governo, seja uma república ou um principado.

Deste modo, para a república ser livre é necessário que o povo esteja bem, visto que “todos os cidadãos que vivem ambiciosamente numa república buscam, em primeiro lugar, não ser ofendidos” (*Discursos*, I, 46, p.137). Desejo este semelhante no principado onde “o povo deseja não ser comandado nem oprimido pelos grandes, enquanto os grandes desejam comandar e oprimir o povo” (*O Príncipe*, IX, p.45).

Maquiavel, no início do livro primeiro deixa claro que vai falar sobre as cidades que nasceram longe da servidão, se governaram por seu próprio arbítrio, “seja como repúblicas, seja como principados” (*Discursos*, I, 2, p.12). “Se concentrará nas que começaram em liberdade” (SKINNER, 2010, p. 73). Escolhe falar das cidades que tiveram leis e ordens diferentes. Percebe-se que as leis são importantes no pensamento republicano de Maquiavel, pois ele logo afirma que “pode considerar-se feliz a república à qual caiba por sorte um homem tão prudente que lhe dê leis de tal modo ordenadas que seja possível

viver com segurança sob tais leis, sem precisar corrigi-las” (*Discursos*, I, 2, p.13). E é considerada infeliz a cidade que precisou reordenar-se por si mesma, sem ter encontrado um ordenador.

Nas repúblicas, podem existir um dos três estados que são: o principado, *optimates* e popular²⁹. Maquiavel, baseado nas teorias de Políbio³⁰, Platão³¹ e Aristóteles³², complementa a explicação afirmando que, segundo esses pensadores, existem seis formas de governo. Três delas são péssimas e outras três são boas³³ em si mesmas, sendo as formas boas, o principado, os *optimates* e o popular, e as formas ruins as outras três que podem decorrer dessas, ou seja, a tirania, a ditadura e a anarquia, pois que “o principado facilmente se torna tirânico; os *optimates* com facilidade se tornam governo de poucos; o popular sem dificuldade se torna licencioso” (*Discursos*, I, 2, p.14). Conclui que estes não podem coexistirem numa mesma cidade pois “um toma conta do outro” (*idem*, p.17).

²⁹ O principado é como um reinado; o *optimates* vem a ser uma oligarquia e o popular é a república.

³⁰ Na teoria de Políbio, existem seis formas simples de governo, onde três são boas e três são más que são: reino, aristocracia, democracia, tirania, oligarquia e oclocracia. Para Políbio, a forma melhor que combinaria as três formas clássicas seria a da constituição romana. In: (POLÍBIUS, 1985)

³¹ No diálogo apresentado por Platão (428-347 a.C.) na obra *A República*, cuja principal ideia é descrever uma república ideal, Platão afirma que os Estados que realmente existem, os Estados reais, são corrompidos. Enquanto o Estado perfeito é um só (e não pode deixar de ser assim, visto que só pode haver uma constituição perfeita). Ou seja, a tipologia das formas de governo de *A República*, inclui só formas más (apresentadas no livro oitavo, que são em ordem decrescente, as quatro seguintes: timocracia, oligarquia, democracia e tirania). In: (POLIZEL, et. al. 2010, p. 2167).

³² As teorias clássicas das formas de governo aparecerão com mais frequência em Aristóteles (384-322 a.C.) na obra *Política*, onde o autor privilegia as virtudes (justiça, caridade e generosidade), tidas como propensas tanto a provocar um sentimento de realização nas pessoas em que agem como beneficiar a sociedade em que vivem. Para Aristóteles, o Estado deve zelar pelo ideal da vida humana perfeita. O governo é dividido de três formas: 1) Monarquia: cujo governo é de um homem só, de caráter hereditário, que visa o bem comum, como a obediência às leis e às tradições; 2) Aristocracia: poder onde o Estado é governado por um pequeno grupo de pessoas físicas; 3) Politéia: governo do povo, onde exerce respeito as leis e que beneficia a todos (*idem* à referência da nota 19).

³³ De acordo com o contexto e com o pensamento maquiaveliano, são consideradas as formas boas de governo as que os governantes visam ao bem comum e as más são as que visam o interesse próprio.

Dos exemplos citados por Maquiavel nas cidades de Esparta e Atenas, a que ele considera melhor para explicar sua teoria é Roma. Essa não teve um Licurgo que ordenou as leis em Esparta, criou um estado que durou mais de oitocentos anos, mas teve os conflitos que, para Maquiavel, fizeram durar a república romana. Onde ele explica que a nobreza romana por tornar-se insolente fez o povo sublevar-se contra ela, e foi obrigada a ceder ao povo sua parte, tendo de outra forma, fortificado o senado e os cônsules. Assim é a explicação de Maquiavel para a criação dos tribunos da plebe, “tornando-se assim mais estável o estado daquela república, visto que as três formas de governo tinham sua parte” (*Discursos*, I, 2, p.19). O importante para Maquiavel então é que em uma república as três formas de governo tenham seu espaço de forma igual.

Maquiavel chega então a uma conclusão de que para se constituir uma república perfeita, deve ela ser mista “perfeição a que se chegou devido à desunião entre plebe e senado” (*idem*). Para Bignotto, “não há dúvida de que Maquiavel procura demonstrar que o único elemento capaz de construir uma república potente é o elemento popular” (1991, p.108) e complementa que “o apoio popular é a chave da potência de uma república, que será a única forma capaz de desenvolver plenamente o que os principados civis apenas esboçarão” (*idem*, p. 117).

Continuando a análise dos *Discursos*, tem-se que “a desunião entre plebe e senado tornou livre e poderosa a república romana” (*Discursos*, I, 4, p.21). O capítulo quatro é, segundo Ricardo Silva, onde Maquiavel “desenvolve a tese do conflito como causa da liberdade” (SILVA, 2010, p.50). Maquiavel assim afirma nesse capítulo: “Roma foi uma república tumultuária e tão cheia de confusão que, se a boa fortuna e a *virtù* militar não tivessem suprido a seus defeitos, ela teria sido inferior a qualquer outra república” (*Discursos*, I, 4, p.21). Diz também que “em toda república há dois humores diferentes, o do povo, e o dos grandes, e que todas as leis que se fazem em favor da liberdade nascem da desunião deles” (*idem*, p.22). Assim, pode-se constatar que Maquiavel considera os conflitos sociais como sendo a causa para a busca da liberdade republicana.

É o próximo capítulo, o quinto, que Maquiavel, segundo Silva, “desenvolve a tese do povo como o *guardião da liberdade*” (2010, p.50), porém será foco de outra parte deste trabalho. Mas vale salientar no mesmo que “como em toda república há homens grandes e populares, não se sabe bem em que mãos é melhor depositar tal guarda [...] mas entre os romanos, foi posta nas mãos da plebe” (*Discursos*, I, 5, p.24). A tese da guarda da liberdade é uma das concepções do pensamento político maquiaveliano mais interessante e instigante, visto ser importante para a manutenção de uma república que se guarde e mantenha a liberdade de sua pátria. Notar-se-á que Maquiavel considera o povo detentor da guarda da liberdade, mas se pretenderá discutir no próximo momento do trabalho que alguns teóricos divergem dessa afirmação e há uma gama deles que consideram inclusive o povo como agente passivo em Maquiavel, em virtude de ele ter escrito, no capítulo IX, d’*O Príncipe*, que o mesmo deseja não ser comandado nem oprimido pelos grandes. Essa discussão será aprofundada mais adiante, em virtude de o foco deste capítulo se recortar no principado e na república, embora seja inevitável abordar república sem citar o povo da mesma.

Assim, continuando com a concepção de república nos *Discursos*, Maquiavel acredita que “para criar uma república que durasse muito tempo, seria necessário ordená-la internamente como Esparta ou como Veneza, situá-la em lugar fortificado, e com tal poder que ninguém se acreditasse capaz de subjugá-la em pouco tempo [...]” (*Discursos*, I, 6, p.31); continua sobre as razões pelas quais se trava uma guerra contra a república: “uma é querer assenhorear-se dela; outra é ter medo de ser dominado por ela” (*idem*). Para tornar uma república firme e estável nada melhor que “ordená-la de tal modo que a alteração dos humores que a agitam encontre via de desafogo ordenada pelas leis” (*Discursos*, I, 7, p.33).

Maquiavel afirma também que é necessário um homem só para ditar as ordenações, que deve o ordenador ser prudente e virtuoso citando exemplos de Moisés, Licurgo, Sólon e outros fundadores de reinos e repúblicas que criaram leis em favor do bem comum. Conclui então que “para ordenar uma república é necessário estar só” (*Discursos*, I, 9, p.43). Bignotto (1991) conclui

que Maquiavel considera o regime misto a expressão formal mais adequada para a liberdade. Nos capítulos seguintes (11 ao 15), Maquiavel reflete sobre as religiões, especificamente das relações de força entre o clero e o Estado, mas não aborda muito as questões que interessam nesse momento.

É importante frisar que Maquiavel não constrói uma história ideal de Roma, ele apresenta seus defeitos também, sendo um deles o de que para se tornar uma república, Roma teve de destruir outras. Bignotto afirma que “o movimento de destruição do mito de uma Roma infalível completa-se no trigésimo sétimo capítulo” (1991, p.101), onde Maquiavel, ao comentar sobre os tumultos gerados em Roma pela lei agrária, afirma:

Porque, sempre que os homens não precisam combater por necessidade, combatem por ambição; e esta é tão poderosa no peito humano que nunca, seja qual for a posição atingida, o homem a abandona. A razão disso é que a natureza criou os homens de tal modo que eles podem desejar tudo, mas não podem obter tudo, e, assim, sendo o desejo sempre maior que o poder de adquirir, surgem o tédio e a pouca satisfação com o que se possui (*Discursos*, I, 37, p. 113).

Essa parte lembra as afirmações de Maquiavel n’*O Príncipe* onde ele comenta que o homem é por natureza ambicioso e insaciável. Com isso, Maquiavel mostra que os conflitos não são por necessidade, mas sim pela ambição do homem pelo poder. E para uma república existir, os conflitos se fazem presentes, porém não são garantias de paz eterna, conforme salienta Bignotto,

Não podemos falar de república onde não existe uma expressão jurídica da liberdade, onde o bem público não domina o interesse privado, onde não existe igualdade entre os homens; mas todas essas instituições, todas essas condições não são essências capazes de garantir a paz e a tranquilidade de um povo para sempre (1991, p.102).

Maquiavel segue comentando que as repúblicas fracas não sabem deliberar e se tomam uma decisão é por necessidade e não por escolha, pois que

As repúblicas irresolutas nunca tomam boas decisões, a não ser forçadas, visto que sua fraqueza não lhes permite deliberar desde que haja alguma dúvida; e se tal dúvida não for suprimida por alguma violência que as empurre, elas ficarão sempre vacilantes (*Discursos*, I, 38, p.120).

Afirma também que é quase impossível aquelas cidades que tiveram seu princípio na servidão encontrar leis que as mantenham livre, o contrário das que tiveram o seu princípio livre, como Roma. Nos últimos capítulos do livro primeiro Maquiavel prioriza os assuntos do povo. Ele afirma que “a plebe, unida, é forte; dispersa, é fraca” (*Discursos*, I, 57, p.165) e que “a multidão é mais sábia e constante que um príncipe” (*idem*, p.166). Logo conclui

Assim como duraram muito os estados dos príncipes, também duraram os estados das repúblicas, e que ambos precisam ser regulados por leis, porque o príncipe que pode fazer o que quer é louco; um povo que pode fazer o que quer não é sábio. Se, portanto, pensarmos num príncipe vinculado às leis e num povo acorrentado a elas, veremos mais *virtù* no povo que no príncipe; e, se pensarmos em ambos irrefreados, veremos menos erros no povo que no príncipe, sendo tais erros menores e mais remediáveis (*Discursos*, I, 58, p.171).

Portanto, percebe-se que Maquiavel considera fundamental que se tenham as boas leis para manter uma nação. Sem elas nem o príncipe, nem o povo conseguiriam se governar e conservar a ordem do estado.

1.4.2 Livro Segundo: “O Tratado dos Exércitos”

Nos próximos dois livros dos *Discursos*, Maquiavel se concentra mais nas questões dos exércitos e em como manter essa república a qual ele discorreu longamente no livro primeiro. É o tratado dos exércitos, onde são abordadas questões que vão desde as mais técnicas como artilharia, infantaria

e cavalaria até de como manter um poder militar efetivo e de como ter uma milícia bem formada é importante para a defesa do território e a conquista de outros. Esse livro é composto por 33 capítulos, sendo que serão abordados os considerados mais relevantes para a pesquisa, posto o critério de relevância, onde serão observados os momentos em que há maior discussão do objeto de estudo: o povo.

O primeiro capítulo traz a questão: “o que contribuiu mais para o império conquistado pelos romanos: a *virtù* ou a fortuna?” (*Discursos*, II, 1, p.181). Bignotto afirma que a causa da grandeza romana foi aliada a sua disciplina, sua *virtù*. Coloca também que o retrato que Maquiavel faz das repúblicas traz uma terrível contradição, uma vez que, “tudo isso só pode ser efetivo porque Roma destruiu todas as repúblicas vizinhas e, com elas, a liberdade de todos os povos da Itália. Da liberdade nasceu a servidão de um número enorme de repúblicas” (BIGNOTTO, 1991, p.111). Assim, conclui-se que prevaleceu em Roma a *virtù*, ou seja, as qualidades como poderio de guerra, eram mais fortes do que as outras repúblicas, que acabaram sendo destruídas pela mais forte, pois “quem considerar bem a ordenação das guerras e o procedimento dos romanos, verá que à fortuna se uniram a *virtù* e grande prudência” (*Discursos*, II, 1, p.183).

Dessa forma, Maquiavel expôs as conquistas romanas, a grandeza de sua *virtù*, mas inevitavelmente exibiu suas fraquezas. Conclui Bignotto que

O conflito de Roma com seus vizinhos prova que a ‘verdade’ de sua história foi construída com base na destruição da história das outras repúblicas, que possuíam as mesmas possibilidades que a república vencedora. A história de Roma foi exemplar por causa de sua fabulosa disciplina militar, da capacidade de ação de seus homens, mas não por possuir um destino particular (1991, p.112).

No capítulo dois, ele trata do bem comum, e explica que “o que engrandece as cidades não é o bem individual, e sim o bem comum” (*Discursos*, II, 2, p. 187). Aqui vale ressaltar que ele faz a distinção entre a

república e o principado onde o bem comum é uma característica notada somente na república, pois tudo que se faz é para o bem, mesmo que cause dano a um homem só, a maioria será beneficiada. Já num principado ocorre o contrário pois “o que é feito em favor do príncipe prejudica a cidade, e o que é feito em favor da cidade o prejudica” (*idem*).

Sobre como as repúblicas procederam para se ampliarem, no capítulo quatro Maquiavel afirma ser de três formas: a primeira seria formar uma liga de várias repúblicas, onde nenhuma se impõe à outra e que sejam aliadas nas conquistas, a segunda forma é fazer aliados e a terceira é criar súditos, não aliados e afirma que dos três modos esse último é de todo inútil. Conclui afirmando que Roma foi a mais admirável, pois antes de Roma não havia exemplo e depois não houve quem a imitasse.

No capítulo oito, Maquiavel explica os motivos que levaram os povos a saírem de suas terras e inundarem as terras alheias. As guerras são travadas pela ambição de príncipes ou repúblicas ou quando um povo sai de sua terra por necessidade da fome ou da guerra e procura novas terras. Sobre esses povos, eles

às vezes são numerosos e entram com violência nas terras alheias, matando seus habitantes, tomando posse de seus bens, criando um novo reino e mudando o nome do lugar: foi o que fizeram Moisés e os povos que ocuparam o Império Romano (*Discursos*, II, 8, p. 209).

Nos capítulos que seguem, Maquiavel volta sua atenção aos assuntos específicos sobre a guerra, como no capítulo nove, quais os motivos que fazem surgir as guerras entre poderosos, onde ele trata da guerra entre os romanos e os samnitas, já no próximo capítulo, é interessante destacar uma frase impactante onde ele afirma que “o nervo da guerra não é o dinheiro e sim os bons soldados” (*Discursos*, II, 10, p.214) e repete esse ensinamento ao longo do capítulo. Segue aconselhando ora o príncipe, ora uma república, como por exemplo, afirma que “o príncipe que tenha seus povos armados e ordenados para a guerra sempre deve esperar em casa uma guerra poderosa e perigosa, e não deve ir ao encontro dela” (*Discursos*, II, 12, p. 223).

Maquiavel segue nos próximos capítulos abordando temas mais técnicos, o que nas palavras de Bignotto:

Temos a impressão, do capítulo XVI ao XVIII, de que Maquiavel quer tratar o problema militar à luz de considerações meramente técnicas. Isso era de se esperar num autor da Renascença, uma vez que a invenção da artilharia e o fim do ideal medieval do guerreiro nobre levaram muitos autores a buscar um novo modelo para a compreensão da guerra (BIGNOTTO, 1991, p. 159).

Maquiavel também afirma que a igualdade entre os exércitos é o que mantém a ordenação:

A igualdade de que Tito Lívio fala entre aqueles exércitos consistia no fato de que, por terem combatido juntos por muito tempo, falavam a mesma língua, tinham a mesma ordenação e as mesmas armas, pois, ao ordenar a batalha, faziam tudo da mesma maneira; e as ordens e seus capitães tinham os mesmos títulos (*Discursos*, II, 16, p. 232).

Portanto, era necessário que houvesse a igualdade de forças e de virtù que tornasse os soldados obstinados “obstinação na qual consiste a vitória [...] porque enquanto ela dura no peito dos combatentes, os exércitos nunca debandam” (*idem*). Nos próximos dois capítulos, Maquiavel é bem técnico, conforme afirmou Bignotto, onde são abordados assuntos sobre a artilharia, a infantaria e a cavalaria.

Passando para o capítulo vinte, Maquiavel aborda os perigos que corre o príncipe ou a república que usa a milícia auxiliar ou mercenária, assunto já comentado nos capítulos doze e treze d’*O Príncipe*. Ele afirma que as auxiliares são as mais danosas, pois quem as emprega não possui autoridade sobre elas, portanto é mais útil preparar a milícia própria, do que necessitar de milícias auxiliares.

Para Maquiavel, as fortalezas são mais danosas que úteis. Ele trata desse assunto no capítulo vinte e quatro, igualmente abordado n' *O Príncipe*³⁴, destacando a quem ele se dirige: “dirijo-me ao príncipe, dizendo-lhe que, para conter seus cidadãos, nada há mais inútil que a fortaleza [...] porque ela te torna mais pronto e menos cauteloso em oprimi-los” (*Discursos*, II, 24, p. 271). Já no capítulo vinte e sete, é tratada a questão da vitória que deve ser o limite para príncipes e repúblicas, pois quando ela não basta, se perde. Assim, “os homens cometem o erro de não saber pôr limites às suas esperanças e, apoiando-se nelas, sem medir suas possibilidades de outro modo, acabam por arruinar-se” (*Discursos*, II, 27, p.285).

É sabido que o método do qual Maquiavel mais se utiliza para escrever suas obras é por meio dos exemplos do passado, para assim os homens se espelharem naqueles que obtiveram a glória. O autor igualmente utilizou muito de suas experiências como secretário florentino para ensinar aquilo que viu e vivenciou. Com isso, dentre inúmeros e famosos exemplos de grandes homens que Maquiavel citou tanto n' *O Príncipe* como nos *Discursos*, ver-se-á mais um dos aqui já abordados.

Assim, o exemplo trata-se da vingança. Mais especificamente de como um príncipe ou uma república deve dar importância para aquele ou aqueles que, ao sofrer injúria, desejam o apoio de outro para se vingar. Devem portanto príncipes e repúblicas cuidarem as injúrias não só cometidas contra seu povo, mas também contra um particular. Maquiavel alerta que o ofendido pelo público ou privado desejará ser vingado, se estiver numa república se vingará mesmo se provocar sua ruína; num principado não sossegará até se vingar.

Eis então o exemplo: As partes envolvidas são Filipe da Macedônia (pai de Alexandre), Pausânias (jovem belo e nobre) e Átalo (homem importante da corte). Átalo, ao se interessar por Pausânias, tentou procurá-lo, mas sem ser correspondido “decidiu obter por engano e força aquilo que percebia não poder

³⁴ Capítulo XX “Se as fortalezas e muitas outras coisas que os príncipes fazem diariamente são úteis ou não”.

obter por outros modos” (*Discursos*, II, 28, p.287). Então fez um solene banquete com vários homens, incluindo Pausânias. Ao final do banquete, Átalo mandou os homens prenderem Pausânias. Saciou seus desejos e ainda “mandou que muitos o violentassem de modo semelhante” (*idem*). O injuriado queixou-se a Filipe, e este além de não o vingar, nomeou Átalo em um cargo na Grécia. Em suma, Pausânias, vendo o inimigo sendo honrado, voltou sua indignação não contra Átalo, mas contra Filipe e por isso assassinou-o. Conclui Maquiavel que esse exemplo é parecido ao dos romanos e todos que governam devem notar que “nunca se deve dar tão pouco valor a um homem que, somando-se uma injúria a outra, se acredite que o injuriado não vá pensar em vingar-se, ainda que para isso se exponha a perigos [...]” (*Discursos*, II, 28, p.288).

Já finalizando o livro segundo dos *Discursos*, vale notar o capítulo vinte e nove, o qual Maquiavel aborda novamente a questão da *virtù* e da fortuna³⁵ afirmando que essa escolhe um homem com *virtù* para que perceba a ocasião que ela lhe oferecerá, assim como quando quer provocar ruínas, busca homens que facilitem esse meio. Conclui Maquiavel nesse capítulo que:

Os homens podem seguir a fortuna, e não se opor a ela; podem tecer os seus fios e não rompê-los. Por isso, nunca devem desistir; porque, não sabendo qual é a finalidade dela, e visto que ela anda por vias oblíquas e desconhecidas, é sempre preciso ter esperança, e, esperando, não desistir, seja qual a fortuna e o sofrimento em que se encontrem (*Discursos*, II, 29, p. 291).

No capítulo trinta, Maquiavel fala também da *virtù* e da fortuna nas repúblicas e principados. Ele afirma que os romanos conquistaram cidades com a *virtù* das armas e não com dinheiro, o que, segundo ele, não ocorreu com nenhuma outra república. E conclui “onde os homens têm pouca *virtù*, a

³⁵ Essas questões sobre a *virtù* e a fortuna, são amplamente debatidas na obra *O Príncipe*, ver em especial nos capítulos VI e VII. Nos *Discursos*, Maquiavel trabalha mais essa questão nos capítulos 1, 19, 29 e 30 do livro segundo e capítulos 16 e 31 do livro terceiro.

fortuna mostra o seu poder; e, assim como ela varia, variam também com freqüência as repúblicas e os estados; e variarão sempre [...]” (*Discursos*, II, 30, p.295).

1.4.3 Livro Terceiro

Esse vem a ser o último livro dos *Discursos*, com quarenta e nove capítulos. De todos eles, serão abordados aqueles mais relevantes para a pesquisa, conforme já dito, os que mais discutem o objeto de estudo que é o povo, bem como os que possuem maior incidência dessa palavra. Interessante nesse momento analisar alguns capítulos, como o primeiro sob o título de: “quem quiser que uma seita ou uma república viva por muito tempo, precisará fazê-la voltar frequentemente ao seu princípio”. O florentino conclui o mesmo dizendo que

não há coisa mais necessária à vida comum, seja em seitas, reinos ou repúblicas, do que devolver-lhe a reputação que tinha no início, bem como cuidar que a tal efeito se chegue por meio de boas ordenações ou bons homens, e não por alguma força extrínseca (*Discursos*, III, 1, p. 310).

Assim sendo, é relevante cuidar que uma república volte aos seus princípios para que sua duração seja maior. Passando para o capítulo seis do livro terceiro, interessante destacar que este é de todos, o capítulo mais longo dos *Discursos* com vinte e sete páginas³⁶. O assunto tratado são as conjurações³⁷, mas por que Maquiavel resolve dar atenção a esse assunto, que passa a princípio despercebido pelo leitor maquiaveliano? Porque, para ele as conjurações “são tão perigosas para os príncipes e para os homens privados; porque se nota que muitos mais príncipes perderam a vida e o estado por meio

³⁶ A média dos capítulos é de dez páginas.

³⁷ De acordo com o contexto, pode-se entender conjurações na teoria maquiaveliana como sinônimo de injúrias, vinganças, conspirações que podem ser acometidas contra toda uma pátria ou contra um só.

delas do que por guerra aberta” (*Discursos*, III, 6, p. 319). Por isso ele resolve tratar das conjurações, que são mais perigosas que guerras abertas. Conjurar é silencioso e guerras são, em sua maioria, declaradas sendo fáceis de prevenir, já as conjurações não. Elas são mais traiçoeiras.

As conjurações são contra a pátria ou contra um príncipe. Primeiro Maquiavel trata das feitas contra um príncipe. Afirma existirem muitas razões, mas uma fundamental: ser odiado pelo povo “porque se o príncipe granjeou o ódio universal, é de supor que haja alguns cidadãos particulares que, por terem sido mais ofendidos por ele, desejam vingar-se” (*Discursos*, III, 6, p. 320). Assim, de todas as razões possíveis, o ódio do povo é a mais grave, logo deve o príncipe ser amigo desse. Segue afirmando sobre o que mais ofende: a honra e o patrimônio, logo o príncipe deve guardar-se. Sobre quem são os autores das conjurações, geralmente “foram feitas por homens grandes ou muito familiares ao príncipe” (*idem*, p. 321) relembra a vingança de Pausânias contra Filipe da Macedônia³⁸ e comenta a conjuração de Francesco Coppola contra Fernando de Aragão e outras. Aconselha então que o príncipe que quiser se proteger das conjurações deve temer mais aqueles a quem satisfaz demais do que aqueles que injuriou demais. Depois de executada a conjuração contra um príncipe, o perigo mais certo é “a amizade do povo pelo príncipe que mataste: porque contra este os conjurados não têm remédio algum, contra ele nunca se poderão garantir [...]” (*Discursos*, III, 6, p. 340) e dá o exemplo de César, que teve o povo de Roma amigo e foi por ele vingado.

Sobre a diferença que há nas conjurações contra príncipes e contra repúblicas, ele afirma que as repúblicas são mais lentas que um príncipe, logo há nelas menos desconfiança e por isso têm menos cautela. Termina o capítulo com mais exemplos de conjurações voltadas aos príncipes, nem tanto às repúblicas.

³⁸ Ver página 51.

No capítulo oito, Maquiavel fala sobre como transformar uma república, assim deve-se considerar o sujeito dela. Conforme segue:

Os cidadãos que, nas repúblicas, intentam alguma empresa em favor da liberdade ou da tirania, devem considerar o sujeito que têm e por ele julgar das dificuldades de suas empresas. Porque é tão difícil e perigoso tentar tornar livre um povo que queira viver na servidão quanto querer levar à servidão um povo que queira viver livre (*Discursos*, III, 8, p. 351).

Do capítulo nove destaca-se o porquê das repúblicas terem vida mais longa e demorada boa fortuna que os principados: “porque podem, mais que os príncipes, acomodar-se à diversidade dos tempos, em razão da diversidade que nelas há” (*Discursos*, III, 9, p. 352) e conclui que as cidades se arruinam porque não variam com os tempos e as ordenações das repúblicas.

No livro terceiro, Maquiavel também fala dos exércitos e um dos capítulos é o treze, onde ele questiona: “em quem confiar mais: num bom comandante que tenha um exército fraco ou num bom exército que tenha um comandante fraco?” (*Discursos*, III, 13, 366) E responde que “é mais fácil que muitos homens bons encontrem ou instrua um só, até que este fique bom, do que o contrário” (*Discursos*, III, 13, p. 367). Um bom exército sem um bom comandante torna-se insolente e perigoso. Por isso é melhor confiar num comandante que possua tempo para instruir homens e “devem ser duplicados a glória e o louvor dos comandantes que não só tiveram de vencer o inimigo, mas também, antes de entrarem em luta com ele, precisaram instruir seu próprio exército e torná-lo bom” (*Discursos*, III, 13, p.368).

O capítulo vinte e um se assemelha ao dezessete d’*O Príncipe*, onde Maquiavel cita o exemplo de Aníbal e Cipião, afirmando que esse entrou na Espanha com humanidade e piedade conquistando o povo. Já Aníbal entrou na Itália com crueldade e deslealdade e os povos também o seguiram. Isso porque “os homens são desejosos de coisas novas, visto que, no mais das vezes, tanto os que vivem bem quanto os que vivem mal desejam novidades”

(*Discursos*, III, 21, p. 386). Explica que os homens são comandados por quem se faz amar e por quem se faz temer, mas obedecem mais aquele que é temido do que o que é amado, ideia essa já dita n' *O Príncipe* "é muito mais seguro ser temido que amado" (cap. 17, p. 82) se tiver que escolher entre ser uma ou a outra. Conclui ainda que o amado pode tornar-se desprezível e o temido pode tornar-se odioso e que manter-se no caminho do meio é impossível, logo deve-se fazer a escolha.

Sobre os pecados dos povos Maquiavel afirma que eles nascem dos príncipes no capítulo vinte e nove. Em suas palavras "que não se queixem os príncipes de algum pecado cometido pelos povos que ele governe, porque tais pecados só podem nascer de sua negligência ou de erros semelhantes que o maculem" (*Discursos*, III, 29, p.407-408). Complementando que "quem considerar os povos que em nossos dias muitos têm como dados ao roubo e a semelhantes pecados verá que tais erros nasceram daqueles que os governam, que têm natureza semelhante" (*idem*, p.408).

No capítulo trinta e quatro, Maquiavel torna a dar ênfase ao povo, questionando quem é mais prudente: o povo ou o príncipe? Assim, afirma que o povo é quem escolhe melhor, pois ele ouve o que se diz publicamente de alguém, ele observa a fama do príncipe. Por isso julga que

o melhor procedimento é ter a companhia de homens sérios, de bons costumes e considerados sábios por todos [...] todo aquele que tiver companhia honesta merecerá adquirir bom nome, porque é impossível que não se assemelhe de algum modo com aqueles que freqüenta (*Discursos*, III, 34, p. 423).

Outro capítulo por aqui destacado é o quarenta e um, que Maquiavel trata da defesa da pátria, afirmando que essa deve ser defendida com ignomínia ou glória que estará resguardada de qualquer forma. Assim sendo,

quando se delibera sobre a salvação da pátria, não se deve fazer consideração alguma sobre o que é justo ou injusto, piedoso ou cruel, louvável ou ignominioso; ao contrário, desprezando-se qualquer outra consideração, deve-se adotar plenamente a medida que lhe salve a vida e mantenha a liberdade (*Discursos*, III, 41, p. 443).

Dessa forma, é importante para salvar a pátria, priorizar a vida seja de um príncipe e de seu povo ou de uma república, e também deve proteger a liberdade, não fazendo considerações sobre o que é certo e errado. Segue a mesma linha de raciocínio o capítulo quarenta e sete em que Maquiavel aconselha que, em nome do amor à pátria, deve o bom cidadão esquecer as injúrias pessoais. Cita como exemplo o feito do cônsul Fábio ao nomear o ditador Papírio, seu inimigo.

No último capítulo, Maquiavel afirma que para se manter livre uma república, é necessário tomar providências, visto que, surgia em Roma acontecimentos inesperados, doenças, conspirações, enfim, para isso era preciso estarem prevenidos. Ele cita Quinto Fábio, que foi o responsável por organizar as novas famílias que surgiam em Roma devido à concessão da cidadania aos estrangeiros. Quinto dividiu essas famílias em tribos para que não pudessem se unir e conspirar contra Roma, por isso ele recebeu o nome de Máximo.

1.5 Considerações

Assim pode-se concluir das respectivas obras abordadas nesse capítulo sobre os tipos de governo, o principado n' *O Príncipe* e a república nos *Discursos*, que o principado, exposto n' *O Príncipe*, seria a forma de governo não necessariamente parecida com uma tirania ou ditadura, embora afirme Maquiavel que “o principado facilmente se torna tirânico” (*Discursos*, I, 2, p.14); estaria mais associado a uma monarquia, onde existe um rei ou um príncipe que é responsável pelas coisas públicas de sua pátria e pelo bem estar de

seus súditos. Já a república exposta nos *Discursos*, seria uma forma de governo onde não há apenas um líder político, mas alguns líderes, representantes que dividiriam suas funções políticas para administrar sua nação. No caso da república há uma maior liberdade e igualdade entre as massas, visto que, o povo republicano tem mais chances de obter o direito de ser igual e livre, pois conforme Maquiavel “onde existe igualdade, não se pode criar um principado; e onde ela não existe, não se pode criar uma república” (*Discursos*, livro I, 55, p. 158). E a melhor república é a mista, por comportar as três formas de governo onde todos têm espaço igual.

Skinner resume de forma clara a pretensão de Maquiavel nos três livros dos *Discursos*, afirmando que haveria pouco exagero em dizer que a preocupação de Maquiavel com a liberdade política constitui seu tema básico na obra. Ele define as três obras da seguinte forma:

O primeiro discurso está amplamente dedicado a mostrar como Roma conseguiu libertar-se de seus reis e alcançar a grandeza graças a um sistema baseado na liberdade republicana. A meta principal do segundo consiste em indicar como a progressiva expansão de Roma, enquanto poder militar, ajudou a sustentar a liberdade de seu povo. E o terceiro tem por tema medir “o quanto a ação dos indivíduos particulares contribuiu para a grandeza de Roma e engendrou tantos resultados benéficos naquela cidade”, em especial a longa duração de suas liberdades políticas (SKINNER, 2009, p. 178).

Maquiavel possui uma tendência a demonstrar mais simpatia pela república, visando à igualdade e à liberdade de uma nação, porém “seu interesse não se refere às repúblicas enquanto tais, e sim ao governo das cidades, quer sejam governadas como repúblicas ou como principados” (SKINNER, 2010, p.71), ou seja, independe de a cidade ser um principado ou uma república. Ainda Skinner afirma que

a primeira conclusão geral dos *Discursos*, portanto, é que as cidades ‘crescem enormemente em curtíssimo tempo’ e adquirem grandeza

apenas se 'o povo está no controle delas'. Isso não leva Maquiavel a se desinteressar dos principados, pois às vezes (mas não sistematicamente) dispõe-se a acreditar que a manutenção do controle popular pode ser compatível com uma forma monárquica de governo. Mas certamente leva-o a manifestar uma clara preferência pelos regimes republicanos em relação aos principados (SKINNER, 2010, p.73).

Portanto, Maquiavel não se desinteressa pelos principados, porém, ao analisar as repúblicas, em especial a romana, constatou que naquele lugar haveria maior espaço a todos. Logo, o foco de Maquiavel é frisar que é na república que se tem maiores possibilidades de um povo ser mais livre, ter menos corrupção e mais justiça.

CAPÍTULO 2

Análise comparativa da categoria povo e outras concepções nas duas obras *O Príncipe* e *Discursos*

2.1 Introdução

Nesse momento da dissertação será feita uma comparação com as duas obras a fim de buscar semelhanças e diferenças nas mesmas. Os seguintes capítulos serão comparados com relação ao tratamento que Maquiavel dá ao povo: o capítulo IX da obra *O Príncipe: “Do Principado Civil”*, onde Maquiavel aborda os dois humores: o do povo que não deseja ser comandado nem oprimido e o dos grandes que desejam comandar e oprimir, com o capítulo quatro dos *Discursos: “A desunião entre plebe e senado tornou livre e poderosa a república romana”*, sobre a tese do conflito como causa da liberdade e com o capítulo cinco “*Onde se deposita com mais segurança a guarda da liberdade: no povo ou nos Grandes; e quem tem maior razão para criar tumultos: quem deseja conquistar ou quem quer manter?*” sendo esse capítulo sobre a tese do povo como guardião da liberdade. Além desses capítulos principais dessa comparação, pois são os que tratam da centralidade do povo e da liberdade, outros capítulos serão comparados nas duas obras trazendo trechos ou ideias semelhantes em uma obra que se repete na outra.

Essa preocupação em buscar uma possível unidade³⁹ nas duas obras foi o que justificou a realização desse capítulo. Segundo Skinner, há sim numerosas referências nos *Discursos* que remetem a *O Príncipe*:

³⁹ Skinner cita um autor ao duvidar que o melhor acesso às duas obras seria tratá-las como “dois aspectos interdependentes de uma perspectiva organicamente articulada” (GEERKEN apud SKINNER, 2009, p. 176). Ele discorda desse autor, pois “parece haver um equívoco

Encontramos neles a mesma polaridade entre *virtù* e fortuna; [...]. Contudo, no *Príncipe*, o valor básico à volta do qual Maquiavel organiza seu aconselhamento é o da segurança [...]. Inversamente, nos *Discursos*, o valor fundamental é o da liberdade: é esse ideal, e não o da mera segurança, que Maquiavel agora deseja que coloquemos acima de todas as demais considerações (SKINNER, 2009, p. 176 -177).

Torna-se complicado afirmar sem ressalvas que as duas obras formam uma unidade. Apesar das semelhanças que serão citadas e analisadas nesse segundo capítulo, existem nelas grandes diferenças que não poderiam torná-las uma unidade, mas pode-se dizer que existem referências de uma obra na outra.

2.2 Livro Primeiro dos *Discursos* versus *O Príncipe*

Seguem no quadro abaixo os capítulos em que semelhanças são percebidas nas duas obras:

Livro I dos <i>Discursos</i>	<i>O Príncipe</i>
Capítulo 4	Capítulo IX
Capítulo 5	Capítulo IX
Capítulo 40	Capítulo IX

quando se fala sem um mínimo de ressalvas [...] numa ‘unidade fundamental’ entre os dois livros” (op.cit.).

Capítulo 58	Capítulo XV
Capítulo 59	Capítulo XVIII

Quadro 1: *Discursos* ‘Livro I’ e *O Príncipe*

Começando a análise comparativa dos capítulos com o Livro Primeiro dos *Discursos*, os capítulos quatro e cinco serão analisados de forma conjunta com o capítulo IX d’*O Príncipe*, pois um trata da tese do conflito como causa da liberdade e o segundo trata sobre a tese do povo como o guardião dela. Assim sendo, no capítulo quatro Maquiavel fala dos humores, onde afirma que “em toda a república há dois humores diferentes, o do povo, e o dos grandes, e que todas as leis que se fazem em favor da liberdade nascem da desunião deles” (*Discursos*, I, 4, p.22) e “os desejos dos povos livres raras vezes são perniciosos à liberdade, visto que nascem ou de serem oprimidos ou da suspeita de que virão a sê-lo” (*idem*, p.23). No capítulo cinco “vendo primeiro o lado dos romanos, que se deve dar de uma coisa àqueles que têm menos desejo de usurpá-la” (*ibidem*, p.24). Segue:

Direi, vendo primeiro o lado dos romanos, que se deve dar a guarda de uma coisa àqueles que têm menos desejo de usurpá-la. E, sem dúvida, se considerarmos o objetivo dos nobres e o dos plebeus, veremos naqueles grande desejo de dominar e nestes somente o desejo de não ser dominados⁴⁰e, por conseguinte, maior vontade de viver livres, visto que podem ter menos esperança de usurpar a liberdade do que os grandes, de tal modo que, sendo os populares encarregados da guarda de uma liberdade, é razoável que tenham mais zelo e que, não podendo eles mesmos apoderar-se dela, não permitirão que outros se apoderem (*Discursos*, I, 5, p. 24).

Essas mesmas ideias apontadas em Maquiavel nos capítulos quatro e cinco dos *Discursos* aparecem no capítulo IX d’*O Príncipe*:

⁴⁰ Grifo nosso.

Pois, em todas as cidades, existem esses dois humores diversos que nascem da seguinte razão: o povo deseja não ser comandado nem oprimido pelos grandes, enquanto os grandes desejam comandar e oprimir o povo⁴¹; desses dois apetites opostos, nasce nas cidades um destes três efeitos: principado, liberdade ou licença (*O Príncipe*, IX, p. 45).

Percebe-se nesse momento a preocupação de Maquiavel em ressaltar os diferentes tipos de humores que podem prejudicar, ou não, uma cidade. As frases sublinhadas são bastante semelhantes. São os mesmos pensamentos escritos em outras palavras. Outra citação semelhante encontra-se em seguida:

Não se pode satisfazer honestamente aos grandes sem injúrias aos outros, mas ao povo sim, porque seus fins são mais honestos que os dos grandes, visto que estes querem oprimir, enquanto aqueles querem não ser oprimidos (*O Príncipe*, IX, p. 46).

A todo o momento, Maquiavel ressalta que os grandes desejam comandar e oprimir, enquanto o povo deseja tão somente não ser comandado nem oprimido. Isso mostra que tanto em uma república (preocupação de Maquiavel nos *Discursos*) quanto em um principado (foco de Maquiavel n' *O Príncipe*), os grandes e o povo desejam o mesmo para si. A diferença se dá no momento em que é mais 'fácil' comandar e oprimir a massa em um regime de principado do que tentar comandar o povo em um regime republicano. O que torna esses regimes semelhantes na teoria dos humores em Maquiavel é que para ambos (príncipe e povo) o desejo de se tornarem aliados é fundamental para o bom andamento da cidade, conforme Maquiavel:

Quem se tornar príncipe pelo favor do povo deverá manter sua amizade, o que será fácil, pois tudo o que este lhe pede é não ser oprimido [...] concluirei somente que é necessário ao príncipe ter o

⁴¹ Grifo nosso.

povo como amigo; caso contrário, não terá remédio nas adversidades (*O Príncipe*, IX, p. 47).

Continuando a análise comparativa tem-se o capítulo 40 dos *Discursos* a ser verificado que remete também ao capítulo IX d'*O Príncipe*. Nesse capítulo as ideias de dominante *versus* dominado novamente prevalecem e são ressaltadas. Isso pode ser observado no seguinte trecho:

Nota-se em primeiro lugar que em Roma se incorreu no inconveniente de criar uma tirania pelas mesmas razões por que nasce a maior parte das tiranias nas cidades: pelo demasiado desejo do povo de ser livre e pelo demasiado desejo dos nobres de comandar⁴². E, quando não se acordam na criação de uma lei em favor da liberdade, mas alguma das partes se põe a favorecer, logo surge a tirania (*Discursos*, I, 40, p. 127).

No trecho destacado, pode-se perceber que mais uma vez como no capítulo IX d'*O Príncipe*, Maquiavel ressalta que o desejo do povo é ser livre, não ser comandado nem oprimido. E o desejo dos nobres é o oposto desse.

No final do capítulo 58 dos *Discursos*, observa-se a ideia central do capítulo XV n'*O Príncipe*:

Ninguém tem medo do mal presente, mas sim do mal que pode advir um tirano. Mas com os maus príncipes ocorre o contrário, pois se teme o mal presente e tem-se esperança no futuro, pois todos se persuadem de que sua vida malvada talvez possa dar surgimento a uma liberdade. Assim, podeis ver a diferença entre um e outro, que é a diferença que há entre as coisas que existem e as que haverão de existir⁴³. As crueldades da multidão são contra aqueles que ela teme que se apoderem do bem comum; as de um príncipe são contra aqueles que ele teme que se apoderem de seu bem próprio (*Discursos*, I, 58, p. 172).

⁴² Grifo nosso.

⁴³ Grifo nosso.

Segue n' *O Príncipe* o mesmo pensamento:

Muitos imaginaram repúblicas e principados que jamais foram vistos e que nem se soube se existiram na verdade, porque há tamanha distância entre como se vive e como se deveria viver⁴⁴ que aquele que abandona o que se faz por aquilo que se deveria fazer aprende antes a arruinar-se que a preservar-se; pois um homem que queira fazer em todas as partes profissão de bondade deve arruinar-se entre tantos que não são bons (*O Príncipe*, XV, p. 75).

Assim, observa-se a semelhança desses capítulos no sentido de ressaltar umas das características centrais no pensamento de Maquiavel que é o realismo. Para ele, existe uma grande diferença entre o modo como vivemos e o modo como dizem que deveríamos viver, referindo-se as sociedades utópicas e igualitárias que muitos pensadores defendiam. Essa ideia peculiar na teoria de Maquiavel é de extrema relevância para compreensão de seu pensamento que é voltado a analisar a realidade e, com ela, aprender com as vitórias obtidas pelos romanos, bem como, a não cometer os erros do passado.

No último capítulo do livro primeiro dos *Discursos* a ser comparado com *O Príncipe* vem a ser o 59. Esse questiona em qual confederação se pode confiar mais: na que é formada por uma república ou na formada por um príncipe? O capítulo XVIII da outra obra trata de como devem os príncipes manter a fé. O foco de ambos capítulos é perceber qual fé é mais estável nas ligas entre um príncipe e outro, entre uma república e outra que formam tratados de amizade e:

Se formam confederações e acordos entre uma república e um príncipe, parece bom examinar qual fé é mais estável e com a qual se pode mais contar, se da república ou do príncipe. Examinando tudo, creio que em muitos casos ambos são semelhantes e em alguns há alguma adversidade (*Discursos*, I, 59, p. 173).

⁴⁴ Grifo nosso.

Maquiavel conclui para esse assunto que “onde houver medo, a lealdade será de fato a mesma” (*idem*) e finaliza esse capítulo com a conclusão de que “o povo comete erros menores que o príncipe, e por isso se pode fiar mais nele” (*ibidem*, p. 175), todavia não é a mesma consideração que ocorre no capítulo XVIII do *Príncipe*, pois ele se preocupa em mostrar ao príncipe o que ele necessita fazer para manter ao menos de forma aparente a bondade e a fé. Para Maquiavel, “um príncipe, se necessário, precisa saber usar bem a natureza animal, deve escolher a raposa e o leão” (*O Príncipe*, XVIII, p. 86) “deves parecer piedoso, fiel, humano, íntegro, religioso e sê-lo, mas com a condição de estares com o ânimo disposto a, quando necessário, não o seres, de modo que possas e saibas tornar-te o contrário” (*idem*, p. 87). Ainda,

deve parecer, para os que o virem e ouvirem, todo piedade, todo fé, todo integridade, todo humanidade e todo religião [...] Os homens, universalmente, julgam as coisas mais com os olhos do que com as mãos, porque todos podem ver, mas poucos podem sentir. Todos vêem aquilo que pareces, mas poucos sentem o que és (*ibidem*).

2.3 Livro Segundo dos *Discursos*

Abaixo seguem os capítulos do livro segundo dos *Discursos* a serem comparados com o opúsculo de Maquiavel:

Livro II dos <i>Discursos</i>	<i>O Príncipe</i>
Capítulo 20	Capítulo XII, XIII,
Capítulo 24	Capítulo XX

Quadro 2: *Discursos* ‘Livro II’ e *O Príncipe*

Passando para o livro segundo, no capítulo vinte Maquiavel aborda os perigos que corre o príncipe ou a república que usa a milícia auxiliar ou mercenária, assunto já comentado nos capítulos doze e treze d'*O Príncipe*. Ele afirma que as auxiliares são as mais danosas, pois quem as emprega não possui autoridade sobre elas, portanto é mais útil preparar a milícia própria, do que necessitar de milícias auxiliares.

Digo, portanto, de novo, que de todas as espécies de soldados, os auxiliares são os mais danosos: porque o príncipe ou a república que os emprega como ajuda não tem autoridade alguma sobre eles, pois só tem autoridade quem os manda (*Discursos*, II, 20, p. 256).

E conclui que

Quem é tão ambicioso que pede tais ajudas, não só para defender-se mas também para atacar os outros, está procurando conquistar aquilo que não pode conservar, podendo ser facilmente privado de tais coisas por aquele que as conquistou. Mas é tão grande a ambição do homem que, para realizar um desejo presente, ele não pensa no mal que daquilo em breve lhe advirá (*idem*, p. 258).

A mesma ideia é dita n'*O Príncipe*:

As mercenárias e as auxiliares são inúteis e perigosas. Aquele cujo estado se apóia nas armas mercenárias jamais estará firme e seguro, porque elas são desunidas, ambiciosas, indisciplinadas, infiéis, valentes entre amigos e covardes entre inimigos, sem temor a Deus nem fé para com os homens (*O Príncipe*, XII, p. 60).

E também é repetida no próximo capítulo, com relação às armas dos outros:

Um príncipe sábio sempre evitará essas armas e se voltará às suas próprias, preferindo até perder com as suas a vencer com as de outros, por não considerar verdadeira a vitória conquistada com armas alheias (*O Príncipe*, XIII, p. 66).

Nesses três capítulos analisados, o vinte dos *Discursos* e o doze e treze d'*O Príncipe*, pode-se perceber o quão semelhantes são nesse assunto das milícias e das armas. Para Maquiavel é mais confiável guerrear com sua milícia própria do que com a de outrem. Nesse caso parece que a vitória obtida não seria de todo mérito de sua milícia, pois se vitorioso for, ganhou porque tinham tropas auxiliares. O mesmo pensamento vale para as armas, se não são suas então não valem. “Enfim, as armas dos outros ou te caem pelas costas, ou te pesam, ou te apertam” (*O Príncipe*, XIII, p. 67).

Outro capítulo parecido é o vinte e quatro dos *Discursos* com o vinte do *Príncipe*, onde o assunto abordado é sobre as fortalezas. Já no título dos capítulos Maquiavel mostra que vai tratar do mesmo tema: “*As fortalezas geralmente são muito mais danosas que úteis*” (*Discursos*, II, 24, p.269) e “*Se as fortalezas e muitas outras coisas que os príncipes fazem diariamente são úteis ou não*” (*O Príncipe*, XX, p. 101).

Para Maquiavel, as fortalezas são mais danosas que úteis. Conforme afirma: “Dirijo-me ao príncipe, dizendo-lhe que, para conter seus cidadãos, nada há mais inútil que a fortaleza [...] porque ela te torna mais pronto e menos cauteloso em oprimi-los” (*Discursos*, II, 24, p. 271). E continua “as fortalezas de nada servem, porque ou são perdidas por traição de quem as guarda, ou pela violência de quem as ataca, ou pela fome” (*idem*, p. 272). Segue em todo o capítulo justificando o porquê da inutilidade das fortalezas. Entre as inúmeras argumentações, o exemplo dos romanos e espartanos:

E isso se vê pela experiência dos homens considerados excelentes nos governos e em outras coisas, assim como se vê da experiência dos romanos e dos espartanos, pois, se os romanos não construíram fortalezas, os espartanos não só as dispensavam como não permitiam que houvesse muralhas em sua cidade, pois queriam ser defendidos pela *virtù* de cada homem, e não por outros meios defensivos (*ibidem*, p. 276).

E complementa por que as fortalezas podem ou causar algum dano ou serem completamente inúteis.

Quando o príncipe não tem bom exército, ter fortalezas em seus domínios ou nas fronteiras é danoso ou inútil: danoso, porque é fácil perdê-las, e, uma vez perdidas, guerreiam contra ti; ou, se acaso forem tão fortes que o inimigo não as consiga tomar, serão deixadas para trás pelo exército inimigo e, assim, acabarão por não ter nenhuma serventia (*ibidem*, p. 277).

Para finalizar a análise das fortalezas no livro segundo, a conclusão de Maquiavel se dá na outra obra:

Portanto, a melhor fortaleza que existe é não ser odiado pelo povo, porque, ainda que tenhas fortalezas, se o povo te odiar, elas não te salvarão, pois jamais faltam aos povos, depois que tomam as armas, forasteiros que os auxiliem [...] louvarei quem fizer fortalezas e também quem não as fizer; e reprovarei quem quer que, confiando nas fortalezas, der pouco valor a ser odiado pelo povo (*O Príncipe*, XX, p. 105-106).

Nas duas obras, Maquiavel demonstra a fragilidade bem como a ineficiência das fortalezas, ressaltando que valorizar e não odiar o povo se torna mais eficiente que confiar nelas.

2.4 Livro Terceiro dos *Discursos*

No último livro dos *Discursos*, três capítulos são os destacados na análise comparativa com a obra *O Príncipe*, conforme segue no quadro abaixo:

Livro III dos <i>Discursos</i>	<i>O Príncipe</i>
Capítulo 4	Capítulo VII

Capítulo 9	Capítulo XXV
Capítulo 21	Capítulo XVII

Quadro 3: Discursos ‘Livro III’ e O Príncipe

Analisando o livro terceiro, tem-se o capítulo quatro dos *Discursos*, onde Maquiavel afirma o seguinte com relação as injúrias:

todo príncipe deve estar ciente de que nunca viverá seguro do seu principado, enquanto viverem aqueles que foram por ele espoliados. Quanto ao segundo, todo poderoso deve lembrar-se de que as antigas injúrias nunca foram apagadas quando o benefício novo é menor que a injúria (*Discursos*, III, 4, p.316).

Ideia semelhante é encontrada n’*O Príncipe*: “engana-se quem crê que, nos grandes personagens, os benefícios novos fazem esquecer as velhas injúrias” (*O Príncipe*, VII, p. 37). Assim, não importa o tipo de governo, a questão é que novos feitos não apagam as afrontas passadas.

O próximo capítulo a ser comparado vem a ser o nove do livro terceiro dos *Discursos*. Maquiavel ao perceber que “alguns homens, em suas ações, procedem com ímpeto, e outros com circunspecção e cautela” (*Discursos*, III, 9, p. 351), conclui que ambos erram. “Mas erra menos e tem a fortuna próspera quem, como já disse, ajusta seu modo aos tempos e sempre procede conforme o força a natureza” (*idem*). Nisso ele aconselha: “para que nosso livre arbítrio não seja eliminado, julgo possível ser verdade que a fortuna seja árbitro de metade de nossas ações, mas que também deixe a nosso governo a outra metade, ou quase” (*O Príncipe*, XXV, p. 121). Assim sendo,

se um príncipe se conduz com cautela e paciência, e os tempos e as coisas caminham de tal modo que seu governo seja bom, será bem-sucedido; mas, se mudaram os tempos e as coisas e ele não mudar seu modo de proceder, então se arruinará (*idem*, p. 123).

Por quê? Segue a explicação dessa ruína nos *Discursos*:

É por isso que no homem a fortuna varia, porque variam os tempos, e ele não varia os modos. Daí também provém a ruína das cidades, por não variarem com os tempos as ordenações das repúblicas, conforme discorremos acima longamente: porém, estas são mais lentas, porque lhes custa mais variar, visto ser preciso que sobrevenham tempos que comovam toda a república (*Discursos*, III, 9, p. 353).

E conclui que

variando a fortuna e os tempos e obstinando-se os homens em seus modos, eles terão êxito enquanto ambas as coisas estiverem de acordo; mas, quando elas discordarem, não o terão. Estou convencido do seguinte: é melhor ser impetuoso do que cauteloso (*O Príncipe*, XXV, p. 124-125).

Assim, percebe-se as grandes aproximações das duas obras, onde uma acaba respondendo à outra questões que mesmo pensadas para contextos diferentes⁴⁵, acabam encontrando um ponto de equilíbrio, daí as suas peculiares semelhanças.

No último capítulo a ser comparado, nota-se que as semelhanças das duas obras permanecem em mais um assunto. No capítulo vinte e um, Maquiavel trata de um tema já comentado no capítulo dezessete d'*O Príncipe*: sobre se é melhor ser amado do que temido ou o contrário. Para isso ele cita o exemplo de Aníbal e Cipião⁴⁶. Esse entrou na Espanha com humanidade e piedade, conquistando o povo. Já Aníbal entrou na Itália com crueldade e deslealdade e os povos também o seguiram. Bem, Maquiavel dá as razões para isso acontecer:

⁴⁵ Principado e República.

⁴⁶ Ver pág. 55.

Os homens são desejosos de coisas novas, visto que, no mais das vezes, tanto os que vivem bem quanto os que vivem mal desejam novidades: porque, como doutra vez se disse – e é verdade –, os homens enfadam-se no bem e afligem-se no mal. Esse desejo, portanto, leva-os a abrir as portas a qualquer um que numa região se mostre como campeão de uma inovação [...] Além disso, os homens são impelidos por duas coisas principais: amor ou temor; por isso, são comandados tanto por quem se faz amar quanto por quem se faz temer; aliás, no mais das vezes, seguem e obedecem mais àquele que se faz temer do que àquele que se faz amar (*Discursos*, III, 21, p. 386).

A mesma dualidade mostrada nos *Discursos* - *temido versus amado* - é questionada n' *O Príncipe*:

É melhor ser amado que temido ou o inverso? A resposta é que seria de desejar ser ambas as coisas, mas, como é difícil combiná-las, é muito mais seguro ser temido que amado, quando se tem de desistir de uma das duas [...] os homens tem menos receio de ofender quem se faz amar do que quem se faz temer; pois o amor é mantido por vínculo de obrigação, que, por serem os homens maus, é rompido por toda ocasião que lhes seja útil, enquanto o temor é mantido pelo medo do castigo, que nunca te abandona (*O Príncipe*, XVII, p. 82).

E segue justificando, na outra obra, o porquê de preferir ser temido do que amado:

Aquele que deseja demais ser amado, por menos que se afaste do verdadeiro caminho, torna-se desprezível, e o outro, que deseja demais ser temido, por menos que se exceda em seu modo, torna-se odioso. E manter-se na via do meio é impossível, porque a nossa natureza não o permite, mas é necessário mitigar todo excesso com excepcional *virtù*, como faziam Aníbal e Cipião (*Discursos*, III, 21, p. 387).

Conclui então que o amado pode tornar-se desprezível e o temido pode tornar-se odioso; manter-se no caminho do meio é impossível, logo deve-se fazer a escolha. Por fim esse vem a ser o último par de capítulos a serem vistos de forma semelhante, existindo certamente tantos outros momentos em que as obras devem se encontrar, bem como se desencontrar.

2.5 Considerações

Tanto a obra *O Príncipe* quanto os *Discursos*, foram escritos para fins diferentes, sendo que a primeira já teria seu destino claro em seu início. Maquiavel dedica *O Príncipe* ao Lorenzo de Médici e seu interesse em fazer essa obra era ter seu cargo público de volta. Já os *Discursos*, é uma obra extensa e com cunho mais voltado à república. N' *O Príncipe*, Maquiavel é mais objetivo, se focando em observar os feitos de grandes e perversos ditadores e imperadores para dar exemplos de como um governante deve agir em certas situações para se manter no poder. Já nos *Discursos* a concentração se dá em torno da liberdade, onde ele questiona quem deve guardá-la se os grandes ou o povo. Devido a isso, optou-se por ser mais interessante ao trabalho, ao invés de apontar contradições e divergências, verificar algumas ideias principais que aparecem de forma semelhante nas duas obras, recortando trechos em que muitas delas se complementam parecendo até que se está lendo o mesmo livro.

Esse trabalho considera que as duas obras estão mais para complementares do que para divergentes, porém com o cuidado de confirmar se podem ser uma unidade fundamental afirmada por Geerken⁴⁷, da qual discorda Skinner. A opção aqui foi buscar momentos em que as duas obras estão em sintonia, recortando trechos em que suas semelhanças são inquestionáveis, sendo correto afirmar que existem referências em ambas, mas não chegam a formar uma unidade. Os *Discursos* e *O Príncipe*, se complementam. Um é a obra republicana, aquela em que o 'discurso' central é o povo. A outra o próprio nome já diz, será destinada ao príncipe, ao governante que bem quiser se manter no poder. Em todo caso, para aqueles políticos que dizem ter o opúsculo como livro de cabeceira, é aconselhável que

⁴⁷ Ver nota n° 27, p. 61.

tenham também os *Discursos*, uma vez que, o príncipe fala de um modo geral em como um homem deve agir para manter-se no poder, e os *Discursos* reforça essa ideia que de nada adianta ser esse homem todo poderoso e não ter o povo como seu aliado, pois que este é o guardião da liberdade.

A primeira impressão que se tem ao ler *O Príncipe* e logo após os *Discursos*, é que Maquiavel se dividiu em dois autores: um que levanta a bandeira do principado, da autoridade e da maldade e outro que defende a finco a república, a liberdade e a justiça. Pois bem. É apenas a impressão de uma leitura não detalhada. No aprofundamento das duas obras, ao longo da leitura minuciosa percebe-se em detalhes que o Maquiavel que vos fala, é o mesmo. Aquele que insiste em um principado forte para proteger seu povo das guerras e invasões; aquele que busca explicações e inspirações nos romanos para que a liberdade não seja tolhida de nenhum dos lados.

Para que grandes e povo, com seus humores necessariamente diferentes, sobrevivam no mesmo lugar deveria haver o respeito de seus desejos, pois que a conhecida frase “o povo deseja não ser comandado nem oprimido pelos grandes, enquanto os grandes desejam comandar e oprimir o povo” (*O Príncipe*, IX, p. 45), nada mais é do que cada um respeitar as suas vontades, onde povo não será comandado, e grandes não irão oprimir. Porém sabe-se que esses desejos tão opostos acarretariam em três formas de governar: principado, liberdade ou licença. Por Maquiavel haveria o respeito dos desejos opostos, mas posto que isso nunca procedeu na História da humanidade, ele opta pelo realismo; característica que mais o difere dos demais pensadores, explicando que desses humores nascem os tipos de governos.

Por fim, não confere esse Maquiavel por vezes contraditório. As obras são parecidas em contextos e entonações diferentes. O Maquiavel é o mesmo. Não existem dois autores em um só. A essência é igual. O objeto de estudo dele é fortificar a Itália, tanto n’*O Príncipe* quanto nos *Discursos*. A diferença é que em um o foco é num principado forte. No outro ele aprofunda a república. Por isso, seria delicado afirmar de forma convicta na existência de uma

unidade nas duas obras, mas elas se correspondem. O que faz mudá-lo e, por vezes, ter a má fama de “maquiavélico” é a interpretação que cada leitor faz, onde muitos aproveitam-se dessa tendência e usam o nome de Maquiavel para justificar atos ilícitos na política. *Discursos* e *O Príncipe* são mais do mesmo, com a diferença de que a primeira é mais aprofundada e focada nas necessidades da república. A segunda obra é mais direta, prioriza os principados, mas por entrelinhas escapa-se o povo.

CAPÍTULO 3

A Liberdade Republicana em Maquiavel

3.1 Introdução

Nesse capítulo a proposta é buscar um entendimento do significado de liberdade em Maquiavel. Para isso, se fez necessário uma revisão das principais vertentes sobre a liberdade. Isaiah Berlin afirma que “dentre os mais de duzentos sentidos registrados na história, apenas dois possuem relevância para a política contemporânea” (apud RODRIGUES, 2010, p. 27). Tendo em vista a importância dessas duas vertentes na política, optou-se por trazer brevemente essas divisões para ajudar na compreensão da liberdade em Maquiavel.

Assim, será tratada aqui a comparação liberdade dos antigos e dos modernos elucidada por Benjamin Constant, bem como a dicotomia liberdade positiva e liberdade negativa elaborada por Isaiah Berlin. Após isso, será analisado o conceito de liberdade como não-dominação retomado por Philip Pettit.

A hipótese para esse momento da dissertação é buscar confirmar que a liberdade maquiaveliana se assemelha mais ao sentido negativo de liberdade do que ao positivo, mais do que isso é mostrar que a verdadeira liberdade maquiaveliana é a liberdade como não-dominação. Essa é a aproximação que se buscará fazer nesse capítulo para entender a categoria em Maquiavel. Torna-se necessário uma contextualização dessas vertentes, mesmo que posteriores ao pensador. Vale ressaltar que o conceito maquiaveliano de liberdade está à parte ou superior a qualquer dicotomia criada, mesmo assim é relevante trazer aqui essas concepções positivas e negativas, tão próximas e

ao mesmo tempo tão distintas. Assim, a vertente de liberdade como não-dominação remonta há um período anterior ao mesmo⁴⁸. Por isso não seria equivocado comparar a liberdade em Maquiavel com a liberdade como não-dominação. Esse conceito é anterior a ele, apenas foi esquecido pelos historiadores e cientistas políticos.

Assim sendo, antes de partir para a investigação das funções do povo⁴⁹ em Maquiavel, é importante entender a concepção de liberdade, pois que o povo está ligado a essa categoria e vice-versa. Conforme complementa Bignotto:

Tanto a teoria dos conflitos, como a dos desejos opostos que povoam as cidades, fazem-nos acreditar que a compreensão do fenômeno da liberdade passa pela compreensão do papel desempenhado pelo povo na vida de uma república livre (BIGNOTTO, 1991, p. 103).

Sendo assim se questiona: o que é a liberdade em Maquiavel? Essa simples questão tentar-se-á responder nesse momento para partir depois ao entendimento do lugar do povo bem como seus humores na teoria maquiaveliana. Para compreensão do que significa a liberdade em Maquiavel serão revisados os três principais conceitos⁵⁰ de liberdade: a liberdade positiva, a liberdade negativa e a liberdade como não-dominação para, após isso, analisar em qual dessas vertentes a concepção de liberdade em Maquiavel se enquadra. Optou-se por trabalhar com essas vertentes do conceito de liberdade para mostrar que entre a liberdade positiva e a negativa, a que melhor se assemelha ao conceito de liberdade em Maquiavel é a segunda

⁴⁸ “é uma nova concepção para o nosso século, mas não é nova para a tradição Européia das ideias políticas” (BOESCHE apud RODRIGUES, 2010, p. 60). Pettit transitou entre a tradicional dicotomia acerca da liberdade, foi até as origens do pensamento republicano e elaborou um trabalho de arqueologia desde Cícero até Madison, para conceber o seu ideal de liberdade (RODRIGUES, 2010, p. 60).

⁴⁹ Funções que serão abordadas no quarto capítulo dessa dissertação.

⁵⁰ Ressalta-se que o foco deste trabalho é pensar a liberdade em Maquiavel, para tanto as vertentes de liberdade (dos antigos, dos modernos, positiva e negativa) não serão aqui aprofundadas, apenas brevemente explicadas a fim de dar uma base ao entendimento da liberdade maquiaveliana.

concepção, todavia ver-se-á que a melhor noção para explicar a liberdade maquiaveliana, é a liberdade como não-dominação elucidada por Philip Pettit.

3.2 Liberdade Positiva e Liberdade Negativa

Ao estudar esse conceito de liberdade em Maquiavel, não se pode deixar de citar as suas vertentes, que se separam em dois viéses: o ser dominado e o não ser dominado. Isso é a ideia chave que as distingue. Assim, o objetivo nesse momento é revisar as conceituações clássicas de liberdade positiva e negativa explicitada por Isaiah Berlin⁵¹ em *Dois Conceitos de Liberdade* (1958); liberdade dos antigos *versus* liberdade dos modernos, comentada por Benjamin Constant⁵² em *Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos* (1819); e, por último, a liberdade como não-dominação, explicada por Philip Pettit⁵³ em sua obra *Republicanism: La Teoria de la Libertad y Gobierno*.

A ideia aqui é verificar que das noções de liberdade apresentadas, a negativa e a liberdade como não-dominação são as formas que mais se assemelham ao conceito de liberdade maquiaveliano. Embora alguns autores como Colin Bird (2011) discordam que exista uma terceira divisão do conceito (liberdade como não-dominação), o trabalho defende a possibilidade de sua existência. Para o desenvolvimento dessas vertentes, utilizou-se das conceituações dos autores já citados: Isaiah Berlin e Benjamin Constant. Serão importantes também as argumentações do trabalho de Colin Bird para auxiliar nas explicações desses conceitos.

⁵¹ Filósofo político britânico, (1909-1997).

⁵² Pensador, escritor e político francês, (1767-1830).

⁵³ Teórico político irlandês, nascido em 1945. É professor na Universidade de Princeton.

No pensamento de Benjamim Constant pode-se dizer que a liberdade dos antigos era a liberdade política de poder participar das coisas públicas. Já a liberdade dos modernos consiste em preservar sua individualidade e, para isso, ele abdica das decisões públicas delegando representantes políticos para tal fim. Em suas palavras:

O objetivo dos antigos era a partilha do poder social entre todos os cidadãos de uma mesma pátria. Era isso o que eles denominavam liberdade. O objetivo dos modernos é a segurança dos privilégios privados; e eles chamam liberdade as garantias concedidas pelas instituições a esses privilégios (CONSTANT, 1985, p. 3).

O grande problema para Constant, dessas concessões da liberdade tanto dos antigos quanto dos modernos consistia em deixar de lado um de seus direitos que seria também uma parte da liberdade. Conforme o filósofo:

O perigo da liberdade antiga estava em que, atentos unicamente à necessidade de garantir a participação no poder social, os homens não se preocupassem com os direitos e garantias individuais. O perigo da liberdade moderna está em que, absorvidos pelo gozo da independência privada e na busca de interesses particulares, renunciemos demasiado facilmente a nosso direito de participar do poder político (*idem*, p.6).

Percebe-se no discurso de Constant a preferência pela liberdade dos antigos, que é a liberdade política em detrimento da liberdade privada.

A liberdade política, submetendo a todos os cidadãos, sem exceção, o exame e o estudo de seus interesses mais sagrados, engrandece o espírito, enobrece os pensamentos, estabelece entre eles uma espécie de igualdade intelectual que faz a glória e o poder de um povo (*ibidem*, p.7).

Autor que pensou de forma semelhante à Benjamim Constant o conceito de liberdade foi Isaiah Berlin. Esse filósofo em sua obra *Quatro ensaios sobre a*

liberdade apresentou um conceito negativo de liberdade como sendo a ausência de poder, que predominava em escritores como Hobbes, Bentham e Mill. Já o segundo, é um conceito de liberdade positiva encontrado em Rousseau, Kant e Hegel que a interpreta como uma questão de autonomia e autodeterminação.

Para Berlin,

é a concepção “positiva” de liberdade, não a liberdade *de*, mas a liberdade *para* (levar uma forma de vida determinada) que os adeptos do conceito de liberdade “negativa” imaginam que seja nada mais do que um ilusório disfarce para a tirania brutal (BERLIN, Quatro ensaios sobre a liberdade).

Segue afirmando que “o sentido ‘positivo’ da palavra ‘liberdade’ tem origem no desejo do indivíduo de ser seu próprio amo e senhor — o desejo de se autogovernar” (*idem*).

Por fim Berlin afirma que esses dois conceitos entram em um conflito:

A liberdade que consiste em ser seu próprio senhor e a liberdade que consiste em não ser impedido de fazer minhas próprias escolhas por terceiros podem parecer conceitos não muito distintos entre si. No entanto, as noções “positiva” e “negativa” de liberdade percorreram historicamente caminhos distintos, até que entraram em conflito (*ibidem*).

Para Berlin, o grande contraste entre os dois conceitos de liberdade positiva e liberdade negativa é questionar “quem me governa?” Do ponto de vista lógico é distinto da pergunta “até que ponto o governo interfere comigo?” Philip Petti explica que a liberdade moderna de Benjamin Constant é a mesma liberdade negativa de Isaiah Berlin e que a liberdade antiga do francês,

la libertad de pertenecer a una comunidad democráticamente autogobernada – es la variedad más descollante de la libertad positiva de Berlin. La libertad moderna se dejaría al arbitrio de nuestra propia voluntad privada; la libertad antigua consistiría en compartir el

poder de una voluntad pública democráticamente determinada. El ideal moderno sería característicamente liberal; el antiguo, característicamente populista (RIKER apud PETTIT, 1999, p. 36-37).

A liberdade negativa consiste na ausência de algo mais como formas de restrição, interferências e impedimentos da ação. Já a liberdade positiva consiste na presença de algo específico, um certo autogoverno, independência, autonomia. Alguns autores afirmam que a liberdade negativa de Berlin seria um conceito “liberal” de liberdade e a positiva como não-liberal e totalitária. Porém, segundo Colin Bird (2011), essa interpretação seria muito simples e distorceria a visão original de Berlin.

Pettit acredita que

la distinción libertad negativa-positiva ha hecho un mal servicio al pensamiento político. Há alimentado la ilusión filosófica de que, detalles aparte, solo hay dos modos de entender la libertad: de acuerdo con el primero, la libertad consiste en la ausencia de obstáculos externos a la elección individual; de acuerdo con el segundo, entraña la presencia, y normalmente el ejercicio de las cosas y las actividades que fomentan el autodomínio y la autorrealización: en particular, la presencia y el ejercicio de las actividades participativas y de sufragio, merced a las cuales los individuos pueden unirse a otros en la formación de una voluntad común, popular (PETTIT, 1999, p. 37).

Por fim, Berlin argumentou que o conceito positivo de liberdade provou-se mais aberto ao abuso político pelo viés totalitarista⁵⁴. Logo ele percebeu essa característica como que associada à liberdade com a presença de controle, autodeterminação e autodisciplina. Bird finaliza que:

⁵⁴ Totalitarismo (ou regime totalitário) é um sistema político no qual o Estado, normalmente sob o controle de uma única pessoa, político, facção ou classe, não reconhece limites à sua autoridade e se esforça para regulamentar todos os aspectos da vida pública e privada, sempre que possível. Fonte: Wikipédia.

não devemos presumir de início que as liberdades positiva e negativa necessariamente representam campos politicamente antagônicos ou afiliados respectivamente às visões de mundo liberal e não liberal (BIRD, 2011, p. 193).

3.3 Liberdade como Não-Dominação

Nesse momento, após o entendimento das conceituações de liberdade positiva e negativa, se fará um entendimento do significado da liberdade republicana, a verdadeira liberdade como não-dominação. Essa liberdade é a que se verá ser a mais parecida com o ideal de liberdade nas obras de Maquiavel. Para isso, os autores trabalhados serão Quentin Skinner e Philip Pettit que fazem renascer esse conceito de liberdade como não-dominação, já abordado no renascimento e em outros períodos.

Essa tradição de liberdade republicana não pode ser entendida como algo novo, uma vez que suas raízes remontam à Antiguidade Clássica, associada à teoria política da república romana. Assim como encontrava-se “na Itália renascentista, nos desenvolvimentos republicanos ingleses e americanos e perdeu-se no decorrer da história do século XIX (RODRIGUES, 2010, p. 61). Conforme afirmado por Pettit:

la libertad como no-dominación – la libertad republicana – no solo se perdió para los pensadores y los activistas políticos; llegó incluso a hacerse invisible para los historiadores del pensamiento político (PETTIT, 1999, p. 75).

Pode-se perceber que esse conceito de liberdade como não-dominação já existia bem antes de Maquiavel, portanto seria significativo e coerente relacionar sua concepção de liberdade com um pensamento da Antiguidade Clássica. A característica dessa concepção é uma oposição determinada a exercícios arbitrários de poder, alegando que um povo pode desfrutar de liberdade política na medida em que tem os meios para impedir o “domínio”

arbitrário nas mãos dos regentes. Para combater isso, os republicanos clássicos aconselham uma cidadania ativa e engajada, cultivando as virtudes, dentre outras ações.

Bird cita Skinner afirmando que “o conceito de liberdade negativa foi estabelecido por Hobbes como descrição alternativa e intencionalmente antirrepublicana de liberdade política” (SKINNER apud BIRD, 2011 p.202). Bird cita também Philip Pettit que afirmou ser a liberdade republicana uma liberdade negativa, “pois requer a ‘ausência de domínio’ ou ‘não controle’ da parte de outros e não, como em descrições positivas verdadeiras, a presença do domínio de si” (PETTIT apud BIRD, 2011, p.204).

A conclusão de Colin Bird é que os republicanos se importam com a presença de certo tipo de independência política, e com a satisfação dos critérios necessários para assegurar o status de um agente ou de um “povo” como categoricamente livre. Para ele os dois conceitos de liberdade podem exercer papéis complementares na argumentação política. Não é necessário “criar um terceiro conceito distinto de liberdade para compreender a posição republicana” (BIRD, 2011, p.205). Para ele, a liberdade dos republicanos não chega a formar um terceiro conceito e não vê razões para negar que a liberdade republicana é uma forma de liberdade positiva.

Percebe-se então que a liberdade positiva vem a ser a presença de algo e a liberdade negativa é a ausência. Já o terceiro conceito de liberdade como não-dominação está mais atrelado ao conceito de liberdade negativa, mas para alguns autores como Bird, esse conceito não chega a existir.

Já Philip Pettit defende a existência desse terceiro conceito de liberdade como não-dominação, reforçando “sua posição política de que a liberdade como não-dominação é a verdadeira liberdade republicana” (RODRIGUES, 2010, p. 60).

Yo sostengo que sí, y mantendré em las secciones que siguen que la tradición republicana está ligada precisamente a esta concepción de

la libertad como ausencia de servidumbre, o como yo prefiro decir, como no-dominación. Antes de venir a esos argumentos, empero, tengo que defender la tesis de que esta concepción es una posibilidad que tiene sentido. Y en particular, tengo que dejar claro que se trata de una posibilidad distinta de las otras dos (PETTIT, 1999, p. 41).

Para Pettit, a taxonomia berliniana de liberdade positiva e negativa exclui uma terceira possibilidade, visto que Berlin pensa:

en la libertad positiva como autodomínio y en la libertad negativa como en ausencia de interferencia por parte de otros. Pero dominio e interferencia no son equivalentes. No hay, pues, la posibilidad intermedia de que la libertad consista en una ausencia – como quiere la concepción negativa - , pero en una ausencia de dominio por otros, no en una ausencia de interferencia? Esta posibilidad tendría un elemento conceptual en común con la concepción negativa – el foco en la ausencia no en la presencia - , y un elemento en común con la positiva: el foco en la dominación, no en la interferencia (PETTIT, 1999, p. 40-41).

3.4 Liberdade em Maquiavel

O conceito de liberdade como não-dominância é defendido nesse trabalho por meio das argumentações de Philip Pettit, principalmente para o entendimento de liberdade em Maquiavel, sendo a vertente que melhor se aproxima da concepção maquiaveliana. Quando se fala em Republicanismo, se remonta a Roma Clássica, ressurgindo no Renascimento com Maquiavel:

Al hablar de republicanismo, me refiero a la larga tradición republicana – y en realidad, a la amplia tradición republicana – que ha llegado a convertirse en el foco principal de interés de una reciente escuela de historiografía académica [...]. Esa tradición tuvo sus orígenes en la Roma clásica, y está asociada en particular al nombre de Cicerón. Resurgió en el Renacimiento, configurándose de un modo poderoso en el pensamiento de Maquiavelo, y desempeño un importante papel en la autoconciencia de las repúblicas europeas modernas (PETTIT, 1999, p. 38).

A defesa de Pettit sobre a liberdade republicana ser a liberdade como não-dominação fica clara no seguinte trecho:

Hay dos razones para pensar que la concepción de la libertad como no-dominación es la noción de libertad que se halla en la tradición republicana. La primera es que en la tradición republicana, a diferencia del punto de vista modernista, la libertad se presenta siempre en términos de oposición entre *liber* y *servus*, entre ciudadano y esclavo. La condición de libertad se ilustra con el estatus de alguien que, a diferencia del esclavo, no está sujeto al poder arbitrario de otro, esto es, de alguien que no está dominado por el poder arbitrario de ningún otro. Así, la condición de libertad queda ilustrada de modo tal, que puede haber pérdida de libertad sin que se dé interferencia real de tipo alguno: puede haber esclavización y dominación sin interferencia, como en el ejemplo del amo que no interfiere (PETTIT, 1999, p. 51-52).

Assim, Pettit justifica o porquê de ele acreditar que a noção de liberdade como não-dominação é a concepção republicana. A liberdade republicana sempre esteve ligada a ideia oposta à escravidão. A segunda razão é que

la libertad se ilustra en la tradición republicana de modo tal, que no solo puede perderse la libertad, sin que medie interferencia alguna, sino que también puede haber interferencia, sin que el pueblo pierda libertad, como ocurría en el ejemplo del que interfiere sin ser amo (*idem*, p. 52).

A concepção republicana de liberdade não é positiva e Pettit dá as suas razões para interpretar essa liberdade como não-dominação.

La obra de Maquiavelo – el principal arquitecto del pensamiento republicano en el mundo incipientemente moderno – mantiene su foco de interés en el mal de la interferencia [...] así como la plebs romana, de acuerdo con Pitkin, buscaba la protección o la seguridad privada, así también, en general, dice Maquiavelo que la avidez de libertad del pueblo no viene de un deseo de dominar, sino de no ser dominado (*ibidem*, p. 46).

Para Pettit, Maquiavel seria um republicano que concebe a ideia de liberdade como não-dominação. Considerando a liberdade republicana como não-dominação, é aceitável que a liberdade em Maquiavel esteja intimamente relacionada à essa vertente da liberdade, pois que a teoria de Maquiavel é republicana.

Em sua obra “Maquiavel Republicano” Newton Bignotto analisou o conceito de liberdade nos *Discursos*. Ele cita Skinner afirmando que “o historiador inglês vê na ausência de impedimentos no momento da fundação, tal como descreve Maquiavel a fundação romana, a definição formal de liberdade” (BIGNOTTO, 1991, p. 79) e continua a definir liberdade para Maquiavel, citando Skinner que afirma “ser livre significaria, para o secretário florentino, poder agir sem depender do concurso de outros agentes, poder tomar suas decisões partindo apenas de sua própria vontade” (*idem*).

Maquiavel afirma no livro primeiro dos *Discursos* que “em toda república há dois humores diferentes, o do povo e o dos grandes, e que todas as leis que se fazem em favor da liberdade nascem da desunião deles” (*Discursos*, I, 4, p.22). Os humores na linguagem maquiaveliana são os desejos e esses são diferentes entre o povo e os grandes, pois um deseja não ser oprimido e o outro deseja comandar e oprimir. A liberdade é então, citando a explicação de Bignotto, o resultado dos conflitos.

Assim sendo, da desunião é que nascerá a liberdade para Maquiavel. Isso vem a ser um tanto contraditório para alguns pensadores que buscam promover a união dos povos com seus representantes, bem como o acordo entre eles para que a igualdade entre os mesmos seja finalmente alcançada. Para Maquiavel essa igualdade entre os povos e seus representantes é a pura incoerência, por dois motivos: primeiro porque ele é contra o pensamento de sociedades ideais e perfeitas, onde a igualdade reinará. Para Maquiavel, essas sociedades nunca existiram, são utopias. É devido a esse argumento que ele discorda de Aristóteles, Platão e todos os outros pensadores desse gênero; e o segundo motivo é porque Maquiavel acredita não se ter a liberdade enquanto

não existir a luta entre as diferenças, visto que são as desavenças, os conflitos que farão surgir-la em cada um.

Dessa forma, os conflitos são necessários para manter os desiguais em igualdade, para fazê-los lutar pela sua emancipação e não aceitar passivamente as regras do outro, mas sim fazer leis que beneficiem a maioria. A liberdade se dá por meio das leis, que garantirão os direitos aos cidadãos. A princípio parece contraditório afirmar que para existir a liberdade deve-se ter a lei, posto que essa significa limitar, restringir, colocar regras. Porém a lei também é colocar ordem nas coisas, visando ao bem comum. Um Estado sem leis se torna uma anarquia e num local todos podem fazer o que quiserem existe qualquer coisa, menos liberdade. As grandes emancipações da história ocorreram das Revoluções como a Francesa (1789-1799) e a Russa (1917). Na busca por igualdade, o povo francês se fez reconhecido, e por meio dos gritos de “liberdade, igualdade e fraternidade”⁵⁵ conseguiram melhorias, conquistando a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, estabelecendo dentre outras, a igualdade de todos perante a lei e o direito de resistência a opressão.

Voltando a interpretação da liberdade em Maquiavel, que não está longe das concepções seguidas pelas Revoluções, percebe-se que mesmo a liberdade negativa se assemelhando a liberdade como não-dominação pelo simples fato de ambas não aceitarem a dominação do outro, tendo por característica mais forte a ausência de poder, é necessário mesmo assim, existir a terceira vertente do conceito de liberdade, discordando das argumentações de Colin Bird. Pode-se então interpretar a liberdade em Maquiavel, como não-dominação no momento em que “o desejo do povo é que está mais próximo da liberdade, pois, não sendo um desejo de poder, mostra uma face importante da liberdade: a não-opressão” (BIGNOTTO, 1991, p.86).

⁵⁵ *Liberté, Egalité, Fraternité.*

Assim sendo, a liberdade dos republicanos pode ser sim considerada uma terceira vertente da liberdade como não-dominação, uma vez que, sua preocupação está ligada ao povo que deve ter os meios para impedir a dominação e assim conservar a liberdade. Para Pettit, há sim um terceiro conceito de liberdade como não-dominação, como ausência de dominação.

Ricardo Silva, em seu artigo sobre o conceito de liberdade em Maquiavel, afirma que o ponto fundamental desta disputa é a proposição de Pettit de que o republicanismo sustenta-se numa concepção essencialmente negativa de liberdade. Ao definir-se pela ausência e não pela presença de algo, a concepção republicana de liberdade compartilha a preocupação liberal de evitar as consequências potencialmente ameaçadoras à liberdade individual associadas com a ideia de liberdade positiva.

Ricardo Silva afirma ainda que

em contraste com as vertentes dominantes da tradição liberal, a concepção de liberdade negativa dos republicanos “neo-romanos” não aceita a oposição entre liberdade e lei. Pelo contrário, afirmam que as boas leis são imprescindíveis para a constituição e a manutenção da liberdade, e que esta teria sido a crença fundamental do republicanismo maquiaveliano (SILVA, 2010, p. 38).

Enquanto o liberalismo de Berlin enfatiza a ausência de qualquer tipo de interferência intencional de terceiros como o critério da liberdade individual, Pettit destaca que não é qualquer forma de interferência intencional que se revela incompatível com a liberdade republicana, mas sim aquelas formas de interferência que podem ser qualificadas como arbitrárias. E interferência arbitrária, para o autor, é uma expressão sinônima de dominação. Daí a fórmula adotada por Pettit da liberdade como ausência de dominação, ou liberdade como não-dominação. Tanto Skinner quanto Pettit convergem para a defesa de um ideal republicano de liberdade como ausência de dominação, que não se reduz ao ideal de autogoverno de cidadãos ativos (liberdade

positiva), nem ao ideal de simples ausência de coerção sobre os agentes (liberdade negativa).

Apesar de Pettit não ter se aprofundado na concepção de liberdade em Maquiavel, ele afirma que:

Maquiavel encontrava-se impregnado de um amor pela Roma antiga e endossou entusiasticamente as idéias de que a liberdade era equivalente a não ser dominado; que a não-dominação somente podia ser alcançada por meio do pertencimento a uma comunidade política em que a *res publica* ou o bem comum ditava o que acontecia na vida pública; e que tal comunidade política seria caracterizada pelas instituições Romanas, tais como o império da lei, a dispersão do poder e a representação de diferentes classes (PETTIT apud SILVA, 2010, p. 48).

3.5 Considerações

A liberdade para Maquiavel significa desejar não ser dominado, significa existir o livre-arbítrio. Por isso ela se associa mais à liberdade como não-dominação do que simplesmente a liberdade negativa, visto que a primeira necessita da existência do desejo do povo de não ser dominado, já a segunda implica haver somente a ausência de dominação, de poder. A arbitrariedade é o elemento que a diferencia das outras duas concepções de liberdade. Assim,

A não-dominação é a ausência de interferência arbitrária, ou seja, é ter consciência de estar na presença de outras pessoas, mas que nenhuma delas possua subsídios que fortaleçam a existência das três condições básicas de dominação. Quem não sofre dominação é livre, e, de acordo com a teoria de Pettit, é considerado um cidadão republicano, sujeito da liberdade (RODRIGUES, 2010, p. 67).

Dessa forma, liberdade para Maquiavel é não ser dominado. É poder escolher qual caminho seguir, o do poder ou da glória. Liberdade em Maquiavel

é não ser escravo. É ter o livre-arbítrio. Liberdade é não se deixar ser dominado. Onde existe o domínio, não há liberdade. Portanto ela é nula em um principado, ou melhor ela é liberdade positiva, pois existe a interferência, o domínio.

É nos *Discursos* que Maquiavel deixa aflorar seu lado republicano, seu desejo de uma república italiana ficam claros nessa obra. É nos *Discursos* que se tem a interpretação republicana de Maquiavel sobre o significado da liberdade. Para ele sempre existirá o desejo do dominador e o desejo do povo de não ser dominado. A liberdade existirá na medida em que um desejo não se sobreponha ao outro. Na medida em que o povo possa guardá-la. Por isso essa concepção de liberdade como não-dominação se encaixa na concepção maquiaveliana de que para um povo ser considerado livre, ele não pode dominado.

E quem é mais propício para ter as características dessa liberdade é o povo, devido aos humores desse serem diferentes dos humores dos grandes, que desejam dominar, se apoderar, arruinando assim a liberdade. O povo que deseja não ser dominado e que não tem a pretensão de dominar será o escolhido para a 'guarda da liberdade', assunto do último capítulo dessa dissertação.

CAPÍTULO 4

O Povo em Maquiavel como Detentor da Guarda da Liberdade

4.1 Introdução

Este capítulo vem a ser o desenvolvimento da hipótese principal da dissertação de mestrado, abordando as duas obras de Nicolau Maquiavel: *O Príncipe* e *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. A afirmação a ser verificada é se o povo é o guardião da liberdade e quais atributos ele tem para tal função que o diferenciam dos Grandes. O início da investigação parte do capítulo cinco da obra *Discursos*, onde vem a ser o momento do livro em que Maquiavel desenvolve a tese do povo como guardião da liberdade. Embora o autor acabe por confirmar de início a hipótese do trabalho, existem autores que discordam que essa função seja do povo, afirmando que esse tem um papel apenas passivo na pólis, pois que ele pede somente para não ser oprimido. Essa ideia pretende-se rebater nesse momento, defendendo o povo como sujeito fundamental na construção e manutenção de uma pátria e também como sujeito ativo por ter a missão de guardar a liberdade, evitando que essa seja corrompida pelos grandes que desejam apoderar-se da mesma.

Assim sendo, esse capítulo se dividirá em quatro partes. Primeiramente será abordada a conceitualização e contextualização mais geral de povo iniciando pelos dicionários. No segundo momento, será feita a conceituação de povo em Maquiavel, buscando apoio em teóricos como McCormick, Larivaille e Bignotto. No terceiro momento será abordada a contabilização de povo nas duas obras *O Príncipe* e *Discursos*. Na última parte do capítulo, a atenção volta-se a explicar qual o lugar do povo em Maquiavel.

Apesar de o pensador ter deixado claro qual a função do povo, existem algumas controvérsias a esse respeito. Para isso, buscaram-se respostas em autores que consideram o povo passivo por não querer ser oprimido tais como

Mansfield e Skinner, e em autores, como Bignotto, que o consideram ativo por ter o desejo da liberdade, ou seja, pelo mesmo desejo da não-opressão. Esse desejo ocasionou dois viéses interpretativos bastante opostos. Alguns vêem o povo passivo, sem função e manipulável por desejar apenas não ser oprimido. Já outros observam que esse mesmo desejo é o que motivará o povo a lutar em busca da não-opressão, pois que esse desejo nada mais é do que garantir a proteção da liberdade contra um possível rompimento feito pelos grandes, que desejam ter o poder sobre a mesma.

4.2 Conceituação de Povo

Nesse momento serão utilizadas algumas definições de povo que variam de autor para autor. Alguns vêem o povo em uma concepção somente geográfica como simples habitantes de uma região específica. Já outros autores entendem povo como uma unidade que se forma quando se identificam em suas demandas particulares. Nesse momento, apesar de serem citadas algumas ideias diferentes de povo, a concepção de relevância para esse trabalho focará o mesmo na política. Entende-se o povo como unidade, como elemento que se identifica, como sujeito, mas não indivíduo – enfim, como uma categoria que buscou em toda História a tão sonhada emancipação.

Nos dicionários comuns a palavra povo significa “conjunto dos habitantes de um país [...]; multidão de gente; pequena povoação; lugarejo; o público, considerado em seu conjunto; a classe inferior e mais numerosa de um país; plebe; ralé [...]”⁵⁶. Nota-se que o povo está associado aos integrantes de uma nação. Também é comum relacionar a categoria povo à classe inferior, à plebe, não incluindo a classe elitista. Certamente que é comum quando se fala em povo, subentender-se que está incluída uma classe social inferior às outras classes, mas terá essa interpretação um fundamento na teoria maquiaveliana?

⁵⁶ FERNANDES Francisco *et al.* Dicionário Brasileiro Globo. São Paulo, Globo, 1997.

Assim, seguindo com as conceituações de povo, têm-se o dicionário de política de BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO (2007), onde os autores, para explicar o significado de povo, fizeram uma recapitulação do surgimento da ideia do mesmo na história. Afirmam que o conceito político de povo está bastante ligado ao Estado romano. A composição política de Roma em senado e povo foram os dois componentes da *civitas* romana. O senado vinha a ser o núcleo de famílias gentílicas representadas pelos *patres*. Já o

populus, guiado pelos seus tribunos, capaz de atingir o consulado [...] é deveras um dos pilares do Estado, chamado a votar por meio dos comitia, presente em armas nas regiões, titular de amplos e plenos direitos civis. A importância do Povo está bem manifesta no papel decisivo do partido que se referia ao grupo popular e o representava, o partido exatamente denominado “democrático”, e na constante aspiração dos outros *populi* da Itália romana a serem admitidos, mediante o reconhecimento da *civilitas*, a fazer parte do *populus romanus* (BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO, 2007, p. 986).

Seguem na história contando como nasceu o povo: “Nasceu assim aquele instrumento político que as fontes definem com o nome romano de *Populus*; surgiu o Povo como organização de um complexo núcleo social, como partido dentro da comuna” (*idem*, p. 987). Depois abordam sobre a constituição do povo como um partido de organização corporativa, formado:

por pequenos homens de negócios, comerciantes e artesãos, ao qual se ligavam importantes interesses e vastas massas populares, mas de que se excluíam as contribuições políticas e decisórias dos não inscritos nas *Artes*, que constituíam uma simples faixa de trabalhadores meramente dependentes, afastada de qualquer forma de participação política (*ibidem*).

Nota-se que essas explicações convergem com as dos dicionários comuns, conforme acima citado o povo também era constituído de trabalhadores dependentes e à margem da política, corroborando com a ideia posta pelos dicionários comuns, ou seja, de que o povo é a classe inferior, a plebe, não se incluindo na classe elitista.

Os autores afirmam que com essas limitações dos trabalhadores excluídos da política, o *Populus* comunal começou a ser notado com tamanha iniciativa e pressão política. Com isso conquistaram uma Comuna própria (*Commune populi*) que tornou-se da metade do século XIII em diante, a realidade decisiva e dominante na Itália. Após isso, com o surgimento do *Consilium ancianorum*, por meio de práticas abusivas de poder pela Senhoria no século XIV, o *Dominus* (Senhor) acabou por excluir por completo o povo da vida política. O mesmo foi se organizando em núcleos restritos de grupos sociais e políticos.

O povo tornou a ser deste modo uma mera designação social, realidade subalterna e disgregada, fundamentalmente excluída da gestão do poder, primeiro na senhoria, depois no principado, presente tão-só como massa manobrável, e em momentos esporádicos e infrutíferos de rebelião (*ibidem*, p. 987).

O povo só passou ao estágio de marginalizado para o grau de sujeito de participação política, com o advento das grandes revoluções. Esses reivindicavam por melhores condições de trabalho, visto que eram bastante explorados, em troca recebiam o que hoje se chama salário, mas que na época não tinha data certa, nem um valor mínimo. Ainda com as revoluções, as ideias foram se tornando universais e, com isso, em meados do século XIX nas transformações econômico-sociais, o povo conseguiu direitos trabalhistas como férias, carteira assinada, jornada diária de oito horas, dentre outros benefícios.

4.2.1 Contextualização de povo em Maquiavel

Partir-se-á agora para uma análise específica do significado de povo no contexto histórico e também nas obras de Maquiavel. Dessa forma, será útil verificar em uma dissertação desenvolvida por Laerte Santos (2011), que trata

especificamente da *virtù* do povo⁵⁷ em Maquiavel. Esse trabalho explana inúmeras explicações sobre o conceito de povo na filosofia maquiaveliana. Santos coloca que o termo povo abarca dois significados sendo um mais geral e outro mais específico. São eles: *civitas* ou segmento social. O autor em sua pesquisa constatou que o segundo significado está mais presente nas obras⁵⁸ de Maquiavel do que o primeiro. Assim ele partirá para a análise do conceito de povo com a ajuda de alguns teóricos. São eles: James Hankins, John M. Najemy e Paul Larivaille (historiadores); Agnes Heller e John McCormick (filósofos). Aqui será necessário fazer um recorte e partir diretamente para as questões: quem se identificava como povo na Itália de Maquiavel? E qual a concepção de povo nas obras *Discursos* e *O Príncipe*?

Sobre o quem era o povo nesse período, Paul Larivaille é um autor que trata especificamente esse momento. Larivaille vai identificar o povo como uma ‘pequena burguesia’, conforme segue:

pode-se encontrar uma distância comparável entre uma classe dirigente numericamente ínfima e uma plebe miserável muito numerosa e desprovida de qualquer direito – de maneira que as diferenças de uma cidade para outra só dizem respeito à maior ou menor importância numérica, econômica e política da população dos artesãos e da *pequena burguesia*, em função da história e dos recursos locais (LARIVAILLE, 1988, p.196).

Essa passagem mostra como Larivaille já reconhece nesse período da Itália renascentista a distância entre ricos e pobres e, faz ainda uma crítica ao período afirmando que

de fato se não de direito, nobreza e alta burguesia acabam por formar uma única classe dominante, separada do resto da população por um abismo econômico, político e cultural [...] O Renascimento italiano vê

⁵⁷ Santos optou por utilizar, em alguns momentos de seu trabalho, o termo em italiano: *popolo*

⁵⁸ *Discursos*, *O Príncipe* e *História de Florença*.

assim aumentar, às vezes de forma desmesurada, a distância entre pobres e ricos (*idem*, p. 193).

Com isso, o autor mostra que já no período renascentista se tornava evidente essa clivagem social entre pobres e ricos, diferenciando-os em todos os aspectos sócio-econômicos, políticos e culturais. Nesse momento Larivaille explica o sentido dessas denominações relativas ao povo no período renascentista italiano, conforme segue:

A terminologia da época sublinha, aliás claramente, a insignificância dessas massas trabalhadoras indistintamente reunidas sob o nome de "plebe", por oposição ao termo "povo", reservado apenas aos cidadãos que possuem todos os direitos; um termo que, em sua acepção mais ampla, parece englobar todos os habitantes da cidade, inscritos nas corporações - inclusive, portanto, os ricos mercadores, banqueiros ou empresários, teoricamente obrigados a figurar nos registros das corporações ditas maiores - , mas que, na prática, só diz respeito a essa categoria relativamente modesta de contribuintes que, entre as 220 ou 230 famílias dos grandes e a plebe, formam a pequena burguesia de negociantes e a parte atuante das corporações artesãs (*idem*, p. 195-196).

Após esse contexto de como era entendido o povo na Itália renascentista, ficando a ideia central de classe média, pequena burguesia, se partirá então para o significado de povo nas obras de Maquiavel. Para isso, volta-se ao trabalho de Santos (2011), onde ele cita John McCormick afirmando que:

Maquiavel também usa o termo "povo" de modo intercambiável com "popolani", plebe, "ignobili", a multidão e a universalidade; ele geralmente o entende como o conjunto dos cidadãos mais pobres de uma república que não são membros do patriciado ou classe rica (McCORMICK apud SANTOS, 2011, p. 16).

A questão a qual é colocada à teoria maquiaveliana e que gera divergências, é se o povo caracteriza um segmento social, ou seja, se há uma preocupação em Maquiavel de separar o povo dos grandes pelo aspecto econômico? E se há a identificação de segmentar as duas partes pela questão

econômica, questiona-se: é unânime essa característica ou depende do contexto ao qual o povo se insere nas obras de Maquiavel? Para responder à essas questões ver-se-á o que coloca McCormick e Agnes Heller. Para o primeiro, há sim uma questão econômica evidente nas obras maquiavelianas, percebível também na segunda autora.

Outro esclarecimento quanto à natureza de elites de Maquiavel vale a pena mencionar: muitos intérpretes [...], minimizam ou rejeitam os aspectos materiais e econômicos das descrições feitas por Maquiavel [...]. O desejo de oprimir que Maquiavel atribui aos *grandi*, segundo interpretação destes intérpretes, corresponde mais precisamente a uma perseguição de honra, glória e fama. Eles afirmam que a aquisição da prosperidade ou o uso do privilégio tem pouco a ver, se é que tem, com a finalidade de maximizar a vantagem política. Contudo, Maquiavel acentua de forma consistente a prosperidade dos *grandi* [...]. Por exemplo, os romanos mais ricos, observa ele, constituem “a maior parte da nobreza” (D I.37) [...] Maquiavel caracteriza os *grandi* como aqueles que “possuem muito” e que usam a sua liberalidade “incorreta e ambiciosamente,” especificamente, de forma a causar danos para as repúblicas (D I.5) [...]. O mais decisivo, acredito, é o juízo de Maquiavel, revelado no seu capítulo sobre Leis Agrárias de Roma: [...] durante a história da república, os nobres “sempre admitiam honras ou funções para a plebe sem escândalos extraordinários, mas defendiam a propriedade com a máxima obstinação” (D I.37). Isto é uma observação reveladora: aqui Maquiavel elipticamente refere-se ao exemplo fatídico envolvendo os senadores romanos, que procurando proteger os seus privilégios econômicos sempre crescentes, assassinaram o reformador econômico Tibério Graco, no meio do Fórum. Claramente Maquiavel entende a nobreza, os aristocratas, “os *grandi*”, como aqueles que valorizam as mercadorias materiais muito mais do que a sua reputação e prestígio, a sua honra e dignidade (McCORMICK apud SANTOS, 2011, p. 17).

Assim sendo, para McCormick, é evidente que em Maquiavel povo e grandes formam classes sociais bastante distintas e que são determinados pela questão econômica, conforme Santos, a interpretação de McCormick se resume em: “os ricos, os que têm muito, são os *grandi*. Os pobres, os que têm pouco, formam o *popolo*” (SANTOS, 2011, p. 18). A outra autora que concorda com essa interpretação é Agnes Heller, conforme segue:

O *popolo* florentino tradicional englobava, em princípio, todos os habitantes da cidade; mas, na prática, referia-se aos mais ilustres e

capazes, aqueles que participavam na direção dos assuntos públicos. Em Maquiavel esta noção do povo foi invertida. O verdadeiro estrato dirigente (aquilo que até então tinha sido designado por 'povo') era agora incluído na categoria dos 'ilustres', em vez de ser na do povo, e dentro dela os nobres e os burgueses constituíam ainda dois grupos separados; o povo era agora o estrato social inferior, os pobres e desfavorecidos (HELLER apud SANTOS, p.18).

Segundo José Luiz Ames, Maquiavel não opõe os nobres e os plebeus, e sim os homens, independente do grupo social pertencido, ambos animados pelo desejo de possuir. Para Ames, tanto o povo quanto os grandes possuem o desejo de posse.

O desejo de conservar o que se tem não suprime o desejo de adquirir, pois a avidez é insaciável. Consequentemente, a tese aristocrata, de que é preciso colocar o poder nas mãos dos nobres uma vez que eles – ao contrário do povo – não estariam animados pelo desejo de adquirir, é falsa. No entanto, Maquiavel está longe de pensar que o povo não está animado pelo mesmo desejo de possuir que move os nobres [...]. Se é preferível conceder aos elementos populares a defesa da liberdade, não é porque a preeminência popular constitui uma panacéia, mas simplesmente porque ela representa um mal menor, um menor risco, quer dizer, é a solução que apresenta *meno inconvenienti* (AMES, 2002, p. 119).

Para esse autor, Maquiavel delega ao povo a função de guardião da liberdade, não porque ele não possui o desejo de se apoderar, mas simplesmente pelo fato de se ter um menor risco com relação aos grandes ou ao príncipe pelo desejo do domínio. O povo segundo Ames, também tem o desejo de dominar, porém sua interpretação é de que esse humor é menor que o desejo dos outros de comandar. Sua ideia é plausível, no sentido de acreditar que confiar a liberdade no povo é menos arriscado, pois é o desejo do povo de não ser comandado, ressaltado em Maquiavel. Esse é o desejo desse agente, e, por isso ele não pode ter o desejo de dominar. São desejos antagônicos. Se todos buscam o mesmo fim, então não haveria república, nem principado, mas sim poderia ser uma anarquia. Essa concepção de Ames, juntamente com a de McCormick e Heller fogem do pensamento do Maquiavel Republicano.

Essas explanações foram mostradas a fim de abranger as diferentes interpretações que existem acerca do povo nas obras de Maquiavel. Porém, diverge-se dessas interpretações que colocam a preocupação de nosso pensador limitada a uma questão econômica, ou seja, como se ele tivesse medido a distinção dos grandes e do povo pelo material. Para McCormick e Heller, os grandes são os ricos e o povo são os pobres. Essa é uma interpretação limitada, à qual discorda-se completamente. Atenta-se que Maquiavel, em nenhum momento de suas duas principais obras, possui a preocupação de distinguir povo de grandes pela questão econômica, bem como Maquiavel deixa bem claro que não há no povo o desejo de dominar, diferente da proposição de Ames. Povo em Maquiavel pode ter um significado geral e também específico, dependerá do contexto. Logo, ele pode ser um grupo social ou grupos sociais que apenas divergem dos desejos dos grandes, não necessariamente são pobres e desfavorecidos conforme colocou Heller.

Povo em Maquiavel pode significar também aquele que não se identifica com os desejos dos grandes de comandar. E nisso podem estar incluídas famílias ricas, nobres, assim como a pequena burguesia. O que deve ficar claro é que Maquiavel não fez uma explicação convicta de quem é considerado povo e quem são os grandes, mas percebe-se pelo contexto de suas obras que ele não simplificou povo em pobres e grandes em ricos. A ênfase que Maquiavel pretendeu mostrar é a divisão de um corpo político.

Para confirmar essa ideia de povo contrária a uma classe social, Bignotto afirma:

O “povo” e os “grandes” não são conceitos sociológicos, que designam univocamente grupos ou classes sociais. Esses dois conceitos se referem a dois elementos irreduzíveis da vida política, que não podem ser subsumidos por nenhum acordo, ou contrato, que restauraria a unidade do todo. Não há unidade a ser restaurada. Os dois pólos só existem em seu confronto, eles se determinam mutuamente, mesmo se os elementos que os constituem se mostrem inconciliáveis (BIGNOTTO apud SANTOS, p. 21).

Considera-se então que Maquiavel não se preocupou em colocar povo e grandes num patamar de classes sociais à maneira conceitual de Marx. Como bem colocou Bignotto, essas diferenças entre povo e grandes, não necessitam de acordos ou uniões. O que as faz existir é exatamente a desunião⁵⁹. A preocupação de Maquiavel é com o *status* político, não mencionando se são ricos ou pobres. Esse confronto é simples na teoria dos humores: os grandes querem dominar e o povo não quer ser dominado. Maquiavel não entra nos méritos de quem pode dominar e quem pode ser dominado. Em sua teoria, não é porque ele fala em povo que são os pobres e nem que os grandes sejam os ricos. Ele simplesmente não trata desse assunto. Não dessa forma.

4.2.2 Contabilização de povo nas duas obras

Nesse momento, optou-se pela metodologia que visa quantificar a palavra povo nas duas obras de Maquiavel. Isso porque se teve a necessidade de buscar um maior entendimento da forma como povo está contextualizado, e também por esse método facilitar a pesquisa no sentido de poder identificar quais os momentos em que povo é destacado nas discussões, bem como verificar quais os capítulos em que povo está mais enfatizado nas duas obras.

Conforme a dissertação de Santos (2011), o termo povo pode significar *civitas* ou segmento social. Esse autor também utilizou desse método, e concluiu que povo nas duas obras tem esses dois significados já ditos. Segue que:

Nos *Discursos* encontramos o seguinte resultado pesquisando nos três livros que compõem essa obra: 72 vezes com o significado de *civitas* e 130 vezes com o significado de segmento social. Na obra *O príncipe* predomina o significado de *popolo* como segmento social. Não se encontrou nenhuma ocorrência com o sentido de *civitas*. O

⁵⁹ “A desunião entre plebe e senado tornou livre e poderosa a república romana” (*Discursos*, I, 4, p.21).

termo com o significado de segmento social encontra-se nos seguintes capítulos e páginas: cap. 8, p. 38; cap. 19, p. 90; cap. 24, p. 118 (SANTOS, 2011, p. 10).

Santos separou a contabilização de povo nesses dois significados: *civitas* e segmento social. Nesse artigo foi feita de maneira específica a contagem de povo por capítulos. Assim segue que, a assertiva povo aparece com maior incidência no livro primeiro dos *Discursos* num total de 225 vezes. No livro segundo, 102 vezes e no livro terceiro 74 vezes. Dos capítulos, o 58 dos *Discursos* é onde mais se discute acerca do povo, sob o título “*a multidão é mais sábia e constante que um príncipe*”. No livro terceiro é onde o povo é menos discutido, num total de 74 palavras. Juntando os três livros dos *Discursos*, o povo incide 401 vezes, mostrando a relevância dessa discussão nas obras maquiavelianas.

Com relação aos capítulos, é no livro primeiro onde se dá a maior incidência de discussões sobre o povo e também sobre a liberdade. Os capítulos centrais que discutem o assunto dessa análise são o 4 “*A desunião entre plebe e senado tornou livre e poderosa a república romana*”, e o 5 “*Onde se deposita com mais segurança a guarda da liberdade: no povo ou nos Grandes; e quem tem maior razão para criar tumultos: quem deseja conquistar ou quem quer manter?*” dos *Discursos* pois que, no primeiro capítulo Maquiavel desenvolve a tese do conflito como causa da liberdade e no segundo, ele trabalha a tese do povo como guardião da mesma.

Conforme afirma Silva, “se no capítulo quatro Maquiavel desenvolve a tese do conflito como causa da liberdade, no capítulo cinco ele desenvolve a tese do povo como o ‘guardião da liberdade’” (SILVA, 2010, p. 50). Assim como, também se discute com intensidade o povo no capítulo IX d’O *Príncipe* “*Do principado civil*”.

Apesar de esses serem os capítulos que iniciam as questões dessa análise, não são eles os que possuem a maior contabilização de povo, uma vez que, também não são os maiores capítulos para abarcar tantas vezes essa

palavra. Para tanto, serão mencionados os momentos em que povo é bastante discutido, visto que são inúmeros capítulos para colocar a contagem de todos. Dando continuidade às contagens, têm-se que o capítulo com o maior número de vezes do respectivo verbete, da obra *Discursos*, vem a ser o 58: “*A multidão é mais sábia e constante que um príncipe*” onde povo aparece 32 vezes. O resto dos capítulos possui de 24 vezes a uma ou nenhuma vez em que povo é debatido.

Já n’*O Príncipe* o capítulo que mais se discute povo é o XIX “*Como se deve evitar o desprezo e o ódio*”, aparecendo a tal palavra 29 vezes e após esse, vem o IX “*Do Principado Civil*” como o segundo capítulo que dá mais ênfase ao povo, aparecendo 21 vezes. Depois desses dois capítulos, o que também discute povo é o capítulo XX, porém aparece com bem menos incidência: 8 vezes. Nos outros capítulos d’*O Príncipe*, o povo não é a centralidade, aparecendo poucas vezes.

4.3 Povo passivo ou guardião da liberdade?

Há uma discussão entre alguns renomados autores que questionam o lugar do povo na teoria maquiaveliana. Existe uma corrente de pensamento que considera o povo como sendo passivo e a outra rebate essa tese, afirmando ser o povo ativo na pólis. As correntes interpretativas que remontam a Strauss, Mansfield, Sasso, Chabod, Sfez e Skinner, atribuem ao povo um papel passivo na política, servindo de instrumento ao príncipe e desejando apenas não ser oprimido. Essa interpretação se origina no capítulo IX d’*O Príncipe*, onde Maquiavel coloca que “o povo deseja não ser comandado nem oprimido pelos grandes, enquanto os grandes desejam comandar e oprimir o povo” (*O Príncipe*, IX, p. 45). Assim, defendem esses autores que o povo é passivo pois que ele deseja tão somente não ser oprimido, ou seja, seu

contentamento é simples: basta que o príncipe garanta a sua segurança que ele se satisfará.

Conforme coloca Adverse: “quanto à natureza dos humores, o que podemos apreender imediatamente é que o desejo dos grandes é positivo porque é determinado, ao passo que o desejo do povo, indeterminado, seria negativo [...]” (ADVERSE, 2007, p. 36). O mesmo cita ainda outros autores para explicar que isso significa um esvaziamento do desejo do povo de todo conteúdo político ou ainda que o povo “não quer saber nada do poder, e não se preocupa com as condições necessárias para o estabelecimento dessa não-opressão” (SFEZ apud ADVERSE, 2007, p. 36).

Pode-se perceber que esse autor citado por Adverse, defende a posição de que o povo é em essência passivo e suas explicações estão justificadas pelo simples desejo do povo de não querer ser oprimido. Adverse segue afirmando que Sfez se apóia em Lefort “o qual insiste no caráter universal, indeterminado do desejo do povo. Na corrente interpretativa que remonta a Leo Strauss⁶⁰, da negatividade desse desejo é deduzida a passividade do povo⁶¹” (ADVERSE, 2007, p. 36). O que para esse autor, é confundir o desejo do povo com a origem de sua classe social. Ele cita ainda Harvey Mansfield que afirma o seguinte:

Para Maquiavel, somente alguns homens são políticos, e eles governam em qualquer regime, não importa como seja chamado. O povo não deseja governar e quando parece governar, está sendo manipulados por seus líderes. Ele é matéria sem forma, corpo sem cabeça. Uma vez que não pode governar, o regime é sempre o governo de um príncipe ou de príncipes (MANSFIELD apud ADVERSE, 2007, p. 36).

⁶⁰ Maquiavel é considerado um professor do mal por Leo Strauss, um *teacher of wickedness*: “we shall not shock anyone, we shall merely expose ourselves to good-natured or at any rate harmless ridicule, if we profess ourselves inclined to the old-fashioned and simple opinion according to which Machiavelli was a teacher of evil” (STRAUSS, 1978, p. 9).

⁶¹ Grifo nosso.

Em outra obra que não a citada por Adverse, Harvey Mansfield aponta algumas conclusões sobre o povo em Maquiavel trazidas aqui para reforçar a ideia de povo maleável:

El pueblo consiste em materia formable, de modo que además de estable es maleable. Ésta sería la verdad que Tito Livio y todos los escritores discernen em sus críticas al pueblo; no es que el pueblo sea inconstante o ambivalente tanto como maleable, la verdad efectiva de estable. Y si el pueblo es maleable, el hombre es reformable: a esta prometedora verdad nos lleva la defensa del hombre y la derivación hacia la estabilidad del excesivo elogio del pueblo por Maquiavelo (MANSFIELD, 1983, p. 200).

Para esse autor que fez um estudo detalhado dos *Discursos* de Maquiavel, o povo não é independente. O povo é maleável, inconstante, portanto passivo.

El gobierno necesita hacerse visible porque la mayoría de la gente, de hecho 'el pueblo', deseando solamente seguridad para si mismos y careciendo de ambición, no admiten la necesidad del gobierno. Admitirán esa necesidad si se les permite o solicita que ejerzan el gobierno en elecciones o en el juicio de casos capitales, porque en tales ocasiones asumen la responsabilidad de gobernar (MANSFIELD, 1983, p. 170-171).

A multidão para Mansfield é “una multitud ‘desencadenada’ y ‘sin una cabeza’ es por un lado formidable, y por el otro lado, después que sus ánimos se esfrian, más débil que cualquier otra cosa” (*idem*, p. 193). Mansfield pode ter razão se pensar que o desejo do povo não é comandar, logo não se terá uma república que é um governo popular, mas tão somente um governo de um príncipe ou de príncipes. Maquiavel não tem preferências: o que ele visa é a funcionalidade do governo, seja uma república ou um principado.

Ainda segundo as interpretações de Mansfield, “las virtudes del pueblo le son, pues, atribuidas en forma confusa y sin distinciones marcadas” (*idem*, p. 198). Esse autor por não considerar que o povo tenha autonomia para decidir algo, automaticamente considera o povo sem virtudes ou, no mínimo, com virtudes confusas e distorcidas.

Para finalizar com as contribuições de Adverse, ele cita um autor que não está inserido em nenhuma dessas correntes interpretativas mas que deu sua conceituação acerca do povo em um curso ministrado no Collège de France em 1978. Vem a ser Michel Foucault, que afirmou o seguinte: “Para Maquiavel, no fundo, o povo era essencialmente passivo, ingênuo, ele tinha de servir de instrumento ao príncipe, sem o que ele servia de instrumento aos grandes” (FOUCAULT apud ADVERSE, 2007, p. 37).

Contradizendo todos esses autores citados por Adverse, é na interpretação do capítulo quinto que se encontra outra visão do povo em Maquiavel, outra possibilidade de pensar o povo não como elemento passivo na política que busca apenas a não-opressão, mas como sujeito ativo pois que será mostrado agora por que ele é o detentor da guarda da liberdade. Devido a esse papel, nota-se que é demasiado pouco considerá-lo passivo na política, servindo tão somente de instrumento ao príncipe, conforme colocou Foucault.

Assim segue que, no quinto capítulo dos *Discursos*, Maquiavel, segundo Silva (2010), “desenvolve a tese do povo como o *guardião da liberdade*” (p.50). Vale salientar no mesmo que “como em toda república há homens grandes e populares, não se sabe bem em que mãos é melhor depositar tal guarda (...) mas entre os romanos, foi posta nas mãos da plebe” (*Discursos*; I, 5, p.24). A tese da guarda da liberdade é uma das concepções do pensamento político maquiaveliano mais interessante e instigante, visto ser importante para a manutenção de uma república que se guarde e se mantenha a liberdade de sua pátria.

No mesmo capítulo dos *Discursos*, Maquiavel conclui sobre quem deve ficar com a guarda da liberdade:

Direi, vendo primeiro o lado dos romanos, que se deve dar a guarda de uma coisa àqueles que têm menos desejo de usurpá-la. E, sem dúvida, se considerarmos o objetivo dos nobres e o dos plebeus, veremos naqueles grande desejo de dominar e nestes somente o desejo de não ser dominados e, por conseguinte, maior vontade de viver livres, visto que podem ter menos esperança de usurpar a liberdade do que os grandes, de tal modo que, sendo os populares encarregados da guarda de uma liberdade⁶², é razoável que tenham

⁶² Grifo nosso.

mais zelo e que, não podendo eles mesmos apoderar-se dela, não permitirão que outros se apoderem (*idem*).

Tendo em vista que Maquiavel já afirma quem é o detentor da guarda da liberdade, pode o leitor vir a questionar-se por que então a necessidade de pesquisar algo que, nota-se, já foi respondido pelo próprio? A resposta é simples e se responde com outra pergunta: se Maquiavel deixou dito que o povo é o guardião da liberdade, quais motivos teriam então os estudiosos⁶³ da teoria maquiaveliana de afirmar que o povo é “passivo, ingênuo”⁶⁴, “matéria sem forma, corpo sem cabeça”⁶⁵?

Tentar-se-á responder a essa questão com a ajuda de Bignotto. Ele cita outros autores que compartilham dessa mesma corrente interpretativa de pensamento, que são: Gennaro Sasso e Federico Chabod. Assim ele colocou:

o desejo de liberdade pode estar na origem tanto de uma democracia como de uma tirania, sem que a natureza do desejo popular tenha sido alterada. Isso levou alguns intérpretes a atribuir ao povo apenas um papel passivo⁶⁶ na política (BIGNOTTO, 1991, p.106).

Dos intérpretes que Bignotto se refere, têm destaque a posição de Gennaro Sasso:

Ainda que tenha sido expressa na harmonia da ‘politeia’, a matéria do humor popular permanece, no fundo, alheia ao processo que a torna ativa: o que significa que a *virtù*, que por vezes a ilumina, não pertence à matéria – que é por isso privada de luz própria - , é uma *virtù*, se assim podemos dizer de segundo grau (SASSO apud BIGNOTTO, 1991, pp. 106-107).

⁶³ Reunindo os autores já mencionados os que serão citados em seguida: Trata-se de Guicciardini, Mansfield, Sasso, Chabod, Sfez, Strauss e Foucault – esse último não chega a ser reconhecido como uma referência em Maquiavel, mas sua citação contribuiu para a visão de povo nessa pesquisa.

⁶⁴ Foucault – op. cit.

⁶⁵ Mansfield – op. cit.

⁶⁶ Grifo nosso.

E Federico Chabod:

E, portanto, essa confiança confusa no povo, mais forte do que qualquer pessimismo teórico, mas que é necessária para que as armas lhe sejam entregues, é um sentimento ingênuo e obscuro⁶⁷, incapaz de se clarificar e de fugir das contradições (CHABOD, op. cit. p. 107).

Mais um teórico que defende essas interpretações de um povo ingênuo e manipulável é Quentin Skinner. Conforme segue:

O principal mérito do povo passa a residir em sua característica tendência a uma benigna passividade. Em toda essa obra, Maquiavel assume que 'o povo pede apenas para não ser oprimido', e por isso mal se dá ao trabalho de lhe atribuir um papel minimamente relevante no drama da vida política⁶⁸. (SKINNER, 2009, p. 146).

Skinner é mais um autor a justificar a passividade do povo pelo desejo de não-opressão. Assim, para ele o povo seria maleável aos interesses do príncipe desde que este soubesse lidar com os mesmos. Percebe-se que a opinião de Skinner compartilha do mesmo ponto de vista que Mansfield, Sasso, Chabod, Sfez, Strauss e Foucault. Para finalizar essa corrente interpretativa que considera o povo como algo passivo e inútil, o autor Francesco Guicciardini⁶⁹ dá sua contribuição:

on ne peut nier qu'un peuple ne soit en lui-même une arche d'ignorance et de confusion; e'est pourquoi les gouvernements purement populaires ont été en tous lieux peu durables et, outre d'infinis soulèvements et désordres dont ils ont été emplis tant qu'ils ont duré, ils ont enfanté soit la tyrannie soit la ruine ultime de leur cite (GUICCIARDINI, 1997, p. 112-113).

⁶⁷ Grifos nossos.

⁶⁸ Grifos nossos.

⁶⁹ Francesco Guicciardini (1483-1540) foi um notável historiador da Itália renascentista e estadista. Grande amigo e crítico de Nicolau Maquiavel expôs suas observações na obra *Considérations à propos des Discours de Machiavel*.

Assim como pensam Skinner, Mansfield, Sasso, Chabod, Sfez, Strauss e Foucault, o aristocrata Guicciardini possui a mesma opinião com relação ao povo, vendo-o como um conjunto de ignorância e confusão, responsável pelo fracasso de governos populares. Bignotto em sua obra específica ao estudo de Guicciardini argumenta o porquê de suas ideias negativas sobre o povo:

A definição adotada por Guicciardini é tão essencial para ele, e sua repugnância do elemento popular tão arraigada, que procederá até mesmo a crítica de um dos mitos políticos de seu tempo: o povo romano [...] Diante da necessidade de provar sua tese, ele aceita comparar o povo romano e sua história de glórias, com um hipotético príncipe: [...] 'acredito que sem dúvida alguma esse príncipe procederá em tudo com mais prudência e constância do que o povo procedeu' (BIGNOTTO, 2006, p. 192-193).

Após o conhecimento dessa corrente que caracteriza o povo como inativo, tentar-se-á responder o porquê dessa interpretação, visto que a princípio não teria motivos para tal, de modo que Maquiavel afirmou ser o povo o detentor da guarda da liberdade. Logo, um sujeito com essa responsabilidade não poderia ser passivo. Mesmo essa resposta que já desmistifica a inércia do povo, pretende-se continuar esse debate, confrontando as ideias expostas por essa corrente colocando o povo num patamar bem significativo para a pólis e longe da passividade e conformação.

Na continuidade dos argumentos, têm-se que essa interpretação de uma passividade do povo surgiu de uma primeira interpretação sobre os desejos do mesmo. Ora, se o povo somente deseja não ser oprimido, significa que ele nada fará, não criará conflitos, tampouco guerras e poderá ser facilmente manipulado. Essa é uma interpretação. A desses autores já mencionados. Todavia, outras possibilidades de interpretações são perfeitamente possíveis. Skinner ainda justifica essa passividade do povo afirmando uma ligação com a corrupção:

A principal causa realçada por Maquiavel – nisso seguindo a análise de Bruni – é o fato de ter-se excluído o povo de um papel ativo⁷⁰ o suficiente nos negócios do governo. Quando Maquiavel pela primeira vez suscita esse tópico, no capítulo 17 de seu discurso inicial, identifica a “corrupção” com a “inaptidão para uma vida livre”, atribuindo o crescimento dessa incapacidade à “desigualdade que se constata numa cidade”, quando um grupo de oligarcas consegue adquirir o controle de suas instituições e impedir os demais cidadãos de colaborar em sua direção (SKINNER, 2009, p. 186).

Apesar de essa possibilidade ser plausível devido a existência da corrupção, a mesma não seria suficiente para justificar a passividade de um povo. Justamente a corrupção é que seria um bom motivo para o mesmo buscar meios de diminuí-la, procurando agir no Estado de forma a resgatar a liberdade, cobrando a transparência por meios das leis.

Esse trabalho defende que o povo não é passivo e tão logo o seu desejo é o de não ser oprimido que ele tudo fará para guardar e manter a liberdade visto ser ele o único sujeito que pode ter essa função no Estado, pois não deseja conquistar o poder. Vontade essa que pertence aos grandes. O povo na teoria maquiaveliana de passivo e ingênuo não tem nada. Ele pode ser reprimido em uma tirania, por exemplo, mas não quer dizer que é um ator sem ação, ele apenas está impedido de agir devido ao regime tirânico. Apesar disso, existem exemplos⁷¹ na História, de que o povo mesmo impossibilitado de agir, o fez por meio da revolução.

Dessa forma para reforçar a contra-argumentação de que o povo não é passivo, cita-se a opinião de Bignotto:

Os intérpretes que [...] viram no povo apenas uma força passiva, parecem ter deixado de lado uma das dimensões essenciais do ensinamento de Maquiavel. Como observa Lefort, o povo não pode ter o mesmo saber que o príncipe, pois ele só existe em seu conjunto, como uma unidade que revela um dos humores constitutivos da cidade [...]. É totalmente inútil tentar buscar uma *virtù* popular

⁷⁰ Grifo nosso.

⁷¹ Citando: as revoluções em geral foram feitas porque existiam regimes opressores, (não sendo necessariamente uma ditadura/tirania); ex. Revolução Francesa – 1789; Revolução Russa - 1917; Revolução dos países do Norte da África (Tunísia, Egito, Iêmen, Líbia, Jordânia, etc.) – 2011.

semelhante à dos príncipes. Isto não implica que o povo não possa manifestar um certo saber, que sua ação não reflita um saber operativo que é essencial para a construção da liberdade⁷² [...]; eles se mostram através das ações de resistência contra a opressão, através da constância na defesa das leis. Mantendo-se fiel a seus desejos, o povo age continuamente contra os príncipes e, portanto, faz de sua ação, de natureza diversa da dos “grandi”, um dos pilares sobre os quais se erige a vida política (BIGNOTTO, 1991, p. 109).

Assim sendo, Bignotto concorda em desmistificar essa teoria de que o povo é passivo, pois que o papel que o povo possui é de suma importância para a manutenção e a segurança de sua pátria. Maquiavel, ao delegar ao povo a função de guardião da liberdade, automaticamente o coloca na função de vigia. O príncipe ao conquistar a amizade do povo, deve fazer com que esse possa manifestar-se perante os negócios públicos. Pois que um povo para se manter fiel aos seus desejos, ou seja, a não-opressão, deve fiscalizar o governo, por meio da “constância na defesa das leis” (op. cit.). Lembra também que Maquiavel coloca Roma como sendo a república mais virtuosa, em meio a outras repúblicas fortes e livres. E que Roma serve para demonstrar que o alicerce da potência é a liberdade.

Observa-se uma passagem que, para Bignotto, serve para negar essa teoria: “É fácil entender donde provém nos povos essa afeição pela vida livre, porque a experiência mostra que as cidades nunca crescem em domínio nem em riquezas, a não ser quando são livres” (*Discursos*, II, 2, p. 186-187). Com isso, Bignotto afirma que Maquiavel propõe a atuação do povo em uma forma mista de governo e, por fim, que essas ideias expostas “desmentem”⁷³ mais uma vez os intérpretes que insistiram na passividade do povo. Delas emerge a imagem de um povo que dedica uma enorme energia à preservação da liberdade” (*idem*, p. 110).

Maquiavel afirma que o que engrandece as cidades vem a ser o bem comum e não o bem individual, ou seja, o que torna as cidades grandiosas e reconhecidas é o agir em nome de todos e não de uns poucos. Que a unidade

⁷² Grifos nossos.

⁷³ Grifos nossos.

existente, seja uma só: aquela que vise ao bem geral. E para alcançar esse objetivo da unidade do bem comum, Maquiavel diz porque as repúblicas são mais favoráveis que os principados:

Esse bem comum só é observado nas repúblicas, porque tudo o que é feito, é feito para o seu bem, e mesmo que aquilo que se faça cause dano a um ou outro homem privado, são tantos os que se beneficiam que é possível executar as coisas contra a vontade dos poucos que por elas sejam prejudicados (*Discursos*, II, 2, p. 187).

E num principado:

O contrário ocorre onde há um príncipe, onde, no mais das vezes, o que é feito em favor do príncipe prejudica a cidade, e o que é feito em favor da cidade o prejudica. De modo que, quando uma tirania se estabelece em lugar livre, o menor mal que afeta essa cidade é deixar de avançar, de crescer em poder ou riquezas; mais amiúde – aliás, sempre -, o que lhes ocorre é retrocederem (*idem*).

Maquiavel apresenta várias passagens sobre a *virtù* do povo e de como ele revela sua força para defender e conservar a república. Assim escreve ele:

Minha conclusão, portanto, contraria a opinião comum, de que os povos, quando são príncipes [têm o poder], são variáveis, mutáveis e ingratos, e afirmo que neles esses pecados não são diferentes dos que se vêem nos príncipes particulares [monarcas]. E quem fizesse as mesmas acusações tanto aos povos quanto aos príncipes poderia dizer a verdade, mas quem excluísse os príncipes se enganaria: porque um povo que comande e seja bem-ordenado será estável, prudente e grato, não diferentemente de um príncipe ou melhor que um príncipe considerado sábio; por outro lado, um príncipe desregrado será mais ingrato, variável e imprudente que um povo. E a variação do proceder não nasce de diferenças de natureza, porque esta em todos é de um só modo – e, se vantagem alguém tiver, esta será do povo -, mas sim do maior ou menor respeito às leis, sob as quais vivem todos. E quem estudar o povo romano verá que, durante quatrocentos anos, ele foi inimigo do título régio e amante da glória e do bem comum de sua pátria; verá nele muitos exemplos capazes de dar testemunho dessas coisas. [...] Mas, quanto à prudência e à estabilidade, digo que o povo é mais prudente, mais estável e de mais juízo que um príncipe⁷⁴. E não é sem razão que se compara a

⁷⁴ Grifo nosso.

voz do povo à voz de Deus, pois se vê uma opinião universal a produzir efeitos admiráveis nos seus prognósticos, parecendo que, por alguma oculta *virtù*, ele prevê seu mal e seu bem (*Discursos*, I, 58, p. 169-170).

As qualidades do povo são exaltadas comparadas às do príncipe. Maquiavel justifica que se forem expostas todas as desordens dos povos e as dos príncipes, bem como as glórias de ambos, “ver-se-á que o povo, em bondade e glória, é muito superior” (*idem*, p. 171). Afirma também que se os príncipes são superiores para colocar a ordem por meio das leis, os povos também são superiores em manter as ‘coisas’ ordenadas. Assim conclui Santos:

Ora, a República é uma das “coisas ordenadas” e os povos são mais aptos para conservá-la. Se a *virtù* pode ser entendida como capacidade de atingir determinados objetivos, o povo tem maior *virtù* do que o governante para conservar o regime republicano. Conservação não significa passividade⁷⁵. O povo, não querendo ser dominado pelos grandes, resiste ao seu poder. Esta resistência, expressão da *virtù* popular enquanto potência, provoca uma tensão que resulta para cada momento histórico em leis que expressam o estado atual das relações de força. Ou seja, o ordenamento, ao mesmo tempo em que defende o povo da sanha dominadora dos *grandi*, garantindo-lhe direitos, possibilita a conservação da República enquanto regime caracterizado pela liberdade (SANTOS, 2011, p. 47-48).

4.4 Considerações

Chega-se ao final desse capítulo com as conclusões de que esse desejo do povo em não querer ser oprimido, ocasionou dois viéses interpretativos bastante opostos. Retomando o que foi dito na introdução, alguns vêem o povo como agente passivo, sem função e manipulável por desejar apenas não ser oprimido. Já outros observam que esse mesmo desejo é o que motivará o povo a lutar em busca da não-opressão, pois que essa vontade nada mais é do que

⁷⁵ Grifo nosso.

garantir a proteção da liberdade contra um possível rompimento feito pelos grandes, que desejam ter o poder sobre a mesma.

O povo passivo, como defendem alguns teóricos já vistos, exatamente não o é por desejar não ser oprimido. Isso porque no momento em que ele deseja isso, automaticamente resiste ao poder dos grandes, conforme bem colocou Santos. Assim, ao resistir ao seu poder, o povo não pode ser considerado passivo de nenhuma forma, pois que ele é o alicerce que pode manter uma república ou um principado.

Enquanto o desejo das elites consiste em dominar e expandir seu domínio, o desejo do povo consiste basicamente em não ser dominado, sendo este desejo não somente compatível com a liberdade, mas idêntico a ela. É por essa razão que no núcleo do sistema constitucional idealizado por Maquiavel há inúmeros mecanismos destinados a facilitar o controle das elites dirigentes pelo cidadão comum (SILVA, 2010, p. 54).

Assim, reforça Silva, que o desejo do povo é a não-opressão e justamente ela significa desejar a liberdade, bem como usar de todos artifícios para mantê-la. Somente o povo na teoria de Maquiavel pode ter essa missão, pois deve proteger a liberdade aquele que não deseja se apoderar dela, aquele que não deseja o poder; deseja apenas ser livre. Abaixo segue explicação de Pocock, citada por Silva, sobre o ponto central da teoria maquiaveliana que:

reside na idéia de que a virtude militar seria o veículo para se passar da massa popular a uma comunidade de cidadãos ativos, alimentando o sentimento cívico necessário ao florescimento da liberdade e da grandeza da república. É nesta chave que Pocock interpreta a célebre declaração de Maquiavel de que em uma república expansiva deve-se confiar ao povo a “guarda da liberdade” (Maquiavel, 2007a, p. 24). Maquiavel teria em mente a disposição do povo para lutar em exércitos pela defesa da pátria. A guerra em defesa da pátria seria a arena privilegiada de realização do tipo de virtude que a república demandaria do cidadão comum (SILVA, 2010, p. 43).

Considera-se por esses e outros motivos, desmistificada toda e qualquer interpretação de conceber o povo como agente passivo, ingênuo, manipulável, instrumento do príncipe, e afins. O povo é o que conserva a liberdade de sua pátria e o príncipe que tiver esse ao seu lado será mais glorioso, pois deve reconhecer que o povo é o guardião da liberdade e tudo fará a favor daquele que ajudá-lo a conservá-la.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve a preocupação, em todos os capítulos, de verificar qual o lugar do povo na teoria maquiaveliana. No primeiro capítulo o objetivo foi o entendimento das duas obras *O Príncipe* e *Discursos* de uma forma geral, mas procurando ressaltar os capítulos em que o povo é a centralidade. Esse capítulo foi a base e o início para o entendimento do povo nas duas obras, bem como da concepção de liberdade em Maquiavel.

No segundo capítulo a ideia foi mais uma releitura das obras, onde se fez uma importante comparação de ambas com o intuito de observar a influência de uma na outra. E essa constatação foi feita com a metodologia comparativa de alguns trechos que aparecem nos *Discursos*, se repetem n' *O Príncipe* e vice-versa. Esse capítulo teve o intuito de mostrar que as duas obras possuem muitas semelhanças, apesar de uma ser voltada ao principado e a outra à república.

Já no terceiro capítulo a ideia foi focar na concepção de liberdade em Maquiavel. Porém se fez necessário incluir outras explicações sobre a liberdade que são posteriores a Maquiavel (não incluindo a liberdade como não-dominação) para um melhor entendimento dessa concepção. Assim, ficaria difícil falar sobre a liberdade sem mencionar as suas mais notáveis e consagradas dicotomias seja positiva *versus* negativa e dos antigos *versus* dos modernos. O que se fez foi mostrar que a liberdade positiva não se enquadra no ideal de liberdade em Maquiavel. Essa liberdade positiva é a presença do poder. É o auto-domínio. Os governos em que ela pode ser encontrada são parecidos com a tirania, onde um possui o domínio do todo.

A liberdade negativa já se aproxima mais da concepção de Maquiavel, pois ela é em poucas palavras a ausência de domínio, ausência de interferência. A liberdade negativa e a liberdade como não-dominação são

concepções muito parecidas, o que as difere é apenas um termo: ausência de interferência é ausência de dominação. Isso pode ser considerado não-dominação. Não! A ausência de dominação significa que em tal governo não há domínio de nenhuma parte.

A liberdade como não-dominação é a existência do domínio, porém em alguns sujeitos essa dominação não consegue interferir. E Maquiavel sempre considerou as duas forças opostas como existentes num mesmo governo. Mas a liberdade se dá quando uma força não domina a outra. Por isso o não-domínio é diferente da ausência dele. Isso é liberdade em Maquiavel, é aceitar a existência do domínio, mas não ser deixado se levar por ele para assim preservar a liberdade. Uma vez dominado o povo, não há mais liberdade e sim domínio. É uma linha tênue entre os grandes desejarem dominar e o povo não se deixar ser dominado. Esse espaço é a liberdade. E cabe ao povo conservá-la.

O último capítulo trata especificamente do lugar do povo em Maquiavel. A principal ideia foi focar em uma discussão a princípio um tanto escondida na Teoria Política Clássica que vem a ser essa corrente de grandes comentadores de Maquiavel que consideram o povo passivo pelo viés interpretativo de que o seu único desejo é não ser dominado. Mas não percebem que esse “simples” desejo é o que faz o povo agir em nome da liberdade.

Portanto, se concluiu o que o próprio Maquiavel já havia confirmado no capítulo quinto dos *Discursos*: de que o povo é o que melhor guarda a liberdade e devido a isso a possível passividade alegada por Guicciardini, Skinner, Mansfield, Sasso, Chabod, Sfez, Strauss e Foucault entra em divergência com a vertente a qual se trabalhou: a dos republicanistas Newton Bignotto e Ricardo Silva, que possuem uma visão diferente da colocada por esses renomados comentadores de Maquiavel. Essa dissertação partilha dessa linha republicanista que considera o povo responsável pela guarda da liberdade e defende essa ideia como outra possibilidade de interpretar o povo em Maquiavel.

Passividade não combina com o desejo de não ser dominado. Passividade é aceitação, é conformação. É aceitar o domínio. E essa noção de povo acomodado não é encontrada em Maquiavel. O povo pode ter inúmeras funções, mas certamente o papel dele é guardar e defender a liberdade. Tem sido até hoje. Nem o povo que está na condição de oprimido pode ser considerado passivo. Esse povo se une em busca de direitos e por meio da revolução conquista a liberdade. Nenhum povo é corpo sem cabeça, maleável e passivo. Nenhum povo foi ingênuo em toda a História da humanidade. E muito menos na concepção de Maquiavel.

Chega-se ao final dessa dissertação confirmando a hipótese de que o povo é o que melhor possui virtudes para ser o guardião da liberdade. Apesar de Maquiavel ter deixado claro isso no quinto capítulo do primeiro livro dos *Discursos*, há uma corrente de autores que discorda do que foi dito pelo próprio pensador. Esses autores atribuem várias características ao povo, bem como inúmeros adjetivos negativos, tais como: corpo sem cabeça, inúteis, vazios, passivos, etc. O povo pode ser agente sem função para eles, mas esse povo ao qual se referem é o mesmo povo que luta na guerra; é o mesmo povo que zela pela liberdade geral da Nação, uma vez que, não tem o interesse de dominar. Esse mesmo povo apontado por esses autores é o mesmo povo defendido por Maquiavel.

Se o que já foi dito pelo próprio pensador for desconsiderado, então melhor desconsiderar as premissas e todas as obras de Maquiavel. Esse “professor do mal” conforme o pensamento de Leo Strauss foi o homem que revolucionou o sistema político e que infelizmente não foi valorizado quando houve a crise na Itália. Mal sabiam os governantes da época, que na Itália havia um homem com muita sabedoria política para levantar aquele país e assim implantar a tão sonhada República. Esse homem era Maquiavel, um Secretário Republicano. O povo de Maquiavel está mais para revolucionário do que para algo morno e sem cérebro. Em Maquiavel esse povo “manda sem querer mandar”, e pelas suas virtudes, é o guardião da liberdade.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias:

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo, Martins Fontes; 2010.

_____. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo, Martins Fontes; 2007.

Fontes secundárias:

ABREU, Maria. *Conflito e interesse no pensamento político republicano*. Tese (Doutorado em Ciência Política) , USP, 2008.

ADVERSE, Helton. *Maquiavel, a república e o desejo de liberdade*. Trans/Form/Ação, São Paulo, 30(2): 33-52, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/trans/v30n2/a04v30n2.pdf>> Acesso em: 10 abr 2011.

AMES, José Luiz. *Maquiavel: A Lógica da Ação Política*. Cascavel, EDUNIOESTE, 2002.

ARISTÓTELES. *Política*. São Paulo, Martin Claret; 2003.

BATH, Sérgio, et. al. *Maquiavel – um seminário na universidade de Brasília*. Brasília, Edunb; 1981

BERLIN, Isaiah. *Quatro ensaios sobre a liberdade*. Disponível em: <<http://www.institutoliberal.org.br/conteudo/download.asp?cdc=905>> Acesso em: 20 jun 2011

BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel Republicano*. São Paulo, Loyola; 1991.

_____. *Republicanism e Realismo. Um perfil de Francesco Guicciardini*. Belo Horizonte, UFMG; 2006.

BIRD, Colin. *Introdução à Filosofia Política*. São Paulo, Madras; 2011.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: UNB, Vol. 2, 2007.

CHABOD, Federico. *Escritos sobre Maquiavelo*. México, Fondo de Cultura Econômica, 1984.

CHÂTELET, François; DUHAMEL, OLIVIER; PISIER-KOUCHNER, Evelyne. *História das Ideias Políticas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar; 1985. pp.37-40.

CHEVALLIER, Jean – Jacques. *As grandes obras políticas – de Maquiavel a nossos dias*. Rio de Janeiro, Agir; 1980. pp. 17-48.

CONSTANT, Benjamin. *Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos*. Revista Filosofia e Política, Porto Alegre, nº 2, 1985, p. 9-25. Disponível em: <<http://caosmose.net/candido/unisinos/textos/benjamin.pdf>> Acesso em: 10 jan 2011.

DE GRAZIA, Sebastian. *Maquiavel no inferno*. São Paulo, Companhia das Letras; 1993.

FERNANDES, Francisco *et al.* *Dicionário Brasileiro Globo*. São Paulo, Globo, 1997.

GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; 1989.

GUICCIARDINI, Francesco. *Considérations à propos des Discours de Machiavel. Sur La première décade de Tite-Live*. Paris, L'Harmattan; 1997.

KRITSCH, Raquel. *Maquiavel e a República: lei, governo legal e institucionalidade política nos Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Revista espaço acadêmico, nº 113, 2010. Disponível em:

<<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/11332/6143>> Acesso em: 15 set 2011.

LARRIVAILLE, Paul. *A vida cotidiana. A Itália no tempo de Maquiavel*. São Paulo, Companhia das Letras; 1988.

MANSFIELD, Harvey C. *Maquiavelo y los principios de la política moderna: un estudio de los Discursos sobre Tito Livio*. México, Fondo de Cultura Económica; 1983.

MARTINS, José Antônio. *Os fundamentos da república e sua corrupção nos Discursos de Maquiavel*. Tese (Doutorado em Filosofia) USP, 2007. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/.../TESE_JOSE_ANTONIO_MARTINS.pdf> Acesso em: mai 2012.

MITRAUD, Carlos Augusto. *História e Tradição no Livro I de Tito Lívio*. Dissertação (Mestrado em Letras) UFMG, 2007. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECAP79TENU/trabalho_corrigido_2008.pdf?sequence=1> Acesso em: 02 mai 2013

PETTIT, Philip. *Republicanism: La Teoría de la Libertad y Gobierno*. Paidós Ibérica, Barcelona, 1999.

POLÍBIUS. *História*. Brasília, UnB, 1985.

POLIZEL, Elaine et. al. *As teorias sobre as formas de governo*. PUCRS, 2010. Disponível em: <http://www.pucrs.br/edipucrs/XISalaoIC/Ciencias_Sociais_Aplicadas/Direito/84434-ELAINETICIANAPOLIZEL.pdf> Acesso em: 20 fev 2013.

RIBEIRO, Renato Janine. *Um pensador da ética*. Revista Cult, dezembro/2004. Disponível em: <<http://www.renatojanine.pro.br/FiloPol/pensador.html>> Acesso em: nov 2009.

RIDOLFI, Roberto. *Biografia de Nicolau Maquiavel*. São Paulo, Musa; 2003.

RODRIGUES, Cíntia. *Liberdade: Uma análise entre dois republicanos, Hanna Arendt e Philip Pettit*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), UFPEL, 2010.

SANTOS, Laerte. *A virtù do povo na filosofia de Maquiavel*. Dissertação (Mestrado em Filosofia). São Paulo, USP, 2011. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/df/site/posgraduacao/2011_mes/2011_mes_laerte_santos.pdf> Acesso em: 20 mar 2012.

SILVA, Ricardo. *Maquiavel e o conceito de liberdade em três vertentes do novo republicanismo*. RBCS, Vol. 25, n° 72 fevereiro/2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v25n72/v25n72a04.pdf>> Acesso em: 15 set 2011.

SINGER, André. Maquiavel e o liberalismo: a necessidade da República. *En publicacion: Filosofia política moderna. De Hobbes a Marx* Boron, Atilio A. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales; DCP-FFLCH, Departamento de Ciencias Políticas, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2006. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/filopolmpt/15_singer.pdf> Acesso em: 15 set 2011.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo, Companhia das Letras; 2009.

_____. *Maquiavel*. Porto Alegre, L&PM; 2010.

STRAUSS, Leo. *Thoughts on Machiavelli*. Chicago e London, The University of Chicago Press, 1978.

VÁRNAGY, Tomás (Org.); BORON, Atilio; BOSOER, Fabián; BRAUN, Rafael; et. al. *Fortuna y Virtud en la República Democrática – Ensayos sobre Maquiavelo*. Buenos Aires, CLACSO, 2000.